



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM

**Nº 10, DE 2013**

(nº 28/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que deáseo fazer, do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

Os méritos do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal.

EM nº 00023/2013 MRE

Brasília, 31 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota*

EM Nº 00023 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

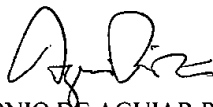
Brasília, 31 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
Ministro das Relações Exteriores

**INFORMAÇÃO**  
**CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**

CPF.: 057.102.191-34

ID.: 4665 MRE

1945 Filho de Silvío Leão e Alair de Andrade Leão, nasce em 28 de setembro, em Santos/SP

**Dados Acadêmicos:**

1967 Relações Internacionais pelo Institut d'Etudes Politiques (Sciences-Po), Universidade de Paris/FR

1970 CPCD - IRBr

1987 CAE - IRBr, A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930-1934, Contornos Diplomáticos

**Cargos:**

1972 Terceiro-Secretário

1976 Segundo-Secretário, por merecimento

1979 Primeiro-Secretário, por merecimento

1983 Conselheiro, por merecimento

1989 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

**Funções:**

1973-76 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Assistente

1976-79 Embaixada em Londres, Segundo-Secretário

1978 Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau, Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, Chefe de delegação

1979-83 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário

1983-88 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe

1985 Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacau, São Tomé e Príncipe, Chefe de delegação

1985 I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Genebra, Chefe de delegação

1986 Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, Chefe de delegação

1986 XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, Bahia, Chefe de delegação

1987 GATT, Grupo Negociador de Agricultura, Genebra, Chefe de delegação

1987 II e III Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Icoama, Japão, e Rio de Janeiro, Brasil, Chefe de delegação (1987 e 1988)

1988-90 Secretaria-Geral, Coordenador Executivo

1990-93 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro

1990 Reuniões do Conselho da Organização Internacional do Açúcar, Londres, Chefe de delegação (1990 e 1991)

1993-95 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro

1995-98 Secretaria-Geral, Coordenador do Projeto MRE-BID

1998-03 Departamento Econômico, Diretor-Geral

1999 Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, Londres, Chefe de delegação

1999 Negociações Brasil-EUA sobre Comércio de Aço, Washington, Chefe de delegação

1999 Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Comerciais Multilaterais, Bangalore, Índia, Chefe de delegação

1999 Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, Chefe de delegação

2000 Consultas Econômicas Brasil-Reino Unido, Brasília, Chefe de delegação

2001 Comitê de Agricultura da OMC, Chefe de delegação

2001 Reunião de Consultas sobre Negociações Comerciais Multilaterais, Genebra, Chefe de delegação

2001 Consultas Econômicas Brasil/Reino Unido, Londres, Chefe de delegação  
2001 Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, Chefe de delegação  
2001 Conselho Latino-Americano (SELA), Caracas, Chefe de delegação  
2001 I a V Reunião de Alto Nível da OCDE sobre Aço, Paris, Chefe de delegação (2001 a 2003)  
2002 Missão Especial aos EUA para Consultas Bilaterais sobre Aço, Washington, Chefe de delegação  
2002 Reunião Ministerial de Meio Período da UNCTAD, Bangkok, Chefe de delegação  
2003-07 Embaixada em Ottawa, Embaixador  
2008-11 Embaixada em Bogotá, Embaixador  
2011- Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros

**Condecorações:**

1972 Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, IRBr  
1984 Ordem do Tesouro Sagrado, Japão  
1989 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial  
1989 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial  
1989 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial  
1997 Légion d'Honneur, França, Oficial  
2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

**Publicações:**

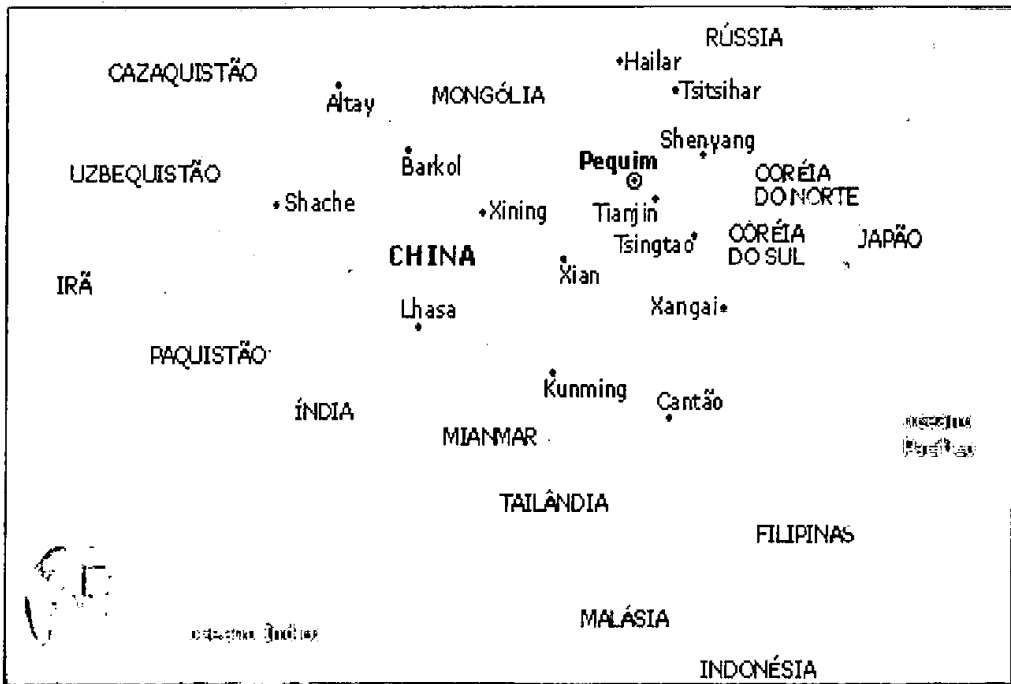
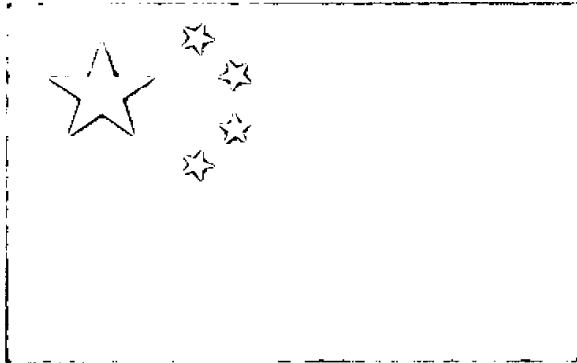
1989 NETO, Valdemar. A Crise da Imigração Japonesa no Brasil 1930-1934, Contornos Diplomáticos, Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília



**JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA



Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Janeiro de 2013

## DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República Popular da China
<b>CAPITAL</b>	Pequim
<b>ÁREA</b>	9.561.000 km <sup>2</sup> (3º maior país do mundo)
<b>POPULAÇÃO (2011)</b>	1,344 bilhão (a maior do mundo)
<b>IDIOMA OFICIAL</b>	Mandarim (oficial)
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Ateus e agnósticos (42%); taoísmo e religião popular chinesa (30%); budistas (18%); cristãos (4%); muçulmanos (2%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Assembleia Nacional Popular (unicameral)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Hu Jintao (desde 2003)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-Ministro Wen Jiabao (desde 2003)
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	Yang Jiechi (desde 2007)
<b>PIB NOMINAL (2012)</b>	US\$ 8,250 trilhões
<b>PIB PPP (2012)</b>	US\$ 12,383 trilhões
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA (2012)</b>	US\$ 6.094,042
<b>PIB PPP PER CAPITA (2012)</b>	US\$ 9.146,379
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	9,6% (2008); 9,2% (2009); 10,4% (2010); 9,3% (2011); 7,8% (2012); 8,2 (2013, est. FMI)
<b>IDH</b>	0,687 (100ª posição entre 186 países; Brasil é o 84º)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	73 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	94%
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	4,1%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Renminbi (cuja unidade básica é o yuan)
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2012)</b>	6.250

### INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB; fonte MDIC)

Brasil-China	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Intercâmbio</b>	6.681,2	9.152,2	12.189,4	16.392,8	23.367,9	36.443,1	36.901,9	56.381,3	77.104,8	75.476,0
Exportações	4.533,4	5.441,7	6.834,9	8.402,4	10.748,8	16.403,0	20.990,8	30.785,9	44.314,5	41.227,5
Importações	2.147,8	3.710,5	5.354,5	7.990,4	12.619,1	20.040,0	15.911,1	25.595,4	32.790,3	34.248,5
Saldo	2.385,6	1.731,3	1.480,4	411,9	-1.870,2	-3.637,0	5.079,7	5.190,4	11.524,2	6.979,0

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### HU JINTAO

#### *Presidente da República*

Hu Jintao nasceu em Taizhou, província de Jiangsu, em dezembro de 1941. É engenheiro, formado em 1965 pela Universidade de Tsinghua.

Filiou-se ao Partido Comunista Chinês (PCCh) em abril de 1964 e até 1982 exerceu cargos públicos na Província de Gansu. Foi Secretário da Liga da Juventude Comunista (1982-84); Presidente da Federação Única da Juventude da China (1982-84); Primeiro-Secretário do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China (1984-85); e Secretário do Comitê do PCCh da Província de Guizhou (1985-88) e do Tibete (1988-92).

Em 1992, foi eleito Membro do Comitê Permanente do *Politburo* e do Secretariado do Comitê Central do PCCh.

Em 1999, tornou-se Vice-Presidente da República Popular da China (RPC) e Vice-Presidente da Comissão Militar Central.

Em novembro de 2002, foi eleito Secretário-Geral do Comitê Central do PCCh e, em março de 2003, Presidente da República Popular da China. Em março de 2005, foi eleito Presidente da Comissão Militar Central. Foi reeleito aos três cargos em março de 2008.

Visitou o Brasil em 2004 e em 2010.

Hu Jintao deixou o cargo de Secretário-Geral do PCCh e de Presidente da Comissão Militar Central em 15 novembro de 2012, tendo como sucessor naqueles dois cargos Xi Jinping, atual Vice-Presidente da China.

Hu Jintao deverá deixar o cargo de Presidente da República em março de 2013, quando se espera que seja sucedido por Xi Jinping também na função de Chefe de Estado.

### WEN JIABAO

#### *Primeiro-Ministro*

Wen Jiabao nasceu em Tianjin, em setembro de 1942. Engenheiro, formou-se no Instituto de Geologia de Pequim, em 1968.

Filiou-se ao PCCh em abril de 1965 e exerceu cargos públicos na Província de Gansu, entre 1968 e 1983.

Foi Vice-Ministro de Geologia e Recursos Minerais (1983-85). Ingressou no *Politburo* do Partido Comunista Chinês em 1985.

De 2002 a março de 2003, ocupou os cargos de Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, membro do Grupo de Líderes do PCCh e Secretário do Comitê de Trabalhos Financeiros do Comitê Central do PCCh.

Em 2005, foi eleito Primeiro-Ministro do Conselho de Estado e Membro do Comitê Permanente do *Politburo* do Comitê Central do PCCh. Foi reeleito para o cargo em março de 2008.

O Primeiro-Ministro Wen Jiabao chefiou a delegação chinesa à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”) e realizou visita oficial ao Brasil em junho de 2012. Deverá deixar suas funções como Primeiro-Ministro em março 2013.

### **YANG JIECHI**

#### ***Ministro dos Negócios Estrangeiros***

Yang Jiechi nasceu em Xangai, em maio de 1950. É doutor em História.

Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1975. Trabalhou nos Departamentos de Tradução e Interpretação (1975-83 e 1987-90) e de América do Norte e Oceania (1990-93). No exterior, serviu na Embaixada em Washington em três períodos: 1983-87; 1993-95 e 2001-2005, neste último como Embaixador. Entre 1995 e 2001, foi Ministro-Assistente dos Negócios Estrangeiros.

Exerceu o cargo de Vice-Ministro para as Américas dos Negócios Estrangeiros da China entre 2005 e 2007.

Em maio de 2007, tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Yang Jiechi não integra o Conselho de Estado, no qual os temas de política externa estão a cargo de Dai Bingguo. Poderá ascender a essa posição em março de 2013, no contexto da transição política que terá lugar no país e quando Dai Bingguo deverá aposentar-se por idade.

Recebeu o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em Pequim, em março de 2011, durante encontro preparatório à visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China. Anteriormente, haviam-se reunido em fevereiro de 2010, quando o Embaixador, Antonio Patriota, então Secretário-Geral das Relações Exteriores, visitou Pequim. Yang Jiechi visitou oficialmente o Brasil em janeiro de 2009.

Em junho de 2012, o Chanceler Yang Jiechi integrou a delegação chinesa à Conferência Rio+20 e participou do encontro bilateral da Presidenta Dilma Rousseff com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao.

### **XI JINPING**

*Vice-Presidente da República*

*Secretário Geral do PCCh*

*Presidente da Comissão Militar Central*

Nascido em Fuping, Província de Shaanxi, em 1º de julho de 1953. Xi Jinping é filho de um ex-Vice-Primeiro-Ministro reformista, Xi Zhongxun (principal responsável pela instalação da Zona Econômica Especial de Shenzhen, a mais bem sucedida da China e, atualmente, sede de grandes empresas chinesas como Huawei e ZTE).

É casado com Peng Liyuan, cantora de grande fama no país.

Xi Jinping filiou-se ao PCCh em janeiro de 1974. Graduou-se pela Escola de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Tsinghua, com especialização em teoria marxista e educação política e ideológica. Em 2002, concluiu doutorado em Direito, na mesma universidade.

De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo. Desempenhou diversos cargos na seção local do Partido.

Xi passou grande parte de sua carreira em Fujian (1985-2002), onde exerceu diversos cargos de chefia, até ser designado Secretário Adjunto do Comitê Provincial do PCCh e promovido a Governador em 2000, após vários funcionários terem sido implicados em escândalo de corrupção. De 2003 a 2007, foi Secretário do Comitê Provincial do PCCh em Zhejiang e Presidente do Comitê Permanente do Congresso Provincial do Povo de Zhejiang.

Em 2007, foi nomeado membro do Comitê Permanente do *Politburo* do PCCh, membro do Secretariado do Comitê Central do PCCh e Secretário do Comitê Municipal do PCCh em Xangai.

Em 2008, tornou-se Vice-Presidente da República Popular da China. Durante a V. Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh, em 2010, foi nomeado para um dos postos de Vice-Présidente da Comissão Militar Central, consolidando-o como favorito para suceder Hu Jintao na Secretaria-Geral do PCCh e na Presidência da Comissão Militar Central – o

que ocorreu por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido, realizado entre os dias 8 e 14 de novembro de 2012.

De acordo com a praxe chinesa, a eleição das lideranças partidárias precede a designação dos membros do Poder Executivo, que ocorrerá durante a reunião da Assembleia Nacional do Povo, em março de 2013. Na ocasião, Xi Jinping deverá suceder a Hu Jintao como Presidente da República Popular da China.

**LI KEQIANG**  
*Vice-Primeiro-Ministro*

Li Keqiang nasceu em Dingyuán, província de Anhui, em 1955. Passou a integrar as fileiras do Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1976 e graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Pequim em 1982, onde também obteve Doutorado em Economia.

Li foi enviado, em 1974, para a Brigada de Produção de Dongling, na Comuna Damiao, em Fengyang, província de Anhui, para prestar trabalhos manuais até 1978, onde serviu como secretário da filial do PCCh até 1978. Em março do mesmo ano, foi admitido na Universidade de Pequim, onde se tornou chefe da Federação Estudantil e obteve grau em Direito e Economia. Atuou também como membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Após 1982, serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de Toda a China. Entre 1993 e 1998, ocupou posições do PCCh no 13º Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China. Muitos atribuem a ascendência política de Li aos seus vínculos com Hu Jintao e à Liga da Juventude Comunista.

Em 1998, foi eleito Secretário-Adjunto do Comitê Provincial de Henan do PCCh e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem Governador Provincial, cargo que exerceu até 2003.

Entre 2003 e 2004, foi Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da Província de Henan. Entre 2004 e 2007, exerceu a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCCh.

Atualmente, é Vice-Primeiro-Ministro Executivo do Conselho de Estado, Vice-Presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central, e Diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar (desde 2010).

Espera-se que, em março de 2013, Li Keqiang seja nomeado Primeiro-Ministro da China, sucedendo a Wen Jiabao.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974. O Brasil foi o 101º país do mundo a reconhecer a República Popular da China (RPC).

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China têm evoluído de forma intensa e assumido crescente complexidade. Em 1989, os dois países iniciaram o Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resource Satellites*, ou seja, “Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China”), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia.

Em 1993, as relações entre Brasil e China foram elevadas à condição de Parceria Estratégica e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente do diálogo político entre os dois países. A COSBAN conta com 11 Subcomissões, que cobrem grande parte do universo das relações, e com seis Grupos de Trabalho.

Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014, que define metas e orientações para a cooperação bilateral em seus diversos campos.

A visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, estabeleceu dois novos marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de “Parceria Estratégica Global” e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial brasileiro e principal destino das nossas exportações. Em 2012, passou, também, a ser a principal origem das importações brasileiras. Ainda em 2012, o superávit brasileiro com a China (de US\$ 7 bilhões, segundo maior naquele ano, após a Holanda, com US\$ 11,9 bilhões) equivaleu a 35,9% do superávit total brasileiro, pouco abaixo do valor correspondente em 2011, quando o superávit com a China equivaleu a 38,7% do superávit total.

Tem-se notado, recentemente, diversificação dos investimentos chineses no Brasil, incluindo pequenas e médias empresas e setores industriais.

### *Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)*

A COSBAN é chefiada do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República e, da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro-Ministro encarregado de temas econômicos e financeiros. A estrutura atual contempla 11 Subcomissões, responsáveis por ampla gama de temas da agenda sino-

brasileira: relações econômicas; cooperação científica, tecnológica e espacial; intercâmbio cultural e educacional, entre outros. Conta também com Grupos de Trabalho sobre temas específicos (investimentos; propriedade intelectual; questões aduaneiras; temas sociais etc.).

A reunião mais recente da COSBAN teve lugar em fevereiro de 2012, num momento de desaceleração do crescimento das grandes economias mundiais e da economia nacional. A delegação brasileira reiterou o interesse na diversificação dos nossos fluxos de exportação em setores de maior valor agregado e, entre outros temas, sublinhou a importância que atribuímos à presença da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.) na China – por meio do início das operações da *joint-venture* para a fabricação de jatos executivos e a concretização de vendas já acordadas contratualmente.

Na ocasião, o Vice-Presidente do Banco Popular da China, Yi Gang, defendeu que os dois países passassem a utilizar o quanto antes suas próprias moedas no comércio bilateral, por meio de *swaps* cambiais, e que fosse estimulado o estabelecimento de bancos e de outras instituições financeiras de um país no outro.

Foi estabelecido, também, compromisso de dar sequência ao programa CBERS, com a previsão do lançamento dos dois próximos satélites até 2014.

#### *Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Wen Jiabao*

A Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em 21 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, à margem da Conferência Rio+20. Na ocasião, foi emitido Comunicado Conjunto, no qual se anunciou a elevação das relações sino-brasileiras do nível de Parceria Estratégica, estabelecido em 1993, para Parceria Estratégica Global, e a decisão de estabelecer mecanismo bilateral de *swap agreement* entre os Bancos Centrais dos dois países, no valor máximo de R\$ 60 bilhões (CNY 190 bilhões).

Durante o encontro foi firmado o Plano Decenal de Cooperação, que estabelece ações prioritárias para o relacionamento bilateral, para o período 2012-2021, bem como os seguintes atos governamentais:

- Acordo de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, entre a Receita Federal e a Aduana da China;
- Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Centros Culturais do Brasil na China e da China no Brasil;
- Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério de Ciência e Tecnologia da China sobre a criação de Centro Conjunto para Satélites Meteorológicos;
- Plano Estratégico para o Fortalecimento da Cooperação Agrícola entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da

República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da China;

- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China para a criação do centro Brasil-China de Biotecnologia;
- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação do Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério da Educação da China para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na China;
- Relatório sobre divergências estatísticas do comércio bilateral de mercadorias;
- Acordo de Serviços Administrativos entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e o *China Scholarship Council (CSC)*.

Também foram assinados os seguintes atos privados:

- Acordo para a fabricação na China dos jatos executivos Legacy 600/650, entre a Embraer e a *Aviation Industry Corporation of China (AVIC)*;
- Contrato para aquisição de dez jatos executivos *Legacy 650*, entre a *Harbin Embraer Aircraft Industry Co. (HEAI)* e a *ICBC Financial Leasing Co. Ltd. (ICBC Leasing)*.

#### *Parceria Estratégica Global*

A decisão de elevar as relações ao nível de Parceria Estratégica Global, por iniciativa chinesa, assinala o reconhecimento da maturidade assumida pelo eixo sino-brasileiro, que fortalece sua vertente multilateral, ao mesmo tempo em que amplia e diversifica a bilateral.

A China estabeleceu Parcerias Estratégicas Globais com Estados Unidos, Rússia, União Europeia, França, Reino Unido e África do Sul, o que significa que o Brasil passou a integrar o grupo restrito dos parceiros prioritários de Pequim em questões de política externa.

#### *Plano Decenal de Cooperação*

O Plano Decenal de Coordenação estabelece ações prioritárias para o período 2012-2021, nas seguintes áreas:

- a) ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial;
- b) energia, mineração, infraestrutura e transporte;
- c) investimentos e cooperação industrial e financeira;
- d) cooperação econômica e comercial;
- e) cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.

## *Comércio*

Como já mencionado, a China é, desde 2009, o principal parceiro comercial brasileiro e principal destino de nossas exportações. Em 2012, a China foi, também, a principal origem das importações brasileiras.

Em 2012, o intercâmbio bilateral, de US\$ 75,5 bilhões (-2,1% em relação a 2011), equivaleu a 16,2% do comércio total brasileiro. As exportações alcançaram US\$ 41,2 bilhões (-7,0%), e as importações, US\$ 34,3 bilhões (+4,5%). O saldo de US\$ 7 bilhões em favor do Brasil (US\$ 11,5 bilhões em 2011) equivaleu a 35,9% do superávit total brasileiro (38,7% em 2011).

Em 2012, o comércio bilateral com a China superou nosso intercâmbio com os EUA em US\$ 16,4 bilhões (US\$ 17,3 bilhões em 2011). Por outro lado, o comércio do Brasil com o conjunto da União Europeia superou em US\$ 21 bilhões o comércio com a China (US\$ 22,3 bilhões em 2011).

Num horizonte temporal maior, observa-se que o intercâmbio com a China saltou de US\$ 2,3 bilhões, em 2000 (quando o país respondia por, apenas, 2,1% do comércio total brasileiro), para o valor já apontado de US\$ 75,5 bilhões em 2012, o que equivale a um aumento de 3.171% no período (323% com a União Europeia; 226,4% com os EUA; e 270,7% com o Mercosul).

No período de 2000 a 2012, o superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China (US\$ 30,7 bilhões) equivaleu a 9,5% do superávit global brasileiro, o que indica tendência de aumento do nível do superávit brasileiro nos últimos anos.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente, os complexos soja, minérios e petróleo, cuja participação no total exportado para o país foi de 61,5%, em 2002; 76,7%, em 2009; 83,6%, em 2010; 85,0%, em 2011; e 82,8%, em 2012. Vale ressaltar, em especial, o salto das exportações de petróleo, de US\$ 840 milhões, em 2007, para US\$ 4,8 bilhões, em 2012.

Cabe notar, no entanto, que o aumento do peso dos produtos básicos na pauta exportadora para a China ocorreu simultaneamente à elevação, em termos absolutos, da exportação de produtos industrializados para esse país (manufaturados e semimanufaturados), cujo valor subiu cerca de 150% entre 2007 e 2012 (de US\$ 7,9 bilhões, em 2007, para US\$ 37,7 bilhões em 2012).

Alguns setores da indústria nacional demonstram grande preocupação com o aumento das importações provenientes da China, nos últimos anos, especialmente nos setores têxtil, calçadista, automobilístico e eletroeletrônico. O início de uma segunda onda de investimentos chineses no Brasil, com presença mais forte de empresas de menor porte e maior peso de segmentos industriais, poderá contribuir para aumentar a presença de produtos de maior valor agregado em nossa pauta de exportação.

### *Iniciativas de promoção comercial*

Dentro da estratégia de diversificar a pauta brasileira de exportação em segmentos de maior valor agregado, a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações) elaborou, em 2011, o documento “China: perfil e oportunidades comerciais”, que identifica os seguintes setores com grande potencial exportador brasileiro para a China: alimentos, bebidas e agronegócio; casa e construção; máquinas e equipamentos; moda; e tecnologia e saúde. Nessa mesma direção, foram organizadas missões empresariais de parte a parte.

Em setembro de 2012, comitiva liderada pelo Secretário Adjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ricardo Schaefer, participou da I Conferência de Importações da China, a qual gerou negócios concretos e abriu possibilidades para novas vendas brasileiras na China.

Em novembro de 2012, foi organizada missão da importadora chinesa “*China Council for the Promotion of International Trade*” (CCPIT) junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e a participação brasileira em importantes feiras em Xangai e em Pequim.

### *Embraer*

A Embraer já recebeu um total de 153 pedidos para jatos comerciais e executivos na China. Desse total, a empresa já entregou 46 ERJ-145, 55 E-190 e três jatos executivos. A empresa é líder no mercado de aviação regional na China, com 76% de participação, e mantém 271 empregados no país, sendo 61 em seu escritório de vendas, suporte e serviços a clientes em Pequim, e outros 210 na “*Harbin Embraer Aircraft Industry*” (HEAI).

O recente início da produção de jatos executivos da Embraer na China (em substituição ao modelo 145) criará a possibilidade de novos negócios, por se tratar do segmento de maior expansão na aviação civil.

### *Defesa comercial*

Ao final de dezembro de 2012, 63 investigações estavam em curso, todas relativas à prática de dumping. Desse total, 28 casos envolvem produtos originários da China, ou seja, 44,4%.

Em 31 de dezembro de 2012, estavam em vigor no Brasil 89 medidas de defesa comercial, sendo uma medida compensatória a subsídio acionável e as demais direitos antidumping. Do total das referidas medidas em vigor, 34 correspondiam a produtos originários da China, ou seja, 38,2% delas.

As importações sujeitas no Brasil a medidas de defesa comercial totalizaram 164 linhas tarifárias do universo total. Cabe destacar que uma linha tarifária pode conter ou não a totalidade dos produtos objeto de medidas de defesa comercial. No que se refere à China, as importações sujeitas a medidas de defesa comercial totalizaram 82 linhas tarifárias.

O valor das importações brasileiras sujeitas a medidas de defesa comercial correspondeu, em dezembro de 2012, a 0,6% do valor total

importado. Em relação ao volume em peso, corresponderam, no mesmo período, a 1,2% do total. No caso da China, as importações sujeitas a medidas de defesa comercial corresponderam a 1,7% e 1,6% do total originário daquele país, em valor e volume respectivamente.

Em 2012 entrou em vigor normativa em defesa comercial com o objetivo de simplificar e acelerar a condução das investigações de dumping (Portaria SECEX nº 46/11). Também foi editada regra para disciplinar a representação legal das partes interessadas nas investigações (Portaria SECEX nº 41/12).

**Medidas antidumping implementadas pelo Brasil contra exportações de origem chinesa (janeiro de 2013)**

<b>Produto</b>	<b>Medida</b>
Ferros de Passar (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Ventiladores de Mesa* (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Talhas Manuais (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Chapas Pré Sensibilizadas de Alumínio (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Armações de Óculos (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Pedivelas (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Brocas de Encaixe (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Escovas para Cabelo (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Alto-Falantes (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Pneus de Automóveis (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Cadeados* (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
Alhos* (Revisão)	Direito Antidumping Definitivo
PVC-S	Direito Antidumping Definitivo
Eletrodos de Grafite	Direito Antidumping Definitivo
Fibras de Viscose	Direito Antidumping Definitivo
Pneus de Carga	Direito Antidumping Definitivo
Seringas Descartáveis	Direito Antidumping Definitivo
Magnésio Metálico	Direito Antidumping Definitivo
Fios de Viscose	Direito Antidumping Definitivo
Calçados	Direito Antidumping Definitivo
Cobertores sintéticos	Antielisão
Cobertores	Direito Antidumping Definitivo
Canetas esferográficas	Direito Antidumping Definitivo
Objetos de vidro, para mesa	Direito Antidumping Definitivo
Malhas de viscose	Direito Antidumping Definitivo
Tubos de aço carbono sem costura*	Direito Antidumping Definitivo
Ácido cítrico	Direito Antidumping Definitivo
Glifosato*	Direito Antidumping Definitivo
Lápis de mina de Grafite e de Cor*	Direito Antidumping Definitivo
Ímãs Permanentes de Ferrite em Forma de Anel*	Direito Antidumping Definitivo
Magnésio em Pó*	Direito Antidumping Definitivo
Garrafa Térmica*	Direito Antidumping Definitivo
MDI - polimérico	Direito Antidumping Definitivo
Talheres	Direito Antidumping Definitivo
Recipientes de aço (panelas)	Investigação
Ácido cítrico	Investigação
Tubo de Cobre	Investigação
Tubos com costura de aço inoxidável	Investigação
Laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos a frio	Investigação
Laminados planos de aço ao silício	Investigação

Laminados planos de baixo carbono e baixa liga (chapas grossas)	Investigação
Tubos de aço carbono, sem costura (tubos de condução)	Investigação
Pneumáticos para motocicletas	Investigação
Refratários básicos	Investigação
Fios de náilon	Investigação
Pneus novos de borracha para bicicleta	Investigação
Dióxido de silício precipitado	Investigação
Índigo blue reduzido	Investigação
Objetos de louça para mesa	Investigação
Resinas epóxi líquidas	Investigação

\*Prorrogadas

### *Reconhecimento da China como Economia de Mercado*

Durante visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em novembro de 2004, o Governo brasileiro reconheceu o *status* da China como economia de mercado. A referida decisão não foi, porém, implementada, por fazer-se necessário, entre outros trâmites, ato regulamentar específico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A implementação é objeto de consultas internas, tanto no âmbito do Governo quanto no do setor privado.

O procedimento adotado no Brasil para o reconhecimento de um país como economia de mercado prevê etapas – a saber, análise técnica, discussão em Grupo Técnico Interministerial e decisão da Câmara de Comércio Exterior –, em que se apuram indicadores econômicos e comerciais e elementos comprobatórios da natureza de economia de mercado, tais como: grau de controle governamental sobre as empresas ou sobre os meios de produção; nível de controle estatal sobre a alocação de recursos, preços e decisões de produção de empresas; legislação aplicável em matéria de propriedade, investimento, tributação e falência; grau em que os salários são determinados livremente em negociações entre empregadores e empregados; grau em que persistem distorções herdadas do sistema de economia centralizada relativas a, entre outros aspectos, amortização dos ativos, outras deduções do ativo, trocas diretas de bens e pagamentos sob a forma de compensação de dívidas; e nível de interferência estatal sobre operações de câmbio.

Esse procedimento foi aplicado ao reconhecimento de economia de mercado, pelo Brasil, de países do Leste Europeu (Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Bulgária, Ucrânia e Romênia).

Conforme apontado acima, setores específicos da economia chinesa poderão, eventualmente, ser reconhecidos como de economia de mercado em investigações pontuais, conforme regulamentado pela Portaria SECEX nº 59, de 2001, que dispõe sobre a possibilidade de que exportadores chineses venham a solicitar reconhecimento de que prevalecem condições de economia de mercado no setor em que operam.

Durante a II Reunião Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (COSBAN), em Brasília, em fevereiro de 2012, a delegação chinesa avaliou positivamente os novos procedimentos de investigações de defesa comercial "in loco", desenvolvida pela autoridade investigadora brasileira. Essa nova sistemática indica maior acuidade e preocupação da autoridade investigadora brasileira ao tratar investigações de defesa comercial relativas à China.

#### *Cooperação em Agricultura*

De acordo com relatório do Conselho Empresarial Brasil-China intitulado "A relação comercial entre Brasil e China no agronegócio", a participação daquele país nas exportações brasileiras de produtos do agronegócio mais do que duplicou entre 2008 e 2011 (US\$ 9 bilhões contra US\$ 18,7 bilhões). A China é, atualmente, o maior comprador de produtos brasileiros, como óleo de soja (as vendas de soja para a China superam as para o restante do mundo) e de amendoim; algodão; e pasta de madeira e celulose. Com a liberação das exportações brasileiras de carne de frango, a partir de 2009, o Brasil superou os EUA como principal fornecedor do produto à China.

#### *Cooperação no âmbito das Subcomissões de Agricultura e de Inspeção e Quarentena da COSBAN*

A Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da COSBAN trata de questões sanitárias e fitossanitárias relativas ao comércio bilateral, inclusive a abertura de novos mercados. A Subcomissão reuniu-se, pela primeira vez, em setembro de 2007, e tratou de requisitos para as exportações de produtos agrícolas brasileiros. À época, o País ainda se recuperava de surto de febre aftosa e tinha como objetivo a regularização das exportações de carnes. A segunda reunião foi realizada em abril de 2010, e teve foco no interesse brasileiro em exportar produtos como carne suína e tabaco. A reunião mais recente ocorreu em fevereiro de 2012, ocasião em que se discutiu a ampliação das exportações brasileiras de carnes, tabaco, milho e outros produtos, bem como a ampliação das exportações chinesas de pescado.

A Subcomissão de Agricultura da COSBAN trata de temas como cooperação em políticas agrícolas, tecnologia, pesquisa e ampliação do comércio bilateral. A primeira reunião da Subcomissão, realizada em março de 2006, discutiu cooperação nas áreas de germoplasma, biossegurança de soja transgênica e medidas sanitárias e fitossanitárias. Durante a segunda reunião, em novembro de 2010, discutiu-se o progresso da cooperação agrícola entre os dois países e houve intercâmbio de informações a respeito de biotecnologia. As partes comprometeram-se a estabelecer laboratórios conjuntos de pesquisa, por meio de acordo entre a EMBRAPA e a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS). Como resultado, foram estabelecidos um Laboratório Virtual da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na China (Labex China),

em 2011, é um laboratório da CAAS no Brasil, em 2012. Os dois lados concordaram, ademais, em coordenar posições em organizações internacionais acerca de temas agrícolas e assuntos relacionados – mudança do clima, rodada Doha e liberalização comercial.

Além das reuniões das duas Subcomissões, ambos os países realizam intensa troca de informações técnicas sobre requisitos sanitários e fitossanitários, com vistas à manutenção e ampliação do comércio bilateral, bem como superação de eventuais dificuldades comerciais pontuais.

#### *Exportações brasileiras de carnes*

O comércio de produtos cárneos teve grande impulso a partir da visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2009, ocasião em que foram liberadas as exportações brasileiras de carne de aves. Desde então, as vendas evoluíram significativamente: em 2009, totalizaram US\$ 40,7 milhões; em 2010, US\$ 225,2 milhões; em 2011, US\$ 433,0 milhões; e em 2012, US\$ 574,3 milhões. As exportações brasileiras deslocaram as norte-americanas (até 2009, o principal fornecedor de carne de frango à China), em processo também impulsionado pela aplicação de direitos *antidumping* ao frango norte-americano na China, no segundo semestre de 2009.

O Brasil tem buscado ampliar a exportação de carne de aves, bovina e suína para a China. Há 25 estabelecimentos produtores brasileiros habilitados a exportar carne de aves àquele país, e 30 outros estão em processo de habilitação. Em relação à carne bovina, há oito estabelecimentos autorizados e outros nove aguardam o término do processo de habilitação. Quanto à carne suína, mercado aberto ao Brasil em 2011, há quatro estabelecimentos brasileiros aptos a exportar e outros dez estabelecimentos interessados estão em processo de habilitação.

Em 13 de dezembro de 2012, as autoridades sanitárias chinesas anunciaram a suspensão temporária da importação de carne bovina e derivados provenientes do Brasil, em razão da ocorrência de um caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) atípica no País. A Embaixada do Brasil em Pequim tem realizado frequentes gestões e encaminhado às autoridades sanitárias chinesas informações técnicas detalhadas sobre o fato, produzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ademais, Adido Agrícola brasileiro em Tóquio realizou missão a Pequim, em dezembro de 2012, para apresentar esclarecimentos adicionais às autoridades chinesas.

Recorde-se que a ocorrência de EEB registrada refere-se a um único caso atípico, o que, portanto, não alterou o status brasileiro junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, do antigo nome “Organização Internacional das Epizootias”), que considera o Brasil um país com “risco insignificante de EEB”, nível mais baixo possível de risco. A posição da OIE é compartilhada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pelo Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul.

#### *Exportações brasileiras de soja*

À China foi o principal destino para a soja brasileira em 2011, quando as importações daquele país representaram 48,6% do total exportado pelo Brasil. Ao final do terceiro trimestre de 2012, as exportações do produto registraram cerca de 20% de aumento em relação ao mesmo período de 2011.

#### *Exportações brasileiras de tabaco*

Em agosto de 2012, foi assinado protocolo para exportação de folhas de tabaco do Brasil para a China. Com isso, o País passou a poder exportar tabaco não somente do Rio Grande do Sul, como já vinha ocorrendo, mas também de Alagoas e Bahia. Foram iniciadas negociações para a abertura do mercado chinês também para o tabaco produzido nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

#### *Comércio de frutas*

Encontra-se em negociação a inclusão de peras, maçãs e frutas cítricas na pauta de exportações da China para o Brasil, bem como a inclusão de frutas cítricas no conjunto de produtos exportados pelo Brasil à China.

#### *Outros produtos*

Brasil e China têm negociado a abertura de mercado para outros produtos agrícolas de interesse brasileiro, como gelatina, material genético bovino e alimentos para animais de companhia, bem como lácteos, de interesse chinês.

#### *Investimentos*

Segundo dados do BACEN, o estoque de investimentos chineses no Brasil, em 2005, registrou US\$ 79,6 milhões, inferior, naquela ocasião, ao estoque dos investimentos brasileiros na China:

Investimentos chineses no Brasil	
2001: US\$ 28,0 milhões	2006: US\$ 6,6 milhões
2002: US\$ 9,7 milhões	2007: US\$ 24,3 milhões
2003: US\$ 15,5 milhões	2008: US\$ 38,4 milhões
2004: US\$ 4,3 milhões	2009: (jan-abr): US\$ 66,11 milhões
2005: US\$ 7,5 milhões	

Investimentos brasileiros na China	
2001: US\$ 15 milhões	2005: US\$ 76 milhões
2002: US\$ 13 milhões	2006: US\$ 93 milhões
2003: US\$ 15 milhões	2007: US\$ 83 milhões
2004: US\$ 28 milhões	2008: US\$ 48 milhões

A China já há alguns anos tornou-se grande exportador de capital. Entre 2000 e 2009, o total de investimento estrangeiro direto

realizado pela China no exterior saltou de US\$ 30 bilhões para US\$ 228 bilhões. Em 2010 o fluxo de investimentos externos chineses alcançou US\$ 59 bilhões. O estoque de investimentos diretos chineses no exterior ao final de 2010 (setores não financeiros) é de US\$ 258,8 bilhões. Os investimentos diretos chineses no exterior deverão manter-se elevados nos próximos anos. Três fatores contribuirão para isso: a internacionalização das empresas chinesas, a necessidade de reciclar o alto volume de reservas bem como a elevada poupança interna e a tendência de valorização do renminbi (yuan).

#### *Investimentos chineses no Brasil*

O esforço empreendido pelo Governo chinês para a ampliação da presença das suas empresas no exterior levou a uma forte expansão dos fluxos de investimentos diretos chineses para o resto do mundo.

Nesse quadro, o estoque de investimentos diretos chineses no Brasil passou de US\$ 200 milhões em 2009 para mais de US\$ 15 bilhões em 2012.

Em 2010, empresas chinesas anunciaram cerca de US\$ 20 bilhões de investimentos no Brasil. A maior parte dos investimentos se concentra no setor primário (como energia e mineração), e reflete a necessidade chinesa de buscar no exterior os recursos naturais necessários para sustentar sua economia.

A partir de 2011, os investimentos chineses no Brasil apresentaram uma mudança de perfil, ao contemplarem, progressivamente, atividades como manufaturas, semi-manufaturas e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Naquele ano, foram anunciados investimentos chineses nos setores de telecomunicações, de automóveis e de eletrônicos.

Em 2012, os fluxos de investimento bilaterais continuaram a apresentar crescimento dos dois lados, mas sem a mesma intensidade de 2010/2011. No que se refere a setores de destino, foi confirmada tendência dos investimentos chineses no Brasil com ênfase no setor manufatureiro. Diversas empresas chinesas do setor automotivo anunciaram, em 2012, investimentos no Brasil, estimuladas pelo Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). A JAC Motors iniciou, em novembro, a construção de fábrica na Bahia, em Camaçari, que deverá receber investimentos da ordem de US\$ 450 milhões. Em setembro, a Foton, produtora chinesa de caminhonetes e minivans, anunciou investimentos de US\$ 300 milhões, também na Bahia. A *Great Wall* anunciou, em outubro, intenção de realizar investimentos para fabricar 50.000 veículos no Brasil, em local a ser definido em 2013. A Chery planeja investir US\$ 400 milhões na construção de fábrica em Jacareí, São Paulo.

Merece destaque, ainda, o estabelecimento de empresas chinesas do setor de equipamentos de construção no Brasil, que visam não apenas ao mercado local em expansão, mas também à possibilidade de firmar uma plataforma de exportação para a América Latina.

A empresa chinesa Sany tem fábrica em São José dos Campos (SP), onde produz guindastes sobre rodas (é líder neste segmento, com 30%

do mercado brasileiro), escavadeiras e bombas de concreto, e pretende iniciar em 2013 as operações de fábrica em Jacareí (SP), com investimentos previstos de US\$ 200 milhões.

A Zoomlion anunciou, em julho de 2012, investimento de US\$ 40 milhões para instalação de fábrica em Extrema (MG), cuja produção de betoneiras, mastros distribuidores e centrais dosadoras deverá começar em 2013. A XCMG, por sua vez, firmou memorando com o Município de Pouso Alegre do Sul (MG), onde, por meio de investimentos de até US\$ 500 milhões, instalará, até 2015, seu primeiro complexo fabril fora da China. A Liugong e a XGMA indicaram planos de construir instalações em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cada uma com investimentos de cerca de US\$ 100 milhões.

O crescimento dos investimentos industriais da China no Brasil tem sido acompanhado por uma maior presença de instituições financeiras chinesas no País. Assim, em 2012, o "*Industrial and Commercial Bank of China*" (ICBC), maior banco do mundo em valor de mercado, recebeu autorização do Governo brasileiro para atuar no País. Outra importante instituição financeira chinesa, o Banco da China, está presente no país desde 2009.

O Governo brasileiro tem interesse em atrair investimentos chineses para oportunidades existentes no âmbito do Plano Brasil Maior. Entre os setores considerados prioritários para o recebimento de investimentos estão: autopeças; agronegócio; resíduos sólidos; eletrônicos; semicondutores e equipamentos para operações portuárias – por exemplo, transtêineres e portêineres.

Há, ainda, interesse em contar com a participação de construtoras chinesas nas obras do PAC II e, igualmente, nas concessões de rodovias e ferrovias do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

#### *Investimentos brasileiros na China*

Ao lado dos crescentes investimentos da China no Brasil, o mercado chinês deverá também receber maior volume de investimentos brasileiros, em setores tradicionais (como aeronáutico e equipamentos industriais, dentre outros), e em novos segmentos (tais como processamento de alimentos, serviços financeiros e instalações portuárias).

Dentre os setores objeto de investimentos brasileiros na China, destacam-se o aeronáutico (Embraer), mineração (Vale), alimentos (BRF e Marfrig) motores (Weg) e autopeças (Maxion, Marcopolo e Fras-le). Ademais, os grupos Gerdau (siderurgia) e Suzano (papel e celulose), bem como o Banco do Brasil, o Banco Itaú, o Grupo Riachuelo (vestuário) e a empresa Caloi (bicicletas) contam com escritórios comerciais naquele país.

Recentemente, a Embraer deu início à produção de jatos executivos na China, em substituição à família EMB-145. Trata-se de operação promissora, por ocorrer em setor de alto valor agregado e pelo fato de o segmento de jatos executivos ser o que mais cresce na aviação civil.

Há perspectivas positivas de expansão da presença de empresas brasileiras no setor de alimentos processados (BRF – antiga “Brasil Foods” – e Marfrig), além de planos de expansão de outras empresas, como a Weg.

Em 2012, a Votorantim Cimentos e o Banco do Brasil deram início a novos negócios na China. A Votorantim assumiu o controle dos ativos da empresa portuguesa Cimpor no país asiático. Dessa forma, incorporou cinco fábricas na China, com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas de cimento e aproximadamente 900 funcionários.

Já o Banco do Brasil recebeu, em dezembro de 2012, autorização da Comissão Regulatória Bancária da China (CBRC) para abertura de agência em Xangai. Esse é o primeiro passo do processo que deverá resultar na inauguração da agência no segundo semestre de 2013.

#### *Cooperação multilateral na área financeira*

Na mais recente Cúpula do BRICS (Nova Délhi, 29 de março de 2012), os líderes dos cinco países membros do bloco – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – examinaram a possibilidade de estabelecimento conjunto de um novo Banco de Desenvolvimento. A iniciativa estaria centrada na mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, tanto nos próprios BRICS quanto em outros países emergentes e em desenvolvimento, em complemento aos esforços que vêm sendo conduzidos por instituições financeiras multilaterais e regionais.

As autoridades financeiras do BRICS estão examinando a viabilidade da referida iniciativa, no âmbito de grupo de trabalho constituído para essa finalidade, com vistas a subsidiar discussão adicional durante a próxima Cúpula (a ser realizada em Durban, África do Sul, em março de 2013).

#### *Cooperação em propriedade intelectual*

A crescente importância dos temas de propriedade intelectual no relacionamento bilateral Brasil-China – sobretudo aqueles relacionados a questões de observância de direitos e coordenação em foros multilaterais – motivou o estabelecimento em 2009, por iniciativa brasileira, do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual, com reuniões anuais. O Grupo de Trabalho foi formalizado por meio de Memorando de Entendimento, assinado em abril de 2010. O Brasil é um dos seis parceiros com os quais a China mantém mecanismo de diálogo sobre propriedade intelectual – os outros são EUA, União Europeia, Japão, Suíça e Rússia.

A China tornou-se, em poucos anos, um importante ator global em matéria de propriedade intelectual, colocando-se entre os principais países de origem dos depósitos de patentes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Entre os BRICS, a China é, destacadamente, o país com melhor inserção na economia do conhecimento.

A IV Reunião do Grupo de Trabalho de Propriedade Intelectual teve lugar em Pequim, em junho de 2012 e, como em as reuniões

anteriores, concentrou-se nos seguintes temas: observância de direitos de propriedade intelectual; políticas públicas de estímulo à inovação; e coordenação de posições em foros multilaterais. As discussões têm-se concentrado no intercâmbio de informações e experiências, bem como em casos específicos de apropriação indevida de marcas, patentes e desenhos industriais de empresas brasileiras e chinesas. Atendendo à solicitação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e a pleitos concretos de empresas brasileiras afetadas, o lado brasileiro tem buscado aprofundar essas discussões.

Em matéria de observância, o lado chinês vem enfatizando os esforços empreendidos pelo Governo daquele país para coibir a pirataria e a contrafação. Há cerca de um ano e meio, o Conselho de Estado viria se empenhando em campanha de reforço da proteção à propriedade intelectual, que compreende medidas educativas e repressivas, monitoramento de compras governamentais - i.e., uso somente de *softwares* licenciados em órgãos públicos - e cooperação com o setor privado. Vale observar que a proteção e a observância de direitos de propriedade intelectual na China são de competência compartilhada entre autoridades centrais, provinciais e municipais. Para contrabalançar o viés negativo das questões de *enforcement*, os dois lados têm buscado enriquecer a pauta de discussões, com intercâmbio de informações sobre inovação e processos de reforma legislativa.

Adicionalmente, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) vem aprofundando os laços de cooperação técnica com o escritório de patentes chinês, o *State Intellectual Property Office* (SIPO). Em julho último, delegação chefiada pelo Presidente do INPI realizou visita ao SIPO, para intercâmbio de informações relativas a pedidos de registro de propriedade industrial recebidos, à estrutura dos escritórios e ao estado atual dos debates internacionais. Assinou-se, ademais, Memorando de Entendimento entre os escritórios, que estabelece base legal para a ampliação das atividades de cooperação, a exemplo do treinamento de funcionários e do acesso às respectivas bases de dados de propriedade industrial. Espera-se que as atividades ao amparo do referido Memorando permitam melhorar a capacitação dos funcionários e aumentar a eficiência dos serviços oferecidos em ambos os territórios, tendo em vista o crescimento exponencial de pedidos de registro de títulos de propriedade industrial observado em todo o mundo, em especial na China.

#### *Empréstimos e Financiamentos Oficiais*

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para o tomador soberano da China.

#### *Ciência e tecnologia*

Realizaram-se, em 2011, o Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência e Tecnologia e Informação e a II Reunião da Subcomissão de C,T&I da Comissão Sino-Brasileira de Cooperação e Coordenação

(COSBAN). Em 2012, tiveram lugar visitas de trabalho do Ministro de Estado de Ciência de Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, à China no mês de julho, e do Ministro de Ciência e Tecnologia da China ao Brasil, em agosto, que serviram para impulsionar a construção de nova visão estratégica e de longo prazo para a cooperação bilateral naquelas áreas.

No âmbito da Subcomissão de C,T&I, foram estabelecidos programas e ações nas áreas de nanociência e nanotecnologia; meteorologia; biotecnologia e tecnologias agrícolas; meio ambiente, mudança do clima, energias limpas e renováveis e economia verde; tecnologias de bambu; tecnologias da informação e das comunicações (TIC); e promoção da inovação.

#### *Difusão da língua portuguesa*

No âmbito das ações para promoção da língua portuguesa, o Ministério das Relações Exteriores mantém, atualmente, dois leitorados em atividade, na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão e na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Em 2013, deverão ser reativados leitorados na Universidade de Pequim e na Universidade de Comunicação da China (Pequim). Ademais, poderá ser criado leitorado na Universidade Fudan, em Xangai. Sabe-se, ademais, que a China tem estimulado a expansão do ensino de português em Macau.

#### *Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)*

Em março de 2012, delegação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e de dezoito universidades brasileiras visitou a China. Na ocasião, realizou-se seminário entre universidades brasileiras e chinesas, ocasião em que ambos os países apresentaram suas instituições e áreas de interesse para cooperação acadêmica bilateral. Como resultado, representantes da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) iniciaram negociação com o *China Scholarship Council (CSC)* para implementação do Programa Ciência sem Fronteiras naquele país.

Nesse contexto, por ocasião de sua visita ao Brasil, em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciou que o Governo chinês oferecerá, anualmente, 200 bolsas de estudo para estudantes brasileiros, e os isentará do pagamento de mensalidades e taxas de matrícula.

#### *Relações empresariais Brasil-China*

O Conselho Empresarial Brasil-China é instância que congrega as principais empresas envolvidas na relação bilateral e se dedica à promoção do diálogo entre representantes dos setores público e privado com o intuito de aperfeiçoar o ambiente de comércio e os investimentos entre os dois países. Nos últimos dois anos, o Conselho realizou uma série de mesas redondas com líderes de Governo, empresários e especialistas, duas reuniões bilaterais com a Seção Chinesa do Conselho (uma em

Pequim, outra em São Paulo), reformulação da linha editorial das publicações, criação do Programa de Pesquisas do Conselho. Ademais, foi lançado o novo site do Conselho, que reúne um amplo e selecionado conjunto de informações sobre a relação bilateral.

### *Esportes*

No âmbito da Comissão Sino Brasileira de Concertação e Cooperação-COSBAN foi realizada, em 22 de maio de 2012, em Pequim, a V reunião do Grupo de trabalho dos assuntos esportivos da Subcomissão Cultural da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação.

A delegação brasileira convidou a China a colaborar na construção de grandes eventos esportivos no Brasil. Nesse contexto, a China foi convidada para enviar missão de especialistas em grandes eventos esportivos ao Brasil.

### *Assuntos consulares*

A rede consular brasileira na China é composta pela Seção Consular da Embaixada em Pequim, pelo Consulado-Geral em Hong Kong; pelo Consulado-Geral em Xangai e pelo Consulado-Geral em Cantão.

Segundo dados de 2012, é estimado em 6.250 o número de os brasileiros residentes na República Popular da China.

Na jurisdição consular da Embaixada em Pequim, avalia-se que haja 2.500 brasileiros. Desse total, metade reside na capital chinesa e os demais estão distribuídos entre a Municipalidade de Chongqing e as Províncias de Sichuan e Shaanxi.

Na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai, a comunidade brasileira é estimada em cerca de 1.430 pessoas. Quase a metade desse número é de filhos de imigrantes chineses que trabalham ou trabalharam no Brasil. Os brasileiros restantes trabalham principalmente em empresas multinacionais e em firmas de importação e exportação.

A maior parcela dos cerca de 1.800 nacionais residentes na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão é de empregados no setor calçadista e coureiro, juntamente com suas famílias. Essa comunidade é razoavelmente estável, e conta com membros residentes há mais de dez anos na jurisdição, alguns dos quais migraram para o setor de serviços e para atividades vinculadas ao comércio bilateral. Lideranças da comunidade consideram que o número estimado de residentes deve ter chegado ao limite de sua expansão e tende a reduzir-se, em decorrência da reestruturação produtiva empreendida pelo Governo chinês, com o desenvolvimento do centro-oeste do país e a migração de empregos no setor calçadista e coureiro para aquela região.

Por fim, cerca de 300 brasileiros vivem em Hong Kong, e cerca de 200 em Macau. A comunidade de Hong Kong é composta, em sua maioria, por funcionários de multinacionais e por pilotos de companhias

aéreas. A comunidade de Macau é composta, em grande parte, por professores universitários. Uma pequena parcela da comunidade está empregada no setor de entretenimento (restaurantes, música e dança brasileiras).

#### *Situação de Taiwan*

Desde 1974, o Brasil não mantém relações políticas ou diplomáticas com o Governo sediado na cidade de Taipé, na ilha de Formosa (Taiwan). Em consonância com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas, o Brasil apoia os esforços pacíficos no sentido da reunificação do território chinês.

Não obstante essa situação, não existem obstáculos ao intercâmbio com Taiwan nos campos comercial e econômico (inclusive de investimentos); no campo cultural; e no campo científico-tecnológico. O Brasil mantém um Escritório Comercial em Taipé, e há Escritórios taiwaneses em Brasília e em São Paulo.

O intercâmbio comercial brasileiro com Taiwan passou de US\$ 1,05 bilhão, em 2001, para US\$ 5,8 bilhões em 2011 (crescimento de 553% no período, superior ao crescimento global brasileiro de 423%), e para US\$ 5,5 bilhões em 2012 (redução de 5,2% em relação a 2011, contra decréscimo de 3,2% do comércio global brasileiro). Assinale-se que tais indicativos excluem produtos brasileiros que chegam ao mercado taiwanês via reexportações procedentes de Tóquio e Hong Kong.

Em 2012, as exportações brasileiras para Taiwan cresceram 1,7% (US\$ 2,34 bilhões, ante US\$ 2,30 bilhões em 2011), e as importações reduziram-se em 9,7% (US\$ 3,12 bilhões, contra US\$ 3,5 bilhões naquele ano), o que levou à redução do déficit comercial da ordem de 30% (foi de US\$ 827,6 milhões, em 2012, e de 1,2 bilhão em 2011).

Entre as exportações brasileiras para Taiwan, em 2012, destacam-se soja; minério de ferro; milho; e algodão. Entre os principais produtos importados de Taiwan, no mesmo ano, estão circuitos integrados e impressos; óleo diesel; componentes para aparelhos receptores de rádio e de televisão; filamentos e resinas sintéticas; e aparelhos telefônicos.

Por ocasião da visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China, em abril de 2011, foi anunciada a intenção da empresa taiwanesa Foxconn de expandir seus investimentos no Brasil, com um novo projeto da ordem de US\$12 bilhões, em cinco anos.

A Foxconn é uma empresa taiwanesa com forte presença de ativos na China continental. É uma das maiores empresas de componentes eletrônicos do mundo, produzindo para computadores e notebooks de marcas como HP, DELL, Sony e Apple, entre outros. A Foxconn é, ademais, a maior montadora mundial da Apple, com exclusividade em alguns produtos, como o iPad. Ao todo, a companhia emprega cerca de um milhão de pessoas, quase metade dos quais trabalham na fábrica de Shenzhen, na China.

### *Cooperação parlamentar*

A República Popular da China é o único país com o qual o Congresso Nacional mantém dois diferentes Grupos de Amizade Parlamentar – um em cada Casa legislativa. A Câmara dos Deputados mantém Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-China composto por 14 Deputados, presidido pelo Deputado Osmar Júnior (PCdoB/PI). No Senado Federal, integram o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-China sete Senadores. Preside o Grupo o Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA).

Em 2006, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, assinou protocolo para a criação de Mecanismo de Cooperação Parlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular da China. A primeira reunião bilateral do referido Mecanismo teve lugar em Pequim, em junho de 2012, durante visita oficial do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia (PT/RS), à China, realizada a convite do Governo daquele país.

A visita do Presidente da Câmara dos Deputados ocorreu entre 2 e 9 de junho último. Integraram a delegação brasileira, além do Deputado Marco Maia, os Deputados Jilmar Tatto (SP), líder do PT na Câmara; Bruno Araújo (PE), líder do PSDB; Perpétua Almeida (PCdoB/AC), Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Osmar Júnior (PCdoB/PI), Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China; e Fábio Ramalho (PV/MG).

Entre 16 e 25 de novembro último, delegação do Senado Federal realizou viagem à China, também a convite do Governo chinês. A missão representou a seção do Senado Federal do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China e foi chefiada pelo Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e integrada pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Casildo Maldaner (PMDB/SC), Cícero Lucena (PSDB/PB), Edison Lobão Filho (PMDB/MA), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), José Agripino Maia (DEM/RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

## POLÍTICA INTERNA

Em princípio, o Partido Comunista Chinês (PCCh) e o Governo chinês são instituições paralelas e hierarquicamente equivalentes dentro do Estado chinês. A Constituição chinesa garante ao Partido a posição de liderança na República Popular da China, o que resulta em sua preeminência em relação às instituições governamentais. Nesse contexto, observa-se grande entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

Observa-se, no âmbito do Governo, a consolidação de um modelo de “administração colegiada”, cada vez mais evidente no funcionamento do Comitê Permanente do PCCh e de *Politburo*, nos quais nenhum líder detém, individualmente, poder incontrastável. Assim, a implementação de novas reformas ou importantes alterações de rota demandam consenso no *Politburo*.

### **Poder Legislativo – Assembleia Nacional Popular (ANP)**

Situada no topo da hierarquia governamental chinesa, a Assembleia Nacional Popular é o Parlamento chinês, unicameral, composto por deputados eleitos indiretamente. Entre os deputados, deve haver representantes de todas as minorias étnicas chinesas. A escolha é conduzida pelo Comitê Permanente da ANP. A ANP conta com cerca de três mil deputados, que cumprem mandato de cinco anos. A totalidade da Assembleia Nacional Popular se reúne apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No resto do ano, os trabalhos da Casa são conduzidos pelos cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP. A sessão anual do Congresso Nacional do Povo é um grande evento político, cujo ponto culminante é a apresentação de um longo relatório do Primeiro-Ministro resumindo o momento presente da nação.

### **Poder Executivo - Conselho de Estado**

O Conselho de Estado é o órgão mais elevado do Poder Executivo chinês. Está submetido à Assembleia Nacional Popular. O Conselho de Estado é presidido pelo Primeiro-Ministro, em conjunto com quatro Vice-Primeiros-Ministros, cinco Conselheiros de Estado, Ministros, Auditor-Geral e Secretário-Geral. Ao Conselho de Estado estão subordinados os Ministérios, Comissões e Administrações Nacionais, entre outros órgãos. As posições de Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro e Conselheiro de Estado são ocupadas por quadros do Partido, assim como a

grande maioria das chefias de Ministérios e pastas equivalentes. Não podem se reeleger mais de uma vez.

As funções e poderes do Conselho de Estado são: i. adotar medidas administrativas, decretar normas administrativas e regulamentos, e decidir sempre confirme a Constituição; ii. submeter propostas à ANP ou ao seu Comitê Permanente; iii. supervisionar o trabalho dos ministérios e comissões; iv. estabelecer a divisão de poderes entre o Governo central e as províncias, regiões autônomas e municipalidades sob o controle direto do Governo central; v. preparar o orçamento; vi. conduzir as relações exteriores e concluir tratados e acordos internacionais; entre outros.

### **Comissão Militar Central**

Incumbida de administrar as Forças Armadas chinesas, está diretamente subordinada à ANP e seu Comitê Permanente.

### **Poder Judiciário**

O Poder Judiciário chinês está submetido, formalmente, à Assembleia Nacional Popular, órgão máximo do Governo chinês. O Judiciário divide-se em Suprema Cortê Popular, Cortes Populares locais, Cortes Militares e Cortes Especiais. O Presidente da Suprema Cortê possui mandato igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez. Segundo a Constituição, os julgamentos devem ser públicos.

### **Sucessão política**

Em novembro passado, cumpriu-se a primeira etapa do processo de transição política na China, com a realização do XVIII Congresso do Partido Comunista, que elegeu o Vice-Presidente Xi Jinping Secretário-Geral do PCCh e Presidente da Comissão Militar Central, bem como os demais membros do Comitê Permanente do *Politburo*.

Naquela reunião, foram indicados os novos ocupantes dos altos cargos do Partido. Os cargos governamentais serão confirmados, por sua vez, durante a próxima Sessão Plenária da Assembleia Nacional Popular, a ser realizada em março de 2013.

O XVIII Congresso do PCCh ensejou a segunda transição política estável e previsível da história da China, após a mudança ocorrida em 2002, quando Hu Jintao, então Vice-Presidente da República assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido, no lugar de Jiang Zemin. Xi Jinping é o atual Vice-Presidente da República e, como Secretário-Geral do PCCh, deverá ascender à Presidência da República em março próximo.

Um dos resultados do XVIII Congresso do PCCh foi a diminuição do número de membros do Comitê Permanente do *Politburo*, de 9 para 7. Os novos membros são, em ordem de precedência:

1. Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido, Presidente da Comissão Militar Central e provável Presidente da República;
2. Li Keqiang, atualmente Vice-Primeiro-Ministro Executivo, do Conselho de Estado, é apontado como provável Primeiro-Ministro;
3. Zhang Dejiang, atualmente Vice-Primeiro-Ministro e Secretário do Partido em Chongqing. É apontado como provável Presidente da Assembleia Nacional Popular;
4. Yu Zhengsheng, atualmente Secretário do Partido em Xangai e apontado como provável Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês;
5. Liu Yunshan, Diretor do Departamento de Propaganda do PCCh e apontado como provável Vice-Presidente da República e Chefe do Secretariado do PCCh;
6. Wang Qishan, atualmente Vice-Primeiro-Ministro (co-presidente, pelo lado chinês, da COSBAN), foi nomeado Diretor do Departamento de Inspeção da Disciplina do PCCh, principal órgão de combate à corrupção na China;
7. Zhang Gaoli, atualmente Secretário do Partido em Tianjin, é apontado como provável Vice-Primeiro-Ministro Executivo do Conselho de Estado.

A alteração no número de membros é tida por analistas como uma tentativa de facilitar o consenso na tomada de decisões, em momento em que a implementação de reformas se torna premente.

Nem todos os membros do XVIII Comitê Central terão direito a dois mandatos de cinco anos. Existe uma zona intermediária entre a Quarta e a Quinta Gerações, na qual estão Zhang Dejiang, Yu Zhengsheng, Liu Yunshan, Wang Qishan e Zhang Gaoli, todos nascidos entre 1945 e 1948. Em tese, esses dirigentes – cinco dos sete membros do Comitê Permanente do Politburo – terão que se retirar da política por volta de 2017, no XIX Congresso do Nacional do Partido. Em cinco anos, com a aposentadoria dessa geração intermediária, deverão ascender os remanescentes da Quinta Geração que não foram promovidos em 2012, e expoentes da Sexta Geração, que assumirá as principais posições do Partido em 2022.

Em seu primeiro discurso como Secretário-Geral do PCCh, Xi Jinping afirmou que os chineses esperam de seu Governo: educação, empregos estáveis, elevação da renda, seguridade social, assistência médica, melhores condições de moradia e um meio ambiente mais “belo”.

Em seu primeiro deslocamento oficial fora de Pequim, desde que substituiu Hu Jintao, o novo Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês viajou à província de Guangdong entre os dias 7 e 11/12/12. Tratou-se de um gesto carregado de simbolismo escolher Guangdong como o destino de sua primeira visita oficial: há vinte anos, Deng Xiaoping visitou a região

em seu "tour do Sul", quando apresentou as bases do processo de abertura econômica.

### **Desafios internos**

As lideranças da Quinta Geração caberia, no curso desta década, a missão de consolidar o país na posição de potência mundial. Para tanto, terão diante de si uma série de desafios, que, embora presentes desde já, ainda não atingiram seu ponto crítico. O principal consistiria em manter nível de crescimento doméstico capaz de assegurar a coesão popular em torno do PCCh. Esse processo de conciliação assumiria contornos mais delicados diante das incertezas geradas pela desaceleração das grandes economias desenvolvidas (principais parceiros comerciais da China) e do aumento de expectativas e demandas que acompanham o crescimento de renda da população.

### **Plano Quinquenal**

Os Planos Quinquenais na China, aprovados pela Assembleia Nacional Popular, estabelecem as metas que delineiam o tipo de modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo país nos cinco anos seguintes. É possível perceber, ao longo do tempo, mudanças de enfoque em cada plano, mas o cumprimento e até a superação dessas metas têm se tornado praxe.

Lançado em março de 2011, o XII Plano corresponde a um período posterior ao da crise financeira internacional de 2008 e 2009, que a China enfrentou com relativa tranquilidade, tendo se consolidado como a segunda maior economia do mundo. Constata-se, porém, o esgotamento do modelo baseado em exportações e elevados investimentos em infraestrutura e indústria de base, seguido nos planos anteriores, e que proporcionara as altas taxas de crescimento econômico do país nos últimos anos.

A mudança do modelo, que traria salto qualitativo ao desenvolvimento por meio do aumento do papel do consumo doméstico na expansão do PIB, torna-se premente também face às demandas da sociedade chinesa por maior distribuição de renda. Essas reformas estruturais são previstas pelo Governo chinês há cerca de quinze anos, mas enfrentariam resistências de setores que seriam afetados pela mudança de rumo na economia e pelas políticas de combate à crise financeira.

O XII Plano Quinquenal objetiva incorporar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, fomentando o crescimento econômico em conjunção com políticas sociais e de distribuição de renda, buscando maior eficiência energética e mitigação de danos ambientais. O Plano atual atribui prioridade às reformas estruturais e a aspectos qualitativos e distributivos do desenvolvimento, ainda que à custa de um ritmo menor de crescimento.

## A questão de Taiwan

A Constituição da República Popular da China (RPC) afirma que “Taiwan é parte do território sagrado da China” e que “é dever de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, cumprir a grande missão de reunificar o território da nação”. O rompimento das relações diplomáticas com aquela ilha é condição fundamental imposta por Pequim para o estabelecimento de relações com a República Popular. A posição pró-reunificação é corroborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Assembleia Geral aprovou, em 1971, a Resolução 2758, que reconhece o Governo da RPC como único representante legítimo do povo chinês na Organização e como membro permanente do Conselho de Segurança.

Em 1992, foi assinado o chamado "Consenso de 1992", um acordo entre os Governos sediados em Pequim e em Taipé, segundo o qual existe apenas "uma China".

A vitória do *Kuomintang* (KMT) nas eleições de 2008 e a posse de Ma Ying-jeou, em maio daquele ano, trouxeram novo ânimo ao relacionamento entre Pequim e Taipé. Desde então, houve, de ambos os lados, demonstrações de abertura para o diálogo. Em janeiro de 2012, Ma Ying-jeou foi reeleito, confirmando essa tendência de aproximação. As relações entre os dois lados do estreito foram um dos principais temas da campanha eleitoral. Ma defendeu o desenvolvimento pacífico das relações com a China continental e a manutenção do "Consenso de 1992".

A abordagem pacífica das relações entre os dois lados do estreito atingiu seu ápice com a assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), em 2010. As conversações tiveram início ainda em 2008, quando foram retomados os contatos entre a “Associação para Relações no Estreito de Taiwan”, com base na China continental, e a “Fundação de Trocas no Estreito”, baseada em Taiwan. A abertura das “três ligações diretas” no estreito (correio, comércio e serviços aéreos e marítimos) ampliou a cooperação econômica entre Taiwan e a China continental.

Taiwan mantém, hoje, relações diplomáticas com o Vaticano e 22 membros das Nações Unidas, dos quais 12 se situam na América Latina e Caribe: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; 6 na Oceania: Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Tuvalu; e 4 na África: Burkina Faso, Gâmbia, Suazilândia, São Tomé e Príncipe. Participa, desde 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o *status* de território alfandegário separado, e não de país soberano e independente – e, desde 2009, como observador na Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

## **Tibete**

No século XVIII, o Tibete fora conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Essa conquista formalizou, na prática, uma ocupação que já ocorria há mais de cinco séculos pelos imperadores mongóis. Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência, que durou até a sua ocupação, pelo Exército da República Popular da China, em 1949.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos e produzido três Resoluções condenatórias da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (que incluía Taiwan) e pela comunidade internacional. Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e acrescenta que a questão é puramente assunto da China, no qual nenhum Governo ou organização estrangeira tem o direito de interferir.

## **Situação de direitos humanos na China**

Nos últimos anos, a China tem logrado avanços na promoção e proteção de direitos humanos e sociais, em especial em questões relacionadas ao acesso à alimentação, à saúde, ao emprego, à moradia, ao salário mínimo, à educação e ao desenvolvimento. Vale notar, nesse sentido, que a China foi o primeiro país a atingir a meta de redução de pobreza estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A China também atingiu a meta de eliminação de disparidade de gênero em educação primária e secundária, embora ainda restem desafios e preocupações no que diz respeito à eliminação de discriminação contra mulheres em áreas rurais.

Quando do exame da China pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos, em 2009, o Brasil apresentou as seguintes recomendações: ratificar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, bem como aderir ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional e ao Protocolo Opcional à Convenção contra Tortura; considerar uma moratória em execuções, com vistas à abolição da pena de morte; adotar legislação específica acerca de violência doméstica; e continuar sua cooperação com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.

## POLÍTICA EXTERNA

Depois de tornar-se, no início da década passada, o principal credor estrangeiro de títulos do Tesouro norte-americano, a China assumiu em 2011 a condição de segunda maior economia (PIB a preços correntes) e maior exportadora mundial. O desempenho da economia chinesa passou a ser determinante para o nível de crescimento mundial e suas vultosas reservas internacionais são cada vez mais requisitadas para corrigir desequilíbrios financeiros internacionais (via reforço da capitalização das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial; investimentos em terceiros países ou operações de salvamento nos países da Zona do Euro, por exemplo).

Apesar disso, Pequim recusa-se, em seu discurso diplomático, a considerar-se parte de um “G-2” (EUA-China), e insiste em apresentar-se como país em desenvolvimento, orientado pelos princípios de “desenvolvimento pacífico” e desprovido de aspirações hegemônicas.

Essa postura se coaduna com a orientação de Deng Xiaoping de que a China deve manter perfil discreto em sua ação externa e evitar assumir ostensivamente papéis de liderança.

Retórica à parte, a China vive atualmente uma fase de fortalecimento de sua capacidade de projeção de poder. Essa conquista de espaço já se esboçava no início da década passada e assumiu contornos muito mais contundentes após a crise de 2008 e sua reedição recente, com a crise do Euro, a partir de 2011.

Na ótica de Pequim, a crise internacional revelou a fragilidade econômica dos países desenvolvidos, tornando mais próximo o objetivo chinês de construir um mundo multipolar.

Nesse processo de afirmação mundial, o fortalecimento do poder bélico chinês constitui um desdobramento natural. A expansão da marinha chinesa em seu entorno geopolítico é o seu componente imediato mais visível, notadamente no Mar do Sul da China, por onde trafega a maior parte do petróleo que abastece as economias asiáticas, e no Oceano Índico.

Ademais, a China desenvolve no momento uma intensa e deliberada estratégia de projeção de “*soft power*”, no seu entorno mais imediato e em áreas não tradicionais de sua agenda externa, como a África e a América Latina.

### EUA

A afirmação de poder global da China gerou a necessidade de reacomodação nas suas relações com os EUA. Esse processo intensificou-se à medida que a presença internacional de Pequim se ampliou em extensão e conteúdo.

O *status* chinês de maior detentor de títulos do Tesouro norte-americano; a condição de maior exportador mundial; o peso das empresas de capital americano nas exportações totais da China; a questão de Taiwan

(objeto de seção específica); a influência de Pequim sobre tópicos sensíveis da agenda regional e internacional, como as questões nucleares do Irã e da Coreia do Norte, do Mar do Sul da China e as negociações sobre mudança do clima – são todos temas de grande sensibilidade, cujo encaminhamento envolve diretamente as duas partes. A relação é, portanto, cada vez mais interdependente.

Os EUA têm saudado a ascensão de uma “China forte, pacífica e próspera”, afirmando estarem comprometidos com uma “parceria cooperativa” com o país asiático, centrada na expansão dos instrumentos bilaterais de diálogo, inclusive para tratar de assuntos como direitos humanos. A China também busca trabalhar de forma construtiva com os EUA, concentrando esforços sobre áreas de interesse comum, reforçando a interdependência econômica e minimizando sensibilidades no relacionamento, como questões ligadas a Taiwan, direitos humanos, assuntos militares e comerciais.

No âmbito do Diálogo Estratégico e Econômico, principal mecanismo bilateral sino-americano, o adensamento das relações bilaterais vem sendo tratado de forma não-conflituosa. A vertente estratégica do Diálogo está voltada para o intercâmbio de visões e para a construção de confiança em temas de natureza política; a econômica busca promover relação econômico-comercial saudável, tendo em vista, sobretudo, o elevado déficit comercial dos EUA com a China.

Os dados comerciais bilaterais refletem o grau de complexidade e interdependência que alcançou o relacionamento entre China e EUA. A corrente comercial alcançou US\$ 491 bilhões em 2012, com exportações norte-americanas de US\$ 100,2 bilhões e importações no valor de US\$ 390,8 bilhões, o que representa um déficit de US\$ 290,6 bilhões para os EUA (em dados do Governo norte-americano). Entre as principais tensões no relacionamento econômico entre EUA e China estão a alegação estadunidense de que a China não protegeria adequadamente os direitos de propriedade intelectual e o manejo da política cambial chinesa. Sobre este último ponto, o Tesouro norte-americano, em relatório regular emitido em novembro de 2012, não incluiu a China como país manipulador do câmbio, indicando haver ainda necessidade de avanços no “processo de ajustes” naquela área. A posição do Tesouro não impede, entretanto, que segmentos do Congresso norte-americano proponham mudanças na legislação com vistas a punir países manipuladores do câmbio. Quanto a investimentos estrangeiros, ouvem-se reclamações de parte a parte.

## **União Europeia**

As relações entre a China e a União Europeia (UE) têm evoluído, desde seu estabelecimento em 1975, no sentido de uma crescente interdependência, impulsionada, em anos recentes, por volumoso intercâmbio comercial, elevados fluxos de investimentos e intensa cooperação em ciência e tecnologia.

Apesar do adensamento das relações China-UE, no âmbito político perdura a questão do embargo à exportação de armamentos e tecnologia militar europeus para a China, instaurado em 1989, após os distúrbios ocorridos na Praça da Paz Celestial. O eventual levantamento do embargo estaria condicionado à melhoria das condições de defesa dos direitos humanos no país asiático, na linha de política externa professada pela UE de "apoiar a transição da China a uma sociedade aberta, baseada no Estado de Direito e no respeito aos direitos humanos". No âmbito econômico-comercial, permanece como ponto de fricção o não-reconhecimento da China como economia de mercado.

A União Europeia, como bloco de países, é o principal parceiro comercial da China, ao mesmo tempo em que os investimentos diretos chineses são, hoje, fatores de contenção da crise do euro, deflagrada em 2008. A China, por sua vez, é o segundo parceiro comercial da UE (intercâmbio de US\$ 428 bilhões, em 2011), atrás apenas dos EUA (trocas de US\$ 445 bilhões, no mesmo ano); a principal origem das importações europeias (cerca de 30% de suas importações de bens manufaturados provêm da China, com ênfase para o segmento de equipamentos de telecomunicações); e o segundo principal destino das exportações da UE. O comércio é altamente deficitário para a UE (saldo negativo superior a US\$ 200 bilhões, em 2011).

A crise econômico-financeira de 2008 gerou importantes mudanças estruturais no cenário internacional e, particularmente, no relacionamento China-UE, mediante o significativo aumento de investimentos diretos chineses no continente – com destaque para o setor de serviços públicos (*utilities*) – e a crescente importância do país asiático como fonte de recursos financeiros para a fragilizada zona do euro (em particular, para as dívidas soberanas de países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia, entre outros, mas também para fundos de resgate da UE).

Desde abril de 2008, segundo dados da *Heritage Foundation*, a China investiu cerca de US\$ 49,1 bilhões em países europeus, dos quais US\$ 10,9 bilhões no Reino Unido, o principal receptor europeu de investimento estrangeiro direto (IED) chinês, seguido da França (US\$ 7,2 bilhões) e da Alemanha (US\$ 3,7 bilhões). Segundo dados da consultoria privada norte-americana *Rodhium Group*, em junho de 2012 somavam-se mais de 570 operações de IED chinês na UE (contra cerca de 20, em 2002). Por seu turno, o IED europeu para a China tem-se mantido elevado, apesar da crise de 2008. Em 2011, o fluxo somou cerca de US\$ 34 bilhões (estimativa para 2011 da Comissão Europeia), o que representa 2-3% do fluxo total de IED europeu nesse ano, mas aproximadamente 17% de todo o fluxo de IED entrante na China naquele ano.

Em reação à crise de 2008, Pequim tem feito reiteradas manifestações de confiança em relação à capacidade europeia de superar as presentes dificuldades. O Governo chinês anunciou a realização de aporte de US\$ 43 bilhões ao FMI (por ocasião da Cúpula do G-20 em Los Cabos, em junho de 2012) e a intenção de aumentar o volume de comércio e investimentos com a União Europeia.

De acordo com recente declaração da Chancelaria chinesa, a relação entre a China e a UE beneficiar-se-ia em muito da eventual solução das duas grandes questões que, para Pequim, seriam centrais e que, como mencionado acima, refletiriam a falta de confiança que ainda permeia o relacionamento bilateral: o embargo à exportação de armamentos europeus para o país asiático e o não-reconhecimento da China como economia de mercado.

A Alemanha é o principal parceiro comercial da China na Europa e o quinto no mundo (em 2011, trocas de US\$ 203 bilhões, com déficit alemão de aproximadamente US\$ 22 bilhões). Ressalta também o apreço chinês pelo papel central da Alemanha no âmbito da UE, assim como por outros aspectos, por exemplo, o conhecido rigor com que o país europeu administra suas contas públicas. Muitos analistas mencionam inclusive que, em cenário de eventual dissolução da zona do euro, as relações China-Alemanha poderiam adquirir relevância ainda maior.

Com o Reino Unido, ressalta o papel relevante de instituições financeiras britânicas nos esforços chineses de internacionalização do yuan. O Governo chinês busca a ampla utilização do yuan no comércio e investimentos internacionais, com vistas a torná-lo moeda de reserva internacional. Em abril de 2012, por exemplo, a instituição financeira britânica HSBC – o maior banco internacional com presença na China continental e em Hong Kong – anunciou planos para o lançamento, na bolsa de Londres, dos primeiros bônus internacionais denominados na moeda chinesa. Londres poderia tornar-se importante praça internacional para o comércio e câmbio de yuans, aproveitando-se da crescente disponibilidade de ativos em moeda chinesa encontrada em países europeus (motivada, entre outros fatores, pelo já mencionado surto de investimentos chineses em países europeus, desde 2008).

Ainda outra frente importante de inserção chinesa na Europa tem sido a ampliação, notavelmente a partir de 2008, de investimentos chineses – com grande participação de estatais – no setor de serviços públicos, em países como Reino Unido, Portugal, Espanha e Grécia, entre outros. No Reino Unido, o fundo soberano *China Investment Corporation* adquiriu, em janeiro de 2012, cerca de 9% da *Thames Water*, maior empresa britânica de água e saneamento básico. Em dezembro de 2011, a *Three Gorges Corporation* comprou, por US\$ 3,5 bilhões, 21% da Energias de Portugal, e, em fevereiro de 2012, a *State Grid* adquiriu 25% da Redes Energéticas Nacionais, também de Portugal. Na Grécia, a COSCO investiu US\$ 5,9 bilhões, em junho de 2008, para adquirir (da estatal *Greece's Piraeus Port*) a concessão do maior porto daquele país. Na Espanha, entre 2009 e 2011, a *China Unicom* comprou, por US\$ 1,5 bilhões, 2% de participação na Telefônica, maior empresa de telefonia fixa e móvel daquele país, com extensa presença no Brasil.

A propósito, no Brasil, a chinesa *State Grid* adquiriu da espanhola *Actividades de Construcción*, por cerca de US\$ 930 milhões, sete linhas de transmissão (um total de 2.792 quilômetros de linhas, que se espalham por oito Estados do País – para efeitos de comparação, Furnas

conta com 19,2 mil quilômetros de linhas transmissão no Brasil). Em 2010, em nova investida no País, adquiriu do grupo espanhol Plena Transmissoras, por US\$ 1,6 bilhões, outras sete transmissoras de energia.

## **Japão**

Em 2012, as relações entre a China e o Japão entraram em uma fase de tensão sem precedentes no pós-guerra. O dissenso acerca das ilhas Senkaku/Diaoyu (pequeno arquipélago do Mar da China Oriental, denominado "ilhas Senkaku" pelo Japão e "ilhas Diaoyu" pela China) foi agravado, em setembro de 2012, pela nacionalização, pelo Governo japonês (compra de proprietário privado), de três das cinco ilhas do arquipélago, reivindicado pelo Governo chinês como parte de seu território.

No mês anterior (agosto de 2012), a prisão (e posterior deportação), nas ilhas Senkaku/Diaoyu, de um grupo de ativistas chineses pela Guarda Costeira do Japão desencadeou uma onda de protestos em diversas cidades da China, incluindo depredação de fábricas e estabelecimentos comerciais de marcas japonesas naquele país. Posteriormente (30 de outubro de 2012), o *CEO* da Nissan, Carlos Ghosn, afirmou, em entrevista ao *Financial Times*, que os investimentos da empresa já previstos para a China seriam mantidos, mas que investimentos adicionais seriam reconsiderados.

Os ânimos entre o Japão e a China ainda se encontram relativamente acirrados, com destaque para o fato de que embarcações oficiais chinesas têm sido continuamente avistadas em águas próximas àquelas ilhas, acarretando protestos diplomáticos por parte de Tóquio. Em setembro de 2012, o Secretário de Defesa dos EUA, Leon Panetta, pediu "calma" aos Governos da China e do Japão e declarou que Washington não tomaria partido na questão das ilhas, acrescentando, entretanto, que, por estarem estas sob administração (posse) nipônica, os EUA teriam a obrigação de defendê-las, de acordo com o Tratado de Segurança e Cooperação Mútua Japão-EUA (1960). Recorde-se que os EUA são o principal aliado extrarregional do Japão.

## **Índia**

Índia e China somam cerca de 35% da população mundial. Em termos econômicos, são os dois países que tiveram maior crescimento econômico *per capita* desde a crise financeira de 2008 (com o Brasil em terceiro lugar). Na comparação entre ambos, o PIB *per capita* chinês é duas vezes maior que o indiano, e a China registra diversos indicadores sociais consideravelmente melhores.

A China passou a ser o maior parceiro comercial da Índia a partir de 2009, ultrapassando os EUA (em 2011, a Índia foi o décimo parceiro

comercial da China, com um volume de comércio inferior ao que o Brasil manteve com a China). O comércio bilateral cresceu de US\$ 7 bilhões, em 2003, para cerca de US\$ 70 bilhões em 2011. Os dois Governos estabeleceram como meta atingir US\$ 100 bilhões até 2015, mas analistas avaliam que essa cifra poderá ser alcançada já em 2013. Em termos de investimentos, as relações podem ser consideradas modestas, mas com grande potencial. A Índia tem planos de atrair capitais chineses para participar de seus projetos de investimento em infraestrutura, que exigem recursos de mais de US\$ 500 bilhões.

Há grande convergência de interesses em certos temas globais, como nos debates sobre a agenda para o desenvolvimento, em negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, em posições sobre mudanças climáticas, no âmbito do G-20, do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e no enfrentamento da crise financeira internacional.

No plano bilateral, Índia e China expressam satisfação com a evolução de suas relações bilaterais, em particular nos últimos 10 anos, e têm mantido diálogo regular de alto-nível sobre demarcação de fronteiras e ações para a promoção de cooperação transfronteiriça e o fortalecimento da confiança mútua.

## **Rússia**

A relação sino-russa reveste-se de características muito específicas, fruto de rivalidades seculares e da emergência de uma nova configuração de poder regional e global. A divisão do mundo em duas esferas de influência, dominadas por Washington e Moscou, durante a Guerra Fria, sucedeu a prevalência do eixo Pequim-Washington como o mais determinante das relações internacionais contemporâneas. Embora tenha perdido peso relativo, a influência russa ainda é marcante, devido a um conjunto de fatores, dentre eles a vizinhança imediata, sua extensão territorial (a maior do mundo); a condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; poderio atômico; capacitação tecnológica; e rica dotação de hidrocarbonetos. Além disso, a Rússia é muito ciosa de sua independência energética e cultiva forte sentimento de orgulho nacional.

Dentre os aspectos mais relevantes das relações bilaterais, ressaltam-se a condição russa de principal fornecedor de equipamentos militares (como aviões supersônicos e helicópteros) e de importante supridor de hidrocarbonetos à China; a expressão do comércio bilateral, que, segundo fontes russas, poderia beirar os US\$ 90 bilhões em 2012 (se confirmado, esse volume de comércio superaria o intercâmbio bilateral Brasil-China no ano passado, de US\$ 75,4 bilhões); e, não menos importante, a circunstância de compartilharem uma fronteira de cerca de 4.300 km, que separa o país mais populoso do mundo de outro com cerca de 10% de sua população e em processo de declínio populacional. Os dois

Governos qualificam as relações como "parceria estratégica abrangente de coordenação", denominação que a China não utiliza com outro país.

Em sua projeção diplomática, Rússia e China são peças fundamentais dos tabuleiros de poder regional e mundial, cujos movimentos influenciam e são influenciados pelos interesses de Washington e da União Europeia, além de articularem-se com países como Brasil, Índia e África do Sul (BRICS).

## ASEAN

A China é o principal parceiro comercial da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) desde 2009 e a Associação tornou-se, em 2011, o terceiro parceiro chinês. O conjunto dos países da ASEAN constitui importante provedor de insumos industriais para a China, que os processa e exporta produtos manufaturados. Em 2011, o comércio bilateral foi de US\$ 280,4 bilhões (crescimento de 20,9% em relação ao ano anterior), superavitário para a ASEAN em US\$ 11 bilhões, pela primeira vez. Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos da China em países da Associação passaram de US\$ 2,7 bilhões, em 2010, para US\$ 5,9 bilhões, em 2011 (crescimento de 117%). Com o aumento dos salários e dos custos de produção nas zonas costeiras da China, empresas chinesas de setores intensivos em mão de obra têm optado por mudar suas instalações para países próximos, especialmente da ASEAN, como Indonésia, Filipinas e Vietnã.

O Acordo de Livre Comércio China-ASEAN está em vigor desde 1º de janeiro de 2010, eliminando as tarifas para quase 97% dos produtos comercializados. É o terceiro maior acordo de livre comércio do mundo em termos de volume de comércio, com mercado consumidor de cerca de 1,9 bilhão de pessoas. ASEAN e China mantêm, ademais, acordos sobre serviços, em vigor desde 2007, e sobre investimentos, desde 2009.

Durante a 21ª Cúpula da ASEAN, em novembro de 2012, foram lançadas as negociações para a criação da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). Incluindo os países da Associação e Austrália, China, Índia, Japão, Coreia e Nova Zelândia, a RCEP será o maior bloco econômico do mundo em termos de população (3 bilhões) e de PIB (US\$ 19,8 bilhões).

Os desentendimentos territoriais marítimos, em especial a soberania nos arquipélagos de Paracels e Spratlys, constituem um dos principais focos de tensão no Sudeste Asiático. A questão afeta sobretudo as relações da China com Vietnã e Filipinas. A esse respeito, episódios de animosidade, discursos nacionalistas, ameaças e manifestações populares ganharam maiores proporções em 2012. A região abriga importantes rotas marítimas comerciais e poderia conter expressivas riquezas naturais, sobretudo hidrocarbonetos.

A área reclamada pela China inclui praticamente toda a região do

Mar do Sul da China. A estratégia chinesa tem sido a de negociar esses diferendos no âmbito bilateral, e não em fóruns regionais ou multilaterais.

Os países membros da ASEAN assinaram com a China, em 2002, a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China. O documento inclui os princípios de resolução pacífica de controvérsias, renúncia à ameaça e ao uso da força, e de liberdade de navegação e de sobrevoo. No entanto, como a Declaração não tem valor impositivo, os países da ASEAN buscam negociar Código de Conduta regional vinculante.

Com vistas a contornar impasse gerado durante a última Reunião Ministerial da ASEAN, em julho de 2012, os Chanceleres do grupamento adotaram declaração de seis pontos sobre o Mar do Sul da China, reafirmando seu comprometimento com a implementação da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China (2002); com a breve conclusão do Código de Conduta no Mar do Sul da China; com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (UNCLOS, 1982); e com os princípios do direito internacional.

Além do Mar do Sul da China, a bacia do Rio Mekong é outro foco de debate envolvendo os países por onde flui (Myanmar, Laos, Tailândia, Camboja, China e Vietnã). A construção de hidrelétricas, sobretudo no Laos, financiadas pela China para seu provimento, preocupa países como o Vietnã, a jusante do rio, em razão dos possíveis efeitos sobre a vazão de água e a atividade pesqueira. Existem diversas iniciativas e mecanismos de cooperação entre os países da região, e planos de ação no âmbito da ASEAN, com vistas a projetos cooperativos de desenvolvimento regional.

A China foi o primeiro Parceiro de Diálogo da Associação a aceder ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em 2003. Inaugurou Missão junto ao Secretariado da Associação, em setembro de 2012, e mantém Embaixador junto à Associação. A China participa, também, de fóruns associados ao grupamento, como a Cúpula da Ásia do Leste (EAS) e o Fórum Regional da ASEAN (ARF). No campo da segurança, a China foi o primeiro Estado com armas nucleares a expressar intenção de aceder ao Protocolo do Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ), mas ainda não aderiu ao mesmo.

Segundo o Plano de Ação da Parceria Estratégica (2011-2015), as onze áreas prioritárias para a cooperação são: agricultura; tecnologias de comunicação e de informação; desenvolvimento de recursos humanos; desenvolvimento da Bacia do Rio Mekong; investimentos; energia; transporte; cultura; saúde pública; turismo; e meio ambiente.

Cabe destacar a cooperação financeira envolvendo a China e a ASEAN, consubstanciada pela "Iniciativa de Chiang Mai". Trata-se de mecanismo de *swap* de moedas destinado a sanar problemas de liquidez de curto prazo na região. China, Japão e Coreia do Sul contribuem com a maior parcela das reservas do fundo, que, após decisão dos Ministros das Finanças da ASEAN+3 ocorrida em maio de 2012, foram dobradas de US\$

120 bilhões para US\$ 240 bilhões. Na mesma ocasião, a parcela que poderá ser usada sem necessidade de atendimento às condições do FMI também aumentou de 20% para 30%. Tais mudanças reforçam o papel da instituição regional em face da recente crise econômica e seus desdobramentos, sobretudo, na zona do euro.

### **Coreias**

A China participou da Guerra da Coreia (1950-1953), quando lutou ao lado da Coreia do Norte contra a coalizão de forças da ONU. Em consequência, as relações diplomáticas entre China e Coreia do Sul somente foram normalizadas em 1992. Desde então, a dinamização das relações sino-coreanas tem proporcionado rápido desenvolvimento no comércio bilateral, que superou os US\$ 220 bilhões (com saldo sul-coreano de US\$ 48 bilhões) em 2011. A China é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, que por sua vez ocupa a terceira posição nas trocas comerciais chinesas. Segundo estudo da Universidade Keio (Japão), mais de 32 mil empresas sul-coreanas atuam na China, que é o principal destino de investimentos diretos estrangeiros sul-coreanos. Desde maio de 2012, está em negociação acordo de livre comércio entre China e Coreia do Sul.

O diálogo político com a Coreia do Sul também se adensou em anos recentes e em 2008 os dois países estabeleceram mecanismo de "Parceria de Cooperação Estratégica", que conta com reuniões de cúpula (a última reunião ocorreu em novembro de 2012, em Pequim) e visitas regulares de alto nível (o enviado especial do Governo chinês, Zhang Zhíju, visitou Seul em janeiro de 2013, quando manteve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Kim Sung-Hwan). Vale destacar, a existência do mecanismo de cúpula trilateral China-Japão-Coreia do Sul, que teve sua última reunião em maio de 2012.

A condução da política externa da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) é fortemente condicionada pela excepcionalidade do quadro político do nordeste asiático, que concentra interesses dos EUA, Rússia, Japão e Coreia do Sul e China, esta última, uma interlocutora privilegiada do regime norte-coreano.

Nesse quadro de antagonismos, ressalta, para Pyongyang, a importância das relações com a China, tendo desempenhado papel relevante não somente quando da Guerra da Coreia, mas também como um dos principais atores no teatro da Península Coreana. Para a China, a manutenção do equilíbrio na Península Coreana constitui indicador de sua capacidade de liderança regional. Nessa função, Pequim exerce, muitas vezes, ação moderadora sobre Pyongyang. Com menor intensidade, esse também é o papel exercido por Moscou.

O recente quadro de trocas de guarda política na China, Coreia do Sul, Japão e Coreia do Norte acrescenta elemento de incerteza às relações entre os países da região, o que poderá impactar o diálogo entre as duas Coreias, como fez transparecer o tom mais conciliatório do pronunciamento público que o líder norte-coreano, Kim Jong-un, fez no

final de 2012. Como consequência de eventual processo de distensão na Península Coreana, existe a possibilidade de que o Governo norte-coreano aprofunde seu ainda incipiente programa de abertura econômica, que poderá vir a ser apoiado por fortes investimentos internacionais em infraestrutura. Nesse sentido, a China e a RPDC têm mantido estreito diálogo sobre desenvolvimento das zonas econômicas especiais norte-coreanas de Rason e Hwanggumpyong, tema central dos esforços de cooperação entre os dois países.

No âmbito multilateral, Pequim tem apoiado Pyongyang, como registrado por ocasião do afundamento da corveta sul-coreana Cheonan (março/2011), quando a China obstou a adoção de resolução condenatória à Coreia do Norte pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recentemente, verificou-se sutil inflexão da postura chinesa, ao lamentar o lançamento, em dezembro de 2012, de foguete espacial norte-coreano, em nome dos esforços de manutenção da paz e estabilidade regionais.

### **Ásia Central**

A China vem aumentando rapidamente sua presença econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial dos países da região, em especial no suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio.

Para o Cazaquistão, a China representa não apenas uma fonte de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo. O Governo cazaque também considera o mercado chinês promissor para a exportação de seus produtos agrícolas, de modo que construiu na fronteira com o país um terminal ferroviário de grãos com capacidade inicial de transporte de 500 mil toneladas por ano, com possível expansão para um milhão de toneladas posteriormente.

Desde 2009, o Turcomenistão exporta gás para a China por meio do Gasoduto Transasiático (Turcomenistão-Uzbequistão-Cazaquistão-China). Analistas estimam que a China comprará 40 bilhões de metros cúbicos do gás turcomeno em 2030. Em setembro de 2012, iniciou-se também a exportação de gás do Uzbequistão para a China por meio do referido gasoduto. Estima-se que, em quatro anos, o Uzbequistão deverá, no mínimo, duplicar o volume de exportação de gás natural para atender às suas obrigações com a China. Em 2016, quando a terceira linha do gasoduto Transasiático estiver concluída, estima-se que o volume de gás uzbeque exportado para o mercado chinês alcance 25 bilhões de metros cúbicos.

O Governo chinês também trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar a China, a República Quirguiz e o Uzbequistão; busca viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz; e

tem procurado participar de projetos de infraestrutura no Tadjiquistão. A China também examina a possibilidade de constituir um Fundo de Cooperação China-Ásia Central.

Da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) são membros China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Rússia. Em que pese sua criação ter sido orientada para questões de segurança – em especial o combate ao terrorismo, ao separatismo e ao extremismo –, seu foco atual está na consolidação de espaço de estabilidade, para o qual o crescimento econômico é central, conforme diretriz defendida pela China. A segurança favorecida pela OCX permite à China aumentar sua influência econômica e prestígio regional na Ásia Central, em países antes tradicionalmente ligados à Rússia. A organização também funciona como uma espécie de "amortecedor" nas relações entre a Rússia e a China.

### **Oriente Médio**

A China tem no Oriente Médio um espaço geográfico significativo para a obtenção de apoio político e de recursos energéticos. A região (os países do Conselho de Cooperação do Golfo em particular) fornece cerca de 50% das importações chinesas de petróleo (segundo a consultoria McKinsey, as exportações de petróleo do CCG para a China poderão crescer cerca de 3,7% ao ano até 2030; de acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, até 2015 os países do CCG teriam condições de suprir cerca de 70% das importações chinesas de petróleo). O comércio entre a China e os países árabes tem crescido aceleradamente: em 2011, o comércio China-países árabes foi de US\$ 195,9 bilhões, 34,7% acima do valor de 2010, de acordo com fontes chinesas. No plano político, destacam-se iniciativas como a criação, em 2004, do Fórum Sino-Árabe de Cooperação (SACF), que já realizou cinco reuniões ministeriais (a periodicidade é bienal). Por ocasião da quinta reunião do SACF (Hammamet, julho de 2012), os dois lados acordaram meta de US\$ 300 bilhões para o intercâmbio comercial até 2014.

#### *Questão palestino-israelense*

A China mantém perfil relativamente baixo no que concerne ao conflito palestino-israelense. Como a quase totalidade dos países socialistas ou ex-socialistas, reconhece o Estado Palestino declarado pela Organização para a Libertação da Palestina em 1988. Entre os constrangimentos internos a maior protagonismo chinês na questão, estão o extremismo islâmico dentro de suas próprias fronteiras (em particular na Região Autônoma de Xinjiang) e o questionamento sobre o respeito aos direitos humanos no país. Apesar disso, o crescimento da influência e do poder da China, o aumento dos laços econômico-comerciais com o Oriente Médio, e questões relacionadas à crescente necessidade chinesa de recursos de energia são

fatores que impulsionam a maior aproximação de Pequim ao processo de negociações de paz entre Israel e Palestina.

Em relatório divulgado em setembro de 2012 pela China, por ocasião da 67ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), a China refletiu suas principais posições a respeito do tema: resolução pacífica do conflito; respeito às resoluções da ONU, no princípio de 'terra por paz', na Iniciativa Árabe de Paz e no Mapa do Caminho para a Paz no Oriente Médio; Estado palestino independente e soberano, com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como sua capital; e apoio ao pleito da Palestina de tornar-se membro pleno da ONU e de outras organizações internacionais.

Vale ressaltar, ainda, que a China votou favoravelmente a projeto de Resolução condenando os assentamentos israelenses nos territórios ocupados, em votação ocorrida em fevereiro de 2011. O projeto recebeu 14 votos favoráveis (inclusive do Brasil), mas foi vetada pelos EUA. A China também votou favoravelmente à Resolução da AGNU que reconheceu a Palestina como "Estado observador não-membro" da ONU, em novembro de 2012.

### *Síria*

Desde o início da crise na Síria, em meados de 2011, a postura chinesa tem sido discreta. Na ONU, tem mantido posição contrária à aplicação de sanções ao regime de Bashar Al-Assad. Desde o início da crise síria, em meados de 2011, a China vetou, junto com a Rússia, três projetos de resolução condenatórios do regime sírio apresentados ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em suas explicações de voto, a delegação chinesa manifestou preferência por abordagem mais "construtiva", que consignasse o respeito à independência e à soberania sírias, e afirmou que sanções ou ameaça de sanções não ajudariam a desenhar um quadro mais favorável a um desfecho pacífico da crise. De todo modo, segundo declaram as autoridades do país, a China mantém contatos tanto com representantes do Governo sírio, como dos principais grupos de oposição, além de manter conversações sobre o tema com os governos da Rússia e dos Estados Unidos.

Em relatório divulgado em setembro de 2012, a China refletiu suas principais posições a respeito do tema: resolução política e negociada; cessar-fogo imediato; implementação do Plano de Seis Pontos de Kofi Annan, de resoluções pertinentes do CSNU e do Comunicado da reunião ministerial do Grupo de Ação para a Síria (julho de 2012); transição política liderada pela Síria; respeito aos princípios e propósitos da Carta da ONU; apoio aos esforços do novo Enviado Especial da ONU e da Liga Árabe à Síria, Lakhdar Brahimi; e não interferência nos assuntos internos da Síria (em oposição a eventual intervenção militar "sob o disfarce de apoio humanitário").

Em outubro de 2012, o Enviado Especial Lakhdar Brahimi esteve em Pequim para apresentar nova proposta com vistas a facilitar o diálogo na Síria. Tratou-se da primeira visita do ex-chanceler argelino à China.

desde que substituiu Kofi Annan no papel de mediador da crise síria. A proposta divide-se em quatro pontos: cessar-fogo gradual; consultas para a elaboração de um mapa do caminho; apoio da comunidade internacional aos esforços de mediação; e iniciativas de alívio da crise humanitária.

## **Irã**

Ainda que a China mantenha relações com o Irã há décadas, os contatos registraram expressivo incremento nos últimos anos, no contexto do crescente relevo do Oriente Médio como fornecedor de recursos energéticos à China. Da perspectiva política, algumas posições coincidentes em temas como soberania, não-intervenção e direitos humanos, entre outros, também facilitam a aproximação entre os dois países.

A China é hoje o maior comprador de petróleo iraniano. Estima-se que o comércio Irã-China possa ter chegado a US\$ 40 bilhões em 2011. O volume de investimentos chineses no Irã seria da ordem de US\$ 100 bilhões de dólares. Mereceria destaque o fato de que o comércio de petróleo entre China e Irã é feito, majoritariamente, na moeda chinesa, o "yuan" (a exemplo do que têm feito também Japão, Coreia do Sul e Índia, entre outros, nas suas respectivas moedas), em razão da dificuldade de o regime iraniano receber dólares em suas transações externas, a partir do regime de sanções imposto ao país pelos EUA e pela UE, desde 2010.

Muito se discute sobre a questão nuclear iraniana, cujo histórico remonta a setembro de 2002, quando se divulgou que o Irã, apesar de ser membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear desde 1970, conduzia programa nuclear não-declarado, que incluía instalações de enriquecimento e reprocessamento de urânio. Abriu-se então o chamado "dossiê iraniano" na AIEA, o qual, após intensas discussões durante três anos, resultou na adoção de Resolução da Agência, remetendo o assunto ao Conselho de Segurança da ONU. Desde então, seguem-se discussões sobre o assunto na esfera multilateral.

Diferentemente de diversos países, particularmente os EUA e a UE, a China não aplica sanções ao Irã. A China, em diversas declarações, afirma sua preferência por uma resolução cooperativa, entre todas as partes, para a questão, com vistas a evitar o risco de um conflito armado.

Retomadas no início de 2012, as negociações do P5+1 (membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e Alemanha) com o Irã têm avançado lentamente, à luz das diferenças significativas entre as Partes no encaminhamento da questão.

## **África**

Os dois principais objetivos da inserção chinesa na África – acesso a recursos naturais e obtenção de apoio político – são concretizados por meio de estratégia de intensificação de relações que combina aspectos

comerciais, de investimentos, ações de *soft power*, e a formação de uma base institucional: o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

O discurso diplomático chinês para a África salienta, como base do relacionamento sino-africano, a não-ingerência em assuntos internos e a busca pelo desenvolvimento comum, com apoio e benefício mútuos e sem a "imposição de condições políticas".

A República Popular da China mantém relações com a quase totalidade dos países africanos, exceto quatro que reconhecem o Governo de Taiwan: Burkina Faso, Gâmbia, Suazilândia e São Tomé e Príncipe.

O intercâmbio comercial é a vertente mais notável da presença chinesa na África. Desde 2000, a corrente comercial entre China e os países africanos tem crescido a uma média anual de 33,5%, passando de US\$ 10 bilhões, em 2000, para mais de US\$ 127 bilhões, em 2010. Os principais parceiros comerciais da China na África são: Angola, África do Sul, Sudão, Nigéria e Egito. A China importa da África basicamente petróleo (em torno de 71%, com oscilações, cobrindo 28% das necessidades chinesas) e minério de ferro (cerca de 13%), de acordo com estudo da Academia Chinesa de Comércio Internacional e Cooperação Econômica (CAITEC), vinculada ao Ministério do Comércio da China, divulgado em 2010. A China prevê que, em 20 anos, 50% de suas importações de insumos energéticos terão como origem o continente africano.

A pauta de exportações chinesa, diferentemente, é bastante diversificada, com predomínio de produtos manufaturados e tendência à venda de produtos de maior valor agregado. Entre 2005 e novembro de 2011, a China investiu US\$ 67,3 bilhões na África, sendo a Nigéria o maior receptor com US\$ 18,1 bilhões. Dos investimentos diretos chineses naquele continente, 80% foram canalizados para países ricos em petróleo e minerais. Os investimentos em infraestrutura têm apresentado crescimento significativo com a utilização de linhas de financiamento lastreadas em recursos naturais.

O modelo "infraestrutura por petróleo", implementado inicialmente com Angola, foi expandido, com diversos graus de êxito, para vários países africanos. Neste modelo, o Banco Chinês da Exportação e Importação e o Banco de Desenvolvimento da China fornecem crédito em condições preferenciais (juros de 2% ao ano, prazos de 27 anos ou de 15 anos com carência de 5 anos), que é garantido, geralmente, pela exportação de recursos naturais. Uma nova modalidade de investimento direto chinês na África tem ocorrido em Zonas Econômicas Especiais (ZEE), onde empresas chinesas se instalam como plataformas de exportação.

Além dos frequentes contatos bilaterais entre a China e países africanos, o principal canal para tratar de cooperação com a região é o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Criado em 2000, é estruturado por meio de reuniões de cúpula e planos de ação. O Fórum promove a "cooperação pragmática" (incremento de relações econômico – comerciais, cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento em diversas áreas) e o diálogo político de alto nível com base no princípio da "igualdade e do benefício mútuo". Desde sua criação, foram realizados

cinco encontros ministeriais (Pequim, 2000; Adis Abeba, 2003; Pequim, 2006; Sharm El Sheik, 2009; e Pequim, 2012) e um em nível de Chefes de Governo/Estado (Pequim, 2006). As Conferências Ministeriais têm por tradição adotar planos trienais de trabalho, que tratam de política, economia e temas internacionais, além de incluir compromissos em áreas como desenvolvimento humano, assistência técnica e infraestrutura. No âmbito do FOCAC, tem sido adotadas iniciativas tais como a concessão, pela China, de empréstimos preferenciais; o cancelamento de dívidas de alguns países devedores da China; aumento do número de produtos de exportação para a China livres de tarifa; e construções de hospitais e escolas.

Esses diversos fatores têm garantido considerável capital político à China em foros multilaterais, onde conta com apoio de um grupo numeroso como o africano. Tal apoio é útil, sobretudo, quando se aplica a prática de “um país, um voto”. Nesse contexto pode ser compreendido o apoio da China a uma presença mais relevante dos países africanos nos principais foros decisórios internacionais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU, bem como o aumento na participação de contingentes militares chineses em operações de manutenção de paz da ONU no Burundi, República Democrática do Congo, Côte d’Ivoire (Costa do Marfim), Eritreia, Etiópia e Sudão.

De maneira geral, a relação comercial e de cooperação com a China é vista favoravelmente pelos Governos africanos, particularmente por fornecer tanto um mercado crescente para as exportações, quanto uma fonte de crédito para projetos de infraestrutura, com menos condicionamentos do que os financiadores tradicionais. Destacam-se em muitos casos, no entanto, reações de descontentamento, tanto por parte de segmentos preocupados com o uso frequente de mão de obra chinesa no lugar de trabalhadores locais em projetos e iniciativas do país asiático no continente, bem como a concorrência de produtos chineses à indústria nascente em determinados países africanos.

### **Fórum de Macau**

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (“Fórum de Macau”) foi criado com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países da CPLP e a China. O Fórum conta com representantes residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) de todos os países-membros, exceto o Brasil, que designou o Cônsul-Geral em Hong Kong para acompanhar os trabalhos correntes (sem prejuízo da presença do Embaixador em Pequim em ocasiões políticas especiais).

O Fórum de Macau realizou, até o momento, três reuniões em nível ministerial (2003, 2006 e 2010).

Nota-se, desde a criação do Fórum, tendência à ampliação do seu escopo original, com a inclusão de atividades de ajuda ao desenvolvimento e em “novas áreas de cooperação”, como saúde, ciência e tecnologia,

transporte, turismo, entre outras, conforme se depreende do Plano de Ação 2010-2013. Nesse contexto, durante a negociação do Plano, com participação do Brasil, foi incluído artigo referente à promoção da lusofonia nos países-membros.

A criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa parece responder, entre outros fatores, ao possível interesse dos países africanos e do Timor-Leste em obter do Governo chinês compromissos de apoio financeiro, investimentos e projetos de cooperação para seus países. Nesse contexto, o fundo provavelmente contribuirá para ampliar a promoção das empresas chinesas nos países africanos de língua portuguesa (PALOPs).

Em linhas gerais, trata-se de iniciativa com recursos oficiais chineses, a qual pareceria atender a alguns de seus objetivos de política externa – como o estreitamento das relações político-econômicas com PALOPs e com o Timor-Leste – e de política interna, como a promoção da Região Administrativa Especial de Macau, como plataforma para o adensamento das relações da China com os países de língua portuguesa.

### **América Latina e Caribe**

O périplo latino-americano do Presidente Hu Jintao, em 2004, assinalou um ponto de inflexão nas relações da China com a região, onde visitou, além do Brasil, a Argentina, Chile e Cuba. Posteriormente, em novembro de 2008, foi divulgado o “Documento sobre a Política da China para a América Latina”, primeiro texto público oficial chinês sobre as relações de Pequim com a região. Além de reafirmar o apoio à política de “uma só China” como base para o relacionamento com os países da América Latina, o documento menciona o interesse da China em negociar e assinar acordos de livre-comércio com os países e as organizações de integração regional da América Latina e do Caribe.

Em anos recentes, a China tem buscado ampliar sua presença na América Latina. Os objetivos principais do país asiático em suas relações com a região estão centrados na promoção do intercâmbio econômico, especialmente no que tange ao fornecimento de produtos estratégicos, como minerais e petróleo, e ampliação de investimentos na região.

A viagem do Primeiro-Ministro Wen Jiabao à região (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), em junho de 2012, por ocasião de sua participação na Conferência Rio+20, refletiu a nova prioridade atribuída pela China à região. Ao todo, durante o périplo, foram assinados mais de 40 instrumentos bilaterais, em setores como comércio, investimentos, finanças, energia, mineração, infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação. Foi reiterado o interesse chinês em reforçar a cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, e recursos florestais. Em artigo de avaliação da viagem do Primeiro-Ministro Wen Jiabao à região, o Chanceler Yang Jiechi destacou cinco objetivos da viagem à região: (i) reforçar a confiança política mútua e elevar as relações dos países visitados com a China a um

novo patamar; (ii) aprofundar a cooperação pragmática e planejar o desenvolvimento das relações bilaterais; (iii) fortalecer a cooperação em questões internacionais e regionais e salvaguardar os interesses comuns dos países em desenvolvimento; (iv) incentivar o relacionamento nas áreas de humanas, de modo a consolidar as "bases sociais" das relações bilaterais; e (v) esclarecer a política chinesa para a América Latina e aprofundar as relações com a região.

#### *Mercosul-China*

Entre 1997 e 2004, o diálogo entre o Mercosul e a China ocorreu por meio de Encontros de Alto Nível, concentrados no intercâmbio de informações e acompanhados de foros empresariais. O quinto e último encontro realizou-se em Pequim, em julho de 2004, e resultou na formação de um Grupo de Seguimento Mercosul-China e em compromisso de realização de um estudo de viabilidade para um futuro acordo comercial. Esse processo não teve continuidade, em razão, já naquele momento, de preocupações relacionadas à competitividade da indústria chinesa e sua presença no Cone Sul, bem como de outros fatores, como a intensidade da agenda de negociações externas do Mercosul e o não reconhecimento diplomático do Governo de Pequim pelo Paraguai (embora seja relevante o intercâmbio comercial entre os dois países).

No contexto da Cúpula do Mercosul (Mendoza, 29 de junho de 2012), o Primeiro-Ministro Wen Jiabao visitou a Argentina, após participar da Rio+20. Na ocasião, foi emitida Declaração Conjunta Mercosul-China. Entre os destaques do texto, figuram: (i) meta de duplicar o comércio China-Mercosul até 2016 (i.e. atingir a cifra de US\$ 200 bilhões; em 2011, as trocas somaram US\$ 94 bilhões, com déficit de US\$ 16,8 bilhões para a China); e (ii) a convocação de reunião, em alto nível, entre representantes dos países do Mercosul e da China, com vistas a fortalecer os fluxos de comércio e investimentos.

Vale notar que a proposta chinesa previa que as Partes explorariam as possibilidades de iniciar estudo conjunto de viabilidade para um Acordo de Livre Comércio Mercosul-China. O Brasil avalia como estratégica uma maior coordenação e cooperação, em matéria econômica e comercial, entre o Mercosul e a China, mas entende que o tema do estudo de viabilidade deve ser abordado com a devida cautela, tendo em vista o peso da economia chinesa, seu grande diferencial de competitividade e a sensibilidade de vários dos nossos setores a produtos exportados pela China, em particular no setor industrial.

Dando cumprimento a iniciativa propugnada pela Argentina, em março de 2012, e levada a cabo sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira (de acordo com entendimentos alcançados durante a recente Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul, em Brasília, em agosto de 2012), foi realizada missão comercial conjunta do bloco a Xangai, em 13 de novembro último. O mote do evento – organizado pelo Consulado-Geral do Brasil em Xangai – foi a celebração do "Dia do

Mercosul", com realização de conferência empresarial, almoço e rodada de negócios.

A missão e a realização do evento contribuíram para avanços nos objetivos acordados pelo Mercosul e pela China no Comunicado Conjunto emitido por ocasião da Cúpula de Mendoza (junho de 2012), como a meta de duplicar o comércio entre as duas Partes até 2016 e a realização de reunião entre representantes dos países do Mercosul e da China, com vistas a fortalecer os fluxos de comércio e investimentos.

### *Argentina*

As relações políticas e comerciais entre a China e a Argentina desenvolveram-se com maior intensidade desde que esta reconheceu a economia chinesa como economia de mercado e que os dois países estabeleceram uma parceria estratégica, em 2004. Do lado argentino, a aproximação com a China visa a dois objetivos centrais: a atração de investimentos como alternativa de financiamento a setores internos carentes de recursos e a ampliação do acesso de produtos argentinos ao mercado chinês, com vistas a reduzir saldo comercial desfavorável ao lado argentino. Pelo lado chinês, o objetivo primordial é garantir a presença chinesa em um país rico em recursos naturais, com o propósito sobretudo de assegurar o abastecimento alimentar da população chinesa e o fornecimento de matéria-prima às indústrias instaladas no país, além de promover a abertura do mercado argentino aos produtos chineses.

A China é o segundo maior parceiro comercial da Argentina, superada apenas pelo Brasil. Segundo o INDEC, em 2011, o fluxo comercial entre os dois países foi de US\$ 16,7 bilhões, com déficit argentino de US\$ 4,3 bilhões, resultado das exportações de US\$ 6,2 bilhões e de importações de US\$ 10,5 bilhões. Não obstante, a pauta de exportações de cada lado é marcada pelo desequilíbrio. Quase 80% das exportações argentinas correspondem a sementes, oleaginosas, gorduras e óleos vegetais e animais, ao passo que a maior parte dos produtos importados da China é de natureza industrial. Esse desequilíbrio tem sido fonte de atritos comerciais entre os dois países, que ganharam contornos de crise em abril de 2010, quando os chineses suspenderam por seis meses a importação de óleo de soja argentino, alegando motivos sanitários. Com o objetivo de facilitar o fluxo comercial e dirimir divergências, foi criada uma comissão mista de monitoramento do comércio bilateral, no âmbito da qual é discutida a agenda comercial bilateral.

O maior fluxo comercial vem sendo acompanhado por crescente ingresso de investimento estrangeiro direto (IED) chinês na Argentina, principalmente nos setores de petróleo e gás (mediante aquisições de empresas no setor), eletroeletrônico (através de *joint-ventures* com empresas locais para instalação de unidades de montagem de produtos na Zona Franca da Terra do Fogo) e financeiro (com a aquisição de ativos do *Standard Bank* na Argentina pelo *Industrial and Commercial Bank of China*). Os investimentos chineses acumulados no país superaram a marca

dos US\$ 15 bilhões, e os anúncios de investimentos chineses na Argentina desde 2010 foram de mais de US\$ 13 bilhões. O investimento chinês cresceu a uma taxa anual acumulada de 60% entre 2004 e 2009. Em 2011, a China foi a principal fonte de investimentos externos na Argentina, país que recebeu 36% de todo o investimento estrangeiro direto chinês destinado à América Latina.

### *Uruguai*

Com o Uruguai, o comércio bilateral tem sido o tema predominante. Ao assumir o Governo, o Presidente José Mujica declarou à imprensa que o Uruguai deveria buscar preferências comerciais nos grandes mercados, com ênfase na China e no Japão. Existem, contudo, reivindicações uruguaias por maior equilíbrio na pauta comercial bilateral e por maior participação de investimentos chineses no país. O então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, visitou Montevideu nos dias 22 e 23 de junho de 2012, com o objetivo declarado de discutir meios de expandir os contatos entre os vários níveis de Governo, bem como entre parlamentares e partidos políticos, mas também com o intuito de explorar novas possibilidades de investimento.

A China é o principal parceiro comercial do Uruguai fora do Mercosul. O comércio bilateral chegou a cerca de US\$ 2,6 bilhões em 2011. O forte crescimento das exportações uruguaias para o mercado chinês (78,3%), bastante superior ao registrado nas exportações dirigidas ao Brasil (11,3%), permitiu à China saltar de 4º para 2º maior destino dos produtos uruguaios. As vendas de produtos lácteos, com destaque para leite em pó integral e soro, aumentaram quase seis vezes em relação a 2009, passando de US\$ 1,4 milhão para US\$ 9,7 milhões.

Os investimentos chineses no Uruguai têm participação importante no setor automotivo. O país abriga montadoras das marcas chinesas Lifan e Chery, que exportam veículos para o Brasil e a Argentina. A Geely, também de origem chinesa, anunciou em 2012 pretender começar a produzir veículos no país, na região de Colón, com investimentos de US\$ 35 milhões. No setor de têxteis, o grupo chinês Bpic anunciou, em março de 2011, que investiria mais de US\$ 15 milhões na reabertura de uma fábrica localizada no departamento de Canelones, cuja produção seria voltada à exportação. Ainda assim, a presença de investimentos chineses no país está aquém do nível esperado pelo Governo uruaio, que tem buscado atrair capitais chineses para o país em áreas como indústria naval, logística, telecomunicações, indústria alimentícia, mineração, mecanização agrícola e geração de energia.

### *Bolívia*

A prioridade conferida à China pela política externa do Governo Evo Morales atende aos objetivos de atrair investimentos externos e construir parcerias em áreas sensíveis, como exploração de recursos naturais, defesa, tecnologia e infraestrutura. A ênfase boliviana nos laços com o país asiático foi demonstrada em visita do Presidente Morales a

Pequim e a Shenzhen, em agosto de 2011, oportunidade em que foram reforçados os contatos de alto nível entre os dois Governos e assinados acordos de cooperação bilateral.

A China tem manifestado interesse em participar do processo de industrialização dos recursos minerais bolivianos. O Presidente Morales já declarou publicamente ser a proposta chinesa para exploração do lítio a única "não colonial", pois contemplaria a instalação de uma fábrica de baterias automotivas em território boliviano. Durante a mais recente visita do Presidente Morales a Pequim, foi assinado instrumento com a "*China International Trust and Investment Corporation*" (CITIC) para aproveitamento dos recursos do Salar de Coipasa.

Na área de infraestrutura, os dois países têm discutido projeto de facilitação de crédito para construção de uma linha férrea que conecte Puerto Suárez, na fronteira com o Brasil, ao Pacífico. Apesar do alto custo e das dificuldades operacionais, a Bolívia vem manifestando grande expectativa quanto à concretização do projeto, que atenderia à aspiração nacional de ampliar as vias de acesso ao mar. A ferrovia serviria ao escoamento da produção boliviana de lítio e de ferro, com vistas a abastecer o mercado chinês. O Governo chinês investiria cerca de US\$ 1 bilhão no projeto ferroviário, que incluiria, necessariamente, a venda de trens elétricos com tecnologia chinesa.

#### *Paraguai*

O Paraguai mantém relações diplomáticas com Taipé há mais de 50 anos e beneficia-se de créditos preferenciais e doações formosinas, além de programas de cooperação. Por essa razão, o Paraguai não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC).

A ausência de relações diplomáticas reduz sensivelmente as pautas de cooperação técnica, investimentos, financiamentos e mesmo a influência política da China continental no Paraguai. Não obstante, observa-se, nos últimos anos, expressivo crescimento do comércio sino-paraguaio. A RPC ultrapassou o Brasil, a partir de 2008, na posição de principal exportador para o Paraguai (para isso, muito contribuíram as exportações chinesas de bens de capital e de têxteis). Apesar do crescente peso da China, o Brasil continua a ser o principal mercado consumidor dos produtos paraguaios.

#### *Chile*

Entre 2004 e 2008, a China foi o segundo maior parceiro comercial do Chile, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2009, a China assumiu a primeira posição, com participação de 19,3% no intercâmbio comercial do país. O comércio com a China superou amplamente o intercâmbio com os Estados Unidos (que alcançou US\$ 13,2 bilhões, ou 14,2% do comércio exterior chileno). O comércio com o Brasil é de US\$ 5,4 bilhões (5,8% do intercâmbio comercial chileno). O Chile é o segundo maior parceiro comercial da China na América do Sul, depois do Brasil.

O cobre é o produto mais importante da pauta de exportações do Chile para a China, com participação de cerca de 80%. A pauta de exportação da China para o Chile é diversificada e composta por produtos manufaturados com diferentes graus de valor agregado.

A relação comercial com a China tem impacto direto sobre o sistema macrofinanceiro chileno, uma vez que as compras chinesas de cobre pressionam o preço da "*commodity*" e, com isso, contribuem para a valorização do peso chileno em relação ao dólar norte-americano.

Na região, o Chile é tido como exemplo de país que auferiu grandes benefícios com o apetite da economia chinesa por recursos naturais e minerais, pois dispõe dos recursos (abundantes reservas de cobre) e dos meios para escoar o produto (infraestrutura eficiente e portos modernos).

### *Ecuador*

As relações econômicas sino-equatorianas ampliaram-se consideravelmente nos últimos anos, intensificando-se, principalmente, após a chegada do Presidente Rafael Correa ao poder. A aproximação entre os dois países deve-se ao alto grau de complementaridade das duas economias. A China tem procurado, no mercado internacional, abastecimento de matérias-primas, minérios e petróleo, que se revelam abundantes no Equador. O Governo local, por seu turno, necessita de financiamento externo – cada vez mais escasso para o Equador – de modo a manter o elevado nível de gasto público, e enxerga na China generosa fonte financiadora para projetos estratégicos equatorianos.

O fortalecimento dos laços econômicos entre o Equador e a China também responde à estratégia de política externa do mandatário equatoriano de diversificar parcerias e de fortalecer os laços com países em desenvolvimento a fim de mitigar a dependência com relação a mercados tradicionais na Europa e EUA. Não obstante, a crescente presença do país asiático na economia equatoriana tem sido tema polêmico, gerando críticas ao Governo local, acusado de levar o país à excessiva dependência econômica em relação à China.

O Equador, produtor de produtos agrícolas de baixo valor agregado por peso (como banana), não consegue assegurar acesso ao mercado chinês devido aos altos fretes e à competição de produtos provenientes de concorrentes asiáticos.

### *Peru*

Os fluxos comerciais entre China e Peru têm aumentado de maneira significativa durante esta década. A entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio Peru-China, em março passado, abre perspectivas para o aprofundamento da relação bilateral.

O Peru vende, principalmente, recursos minerais e manufaturas de baixo conteúdo tecnológico (como a farinha de peixe) e, cada vez mais, compra manufaturas com alto valor agregado. As exportações do Peru são lideradas por minerais de cobre e seus concentrados e farinha de peixe. As importações provenientes da China são compostas na sua maioria (51%)

por bens de capital. Ocupam os primeiros lugares importações de celulares, 'laptops' e guindastes. Observa-se também crescimento expressivo no número de automóveis chineses que circulam no Peru, com cerca de 10% do mercado total.

### *Colômbia*

A China vem demonstrando interesse em obras de infraestrutura na Colômbia. Da mesma forma que em outros países da América do Sul ou da África, na Colômbia o investimento direto chinês procura garantir o abastecimento de insumos industriais a preços baixos e previsíveis, e com logística de escoamento eficiente.

Em visita à China, em 8 de maio, o Presidente Juan Manuel Santos assinou com o Presidente Hu Jintao nove acordos de cooperação, dos quais cinco são efetivamente estratégicos: a construção de um oleoduto que permitirá a saída do petróleo colombiano à Ásia, pelo Pacífico; a criação de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de um acordo de livre comércio (ALC) entre os dois países; a recuperação do Rio Magdalena para a navegação e produção de hidroenergia; o comércio de carne bovina e a construção de uma ferrovia.

A Colômbia chega representa, para a China, apenas 0,002% de seu comércio. Já sob a perspectiva colombiana, a China é o segundo maior parceiro comercial e tem um peso específico significativo na estratégia de diversificação das parcerias da atual política comercial.

### *Venezuela*

As relações entre a República Popular da China e a Venezuela, estabelecidas em 1974, foram adensadas a partir da chegada do Presidente Hugo Chávez ao poder. Desde 1999, os dois países intensificaram seu diálogo, consulta e concerto políticos, pelo intercâmbio de numerosas visitas de funcionários de alto nível, entre as quais se destacam as seis visitas realizadas pelo Presidente Hugo Chávez à República Popular da China em 1999, 2001, 2004, 2006, 2008 e 2009.

Tem sido significativo o aumento do intercâmbio comercial – de menos de US\$ 200 milhões de dólares em 1999, passou para 17,7 bilhões de dólares em 2011. Do ponto de vista qualitativo, porém, esse comércio não escapou à tradição venezuelana de exportar produtos primários e de importar bens manufaturados. No comércio bilateral com a China em 2011, a Venezuela exportou US\$ 10,5 bilhões (10,5% do total da pauta exportadora) e importou US\$ 7,2 bilhões (15,2% do total da pauta importadora), registrando superávit de US\$ 3,3 bilhões.

Na área social, estão em fase de execução projetos de obras públicas e moradias, onde se destacam alguns relativos à construção de 20.000 casas, de vias férreas e de rede nacional de irrigação, entre outros.

A remessa de petróleo venezuelano para a China tem por vezes sido criticada, em função de seu preço abaixo da média. Enquanto o preço médio da cesta venezuelana de petróleos ter sido de US\$ 107 por barril no primeiro semestre de 2012, o barril para a China teve preço médio de US\$

99 no mesmo período. A resposta, por parte da estatal petrolífera venezuelana, a PDVSA, é a de que os embarques para a China seriam formados quase exclusivamente por petróleos extra-pesados ou melhorados, cujo preço é menor no mercado internacional.

#### *América Central e Caribe*

A presença da República Popular da China no Caribe combina discrição no plano político e pujança nas esferas comercial e da cooperação. O país mantém fundo estimado em US\$ 1 bilhão destinado a financiar projetos de desenvolvimento no Caribe.

Dos treze países independentes do Caribe insular, cinco reconhecem Taiwan: Haiti, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. A falta de reconhecimento político não impede, contudo, a presença da China continental nos campos comercial e de investimentos. Em casos como o da Jamaica, a China surge como principal – e por vezes única – fonte de recursos para projetos de infraestrutura.

No plano político, países como Barbados, Cuba, Jamaica, Trinidad e Tobago mantêm relações tradicionais e sólidas com Pequim, ao passo que outros – como Granada e Santa Lúcia – se valem da “diplomacia pendular” para maximizar benefícios econômicos resultantes do reconhecimento político.

Podem-se identificar, na atuação da China no Caribe, linhas de atuação comuns do país asiático, a saber:

- Construção, reforma ou ampliação de terminais aeroportuários, como em Antígua e Barbuda, ou instalações portuárias, como também em A&B e – ainda em nível preliminar – no terminal de contêineres do Porto de Kingston.
- Infraestrutura viária: construção de via expressa para o aeroporto de Nassau (empréstimo de US\$ 58 mi); construção de rodovia de 100 km em Dominica, ao custo de US\$ 100 mi (doação); ampliação da estrada de acesso ao aeroporto de Kingston e programa de renovação viária (US\$ 50 mi, financiamento), bem como finalização e operação de concessionária que explorará rodovia entre a capital jamaicana e a Costa Norte.
- Construção de estádios esportivos e locais de entretenimento: a China doou às Bahamas o Estádio Nacional (US\$ 30 mi), a Dominica um estádio esportivo, em Granada reformou o Estádio Nacional de Esportes e, na Jamaica, o complexo esportivo de Trelawny. Em Port-of-Spain, a China construiu o National Academy of Performing Arts.
- Construção ou reforma de instituições de ensino: a China construirá o novo *campus* da Universidade das Índias Ocidentais, em Trinidad e Tobago, orçado em US\$ 896,4 mi. Também apoiou financeiramente Dominica e Granada na reforma e ampliação de instituições de ensino superior.

- Bolsas de estudo: é prática recorrente a concessão de bolsas a estudantes de diversos países da região.
- Habitação e projetos sociais: em Granada, a China comprometeu-se a construir mil casas populares (das quais 353 foram entregues até o momento), totalizando US\$ 14,6 mi. Outros US\$ 6,7 mi foram destinados a projetos sociais e de capacitação profissional.
- Cooperação agrícola: a China desenvolve projetos de cooperação agrícola nas Bahamas (ervas medicinais e hortigranjeiros); em Granada, o país asiático provê equipamentos agrícolas, desenvolvimento de sementes e melhoria de técnicas de produção.
- Infraestrutura hoteleira e turística: Nas Bahamas, a China financiará o megacomplexo hoteleiro “Baha Mar”. Em Granada, aventa-se financiamento para novo hotel de luxo, possivelmente da rede Four Seasons. A título concessional, a China construiu novo centro de convenções na cidade de Montego Bay.
- Segurança e defesa: a China doou material militar (fardas, coletes à prova de balas, etc.) à Jamaica no valor de US\$ 1,5 mi, bem como um *scanner* para inspeção de contêineres para uso no Porto de Kingston. O país também chegou a contribuir com efetivo de mil policiais no âmbito da Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH).

A China é o segundo parceiro comercial de Cuba, atrás somente da Venezuela. A China representa 13% do comércio exterior cubano. São mantidos programas de cooperação nas áreas de biotecnologia e informática. Ademais, a China concedeu a Cuba empréstimo para modernização de instalações médicas.

A ausência de laços políticos não impede a República Popular da China de ocupar significativo espaço na esfera comercial. São listados abaixo exemplos do fluxo comercial da China com alguns países da região:

- Bahamas: US\$ 628 mi (2010)
- Granada: US\$ 10 mi (2011)
- Haiti: US\$ 100 mi (2011)
- Jamaica: US\$ 375 mi (2011)
- República Dominicana: US\$ 1,68 bi (2011)
- São Cristóvão e Neves: US\$ 6 mi (2011)

Os números acima são fortemente superavitários a favor da China, e as exportações dos países caribenhos são, por vezes, virtualmente inexistentes.

A título de referência, a atuação taiwanesa no Caribe não deixa de seguir linhas de atuação muito similares às descritas acima para a República Popular da China (RPC). No entanto, mesmo os países que politicamente reconhecem Taipé não deixam de experimentar importante interação comercial com a RPC, como é o caso, sobretudo, da República Dominicana e do Haiti.

## Nações Unidas

A condição chinesa de país em desenvolvimento favorece afinidades e parcerias com outros países em desenvolvimento, com os quais compartilha interesses nas mais diversas áreas (entre as quais segurança, meio ambiente e promoção do desenvolvimento). A interlocução com o Brasil costuma ser bastante profícua, sendo comum que ambos os países integrem o mesmo bloco negociador – como o G-77/China ou o BRICS – em deliberações sobre temas diversos.

Com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo brasileiro tem defendido ser preciso reformar as instituições de governança política global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. Somente a ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes – pode sanar o déficit de representatividade do Conselho. A inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes é fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

A China difere em alguns pontos da posição brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não declara expressamente apoio à candidatura brasileira. O Ministério das Relações Exteriores da China publicou, em setembro de 2012, documento de orientação da delegação chinesa à 67ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. O expediente, entre outros temas, resume a posição chinesa sobre reforma das Nações Unidas: "a China apoia a reforma necessária e razoável do Conselho de Segurança de modo a reforçar sua autoridade, sua eficiência e sua capacidade de lidar com novos desafios e ameaças e com vistas a melhor cumprir as responsabilidades pela manutenção da paz e da segurança internacionais. A prioridade da reforma do Conselho de Segurança deve ser o aumento da representação dos países em desenvolvimento, especialmente dos países africanos, para que países pequenos e médios tenham mais oportunidades para integrar o órgão, participar na tomada de decisões e desempenhar papel maior no Conselho".

Na IV Cúpula do BRICS, China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apoiaram sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas.

Por ocasião de encontro realizado em Brasília, em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao e a Presidenta Dilma Rousseff anunciaram apoio a "uma reforma abrangente da ONU, incluindo o aumento da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como uma prioridade, de forma a torná-lo mais eficiente e apto a responder aos desafios globais atuais. A parte chinesa saudou a contribuição prestada pelo Brasil ao encaminhamento de temas relevantes da agenda internacional e compreende e apoia a aspiração

brasileira de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas”.

No seio da ONU, a China historicamente contribui para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Atualmente, a China é a 16º maior contribuinte de tropas para as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (OMPs), com cerca de 1.870 capacetes azuis desdobrados em 10 missões. Dentre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a China é a maior fornecedora de tropas para OMPs.

Atualmente, o principal contingente chinês está desdobrado na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), com 584 militares e policiais, seguido pela Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), com 364 militares e policiais. A presença chinesa em Missões de Paz tem-se concentrado no continente africano.

A China exerce o comando militar da Missão das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP), desde janeiro de 2011, com a nomeação do General Chao Liu para o cargo de "Force Commander".

Muito embora não haja atualmente presença chinesa na Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a China tem tradicionalmente fornecido policiais para a Missão no Haiti. A China apoiou a renovação do mandato da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 2012.

## **BRICS**

O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) constitui prioridade da política externa brasileira, e contribui para o fortalecimento e a democratização dos mecanismos políticos e financeiros da governança global, no sentido da conformação de uma “multipolaridade benigna”. Com o apoio chinês, o BRICS vem consolidando uma vertente de cooperação com os demais países emergentes e em desenvolvimento, a exemplo da iniciativa de criação de um banco de desenvolvimento liderado pelo BRICS.

Diante dos sinais de transformação no cenário internacional decorrentes do papel proeminente das economias emergentes e do cenário de crise na União Europeia e a lenta recuperação nos EUA, o BRICS consolida-se como ator de crescente relevância para a transformação da governança internacional, de modo a adequá-la às novas realidades do presente. Por força de seu dinamismo, o ritmo de crescimento da economia mundial depende do desempenho dos países do BRICS. Segundo previsão do FMI de janeiro de 2012, o BRICS irá contribuir com 56% do crescimento do PIB mundial em 2012 (a contribuição do G7 para o crescimento da economia mundial será de 9%, menor que a da América Latina - 9,5%).

A III Cúpula do BRICS, organizada pela China, em Sanya, em 14 de abril de 2011, aprofundou substancialmente o processo institucional do fórum e sua agenda de cooperação. Naquela ocasião, foi oficializado o ingresso da África do Sul, ampliando assim a representatividade geográfica do BRICS. Tratou-se de marco importante de distanciamento da concepção original do acrônimo criado pelo Goldman Sachs, evidenciando a busca por parte dos cinco países de formar um mecanismo com feição e agenda próprias.

Enquanto esteve na presidência rotativa do BRICS, de abril de 2011 a março de 2012, a China demonstrou grande empenho em aprofundar a agenda de cooperação do fórum e em organizar os eventos e as iniciativas elencadas no Plano de Ação que emanou da III Cúpula. O Governo chinês conduziu, ao longo de sua presidência rotativa, mais de 25 eventos do BRICS, em 15 áreas distintas, contribuindo para a vitalidade do grupo e sua capacidade de coordenação nos mais diversos temas. Entre outros, foram realizados encontros em nível Ministerial nas áreas de Finanças, Agricultura, Saúde e Comércio, dos quais emanaram declarações consolidando a cooperação e a visão comum dos países do BRICS em cada área.

No encontro de Los Cabos (18/6/2012), decidiu-se que os BRICS irão contribuir com US\$ 75 bilhões para caixa do FMI, condicionados à aceleração de sua reforma. Desse total, a China contribuirá com US\$ 43 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$ 10 bilhões cada; e África do Sul com US\$ 2 bilhões. Em nota à imprensa, emitida na ocasião, o BRICS indicou que os recursos serão aportados sob a condição de serem utilizados apenas após terem-se esgotado outras fontes de recursos do FMI. Ademais, os BRICS pleiteiam que o Fundo complete a sua reforma das cotas aprovada em 2010.

No mesmo encontro, foi lançado um mecanismo de reservas, a fim de aumentar a capacidade dos cinco países de enfrentar a atual crise mundial, pois, juntos, detêm reservas internacionais superiores a US\$ 3 trilhões. A iniciativa, que está em negociação, prevê o estabelecimento de arranjo entre os países do BRICS semelhante à Iniciativa Chiang Mai.

Outra importante iniciativa é a proposta, sob exame, de criação de um banco de desenvolvimento liderado pelo BRICS. Tal iniciativa poderá adicionar uma nova vertente ao fórum: a cooperação financeira com os demais países emergentes e em desenvolvimento. A Declaração da Cúpula de Nova Délhi criou um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de tal iniciativa. Prevê-se a aprovação do estudo pelos Ministros de Finanças em fevereiro de 2013, para que seja submetido aos líderes do BRICS na próxima Cúpula (África do Sul, março de 2013).

Em Los Cabos (junho de 2012), os líderes dos BRICS também discutiram temas relacionados a mecanismos de “swap” cambial em moedas locais e de compartilhamento de reservas internacionais. O tema será objeto de deliberação adicional por ocasião da próxima Cúpula do BRICS, com base em discussões técnicas conduzidas pelos ministérios de finanças e bancos centrais.

Também se observa a implementação de iniciativas de cooperação entre os bancos de desenvolvimento do BRICS: BNDES (Brasil), China Development Bank (CDB, China), Vnesheconombank (Rússia), Export-Import Bank of India (Exim Bank, Índia) e Development Bank of Southern Africa (DBSA, África do Sul).

Em complemento a instrumentos anteriores, foram firmados dois acordos entre as respectivas instituições na última Cúpula do BRICS. Os instrumentos estabelecem princípios gerais para a implementação de mecanismos de concessão de linhas de crédito em moeda local e para a confirmação de cartas de crédito em operações de exportação. Os acordos têm por objetivo ampliar a cooperação entre os bancos de desenvolvimento dos BRICS, bem como o comércio e os investimentos entre os membros.

No plano político, a presença concomitante dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em 2011, ensejou a intensificação do diálogo sobre os principais temas da agenda de paz e segurança internacionais. Essa presença simultânea no CSNU também agregou saudável diversidade política ao órgão, o que se refletiu em seus debates e suas deliberações.

A V Cúpula do BRICS, que ocorrerá em Durban, na África do Sul, em 27 de março de 2013, ensejará oportunidade para avançar as duas principais vertentes de atuação do fórum: (1) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus cinco membros; e (2) a coordenação política em organismos internacionais econômico-financeiros e políticos. Será também ocasião propícia para se avaliar o estudo de viabilidade da criação do Banco do BRICS.

## **G-20**

Na área financeira, tem havido cooperação próxima entre Brasil e China em diferentes foros multilaterais, com destaque ao G-20 e ao Fundo Monetário Internacional. Tal resultado se beneficia do diálogo e coordenação eficazes sobre temas financeiros logrados pelo BRICS, cujas autoridades têm mantido encontros às margens das reuniões do G-20 e do FMI.

Tema de importância significativa para esse diálogo consiste nas reformas das instituições financeiras internacionais, com vistas a tornar suas estruturas de governança mais representativas do crescente peso de países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. Trata-se de área onde o referido diálogo tem contribuído para resultados, com o impulso aos acordos de reforma da governança do FMI e do Banco Mundial.

Em 2012, Brasil e China contribuíram para o compromisso coletivo de aumento dos meios de atuação do FMI para a prevenção e resolução de crises financeiras, sobretudo no cenário de crise mundial. Ao longo do ano, número significativo de países anunciou compromisso total

de contribuição superior a US\$ 450 bilhões, disponível ao conjunto de membros do FMI, em benefício da estabilidade financeira global.

Como resultado das reformas de quotas e poder de voto do FMI, Brasil e China têm aumentado sua participação na instituição. Com a entrada em vigor da reforma de 2008 de quotas e poder de voto no FMI, em 2011, China e Brasil tornaram-se, respectivamente, o 6º e o 14º maiores acionistas do Fundo. Com a entrada em vigor da reforma de 2010, China e Brasil passarão às posições de 3º e 10º principais acionistas do Fundo.

Brasil e China ratificaram a reforma de 2010 do FMI e têm realizado esforços, juntamente com os demais BRICS, em prol de sua entrada em vigor. Também têm atuado no sentido de ressaltar a necessidade de que os próximos passos da reforma do Fundo – revisão da fórmula de quotas e nova revisão geral de quotas – resultem em aumento da voz e representação de países emergentes e em desenvolvimento, em benefício da legitimidade e da eficácia da instituição.

No âmbito do G-20, Brasil e China têm ressaltado a necessidade de esforços em prol da recuperação econômica global e da estabilidade financeira. Nesse contexto, têm salientado a importância de políticas favoráveis ao crescimento e à geração de empregos nos países avançados, e de que os países emissores das principais moedas de reserva levem em conta a influência de suas políticas tanto sobre a economia doméstica como sobre a mundial.

## **BASIC**

A China tem atuação destacada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasil e China têm posições convergentes em diversos aspectos das negociações sobre mudança do clima, como mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia, e atuam em coordenação por meio do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). A atuação coordenada dos países do BASIC tem sido fundamental para estimular ambição no combate à mudança do clima, bem como para fortalecer o tratamento do apoio financeiro, tecnológico e técnico internacional a ser oferecido para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. O diálogo no âmbito do BASIC é complementar à atuação dos países no G-77 e China.

O BASIC foi estabelecido em 2007, como grupo informal de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. O Grupo, que se reúne em nível ministerial ao menos quatro vezes ao ano, vem desempenhando papel de liderança na busca de convergências no âmbito do regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. A última reunião do ano, prévia à Conferência das Partes na Convenção (COP), é sediada na China.

Como país em desenvolvimento, a China não possui metas obrigatórias e quantificadas de redução de emissões no âmbito da UNFCCC e seu Protocolo de Quioto, ao contrário dos países desenvolvidos (membros do “Anexo I”, pela terminologia da Convenção). Devido ao crescimento significativo de sua economia, contudo, é objetivamente um grande emissor de gases de efeito estufa. É alvo de constantes pressões por parte de países desenvolvidos para que assuma compromissos quantitativos de redução de emissões – pressões que, como o Brasil, rejeita com base nas responsabilidades históricas dos países do Anexo I pelo aquecimento global e na natureza de suas emissões. De acordo com o Governo chinês, o aumento das emissões decorre da necessidade de elevação do nível de vida de sua população, tal qual a ampliação dos serviços básicos como o fornecimento de energia para regiões mais remotas. Isto está de acordo com a UNFCCC, que prevê, em seu preâmbulo, que as emissões originárias de países em desenvolvimento deverão crescer para que estes possam atender às suas necessidades sociais e de desenvolvimento.

A China vem manifestando seu potencial de ações de mitigação em seu território e está disposta a contribuir mais para o esforço global de mitigação, desde que receba os apoios previstos na Convenção e que tais ações não comprometam seu desenvolvimento, em conformidade com os dispositivos da UNFCCC.

Em Copenhague (COP-15), a China anunciou compromisso voluntário de redução emissões por unidade do PIB entre 40 e 45% até 2020 e que, nesse mesmo período, elevaria a 15% a participação de fontes renováveis e da energia nuclear no consumo do país primário de energia. O Brasil, por sua vez, anunciou seu compromisso nacional voluntário de redução entre 36,1% e 38,9% de suas emissões projetadas até 2020.

Além da coordenação entre negociadores e especialistas em mudança do clima no âmbito do BASIC, cabe destaque na relação bilateral para o Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Criado em janeiro de 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Tsinghua (principal instituição de ensino superior chinesa da área de tecnologia), o Centro China-Brasil é sediado em Pequim e mantém uma unidade na Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ). O Centro dedica-se a temas como biocombustíveis; captura e armazenamento de carbono; e energia eólica.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A China respondeu à crise internacional de 2008 por meio de vultoso pacote de estímulo fiscal, da ordem de US\$ 600 bilhões. A medida atendeu ao objetivo de manter o crescimento econômico em nível elevado, mas provocou pressões inflacionárias e suscitou questionamentos sobre o grau de eficiência com que as empresas estatais e suas principais beneficiárias utilizam esses recursos.

Num primeiro momento, a resposta à crise baseou-se no aprofundamento do modelo de crescimento prevalecente nos anos anteriores, calcado em altas taxas de crescimento das exportações (mais de 25% ao ano) e dos investimentos (mais de 30% ao ano). Diante das dificuldades para continuar a aumentar suas exportações em meio à crise, a China colocou ainda mais ênfase sobre o investimento. O estímulo deu-se majoritariamente sob a forma da canalização do crédito pelos bancos públicos, que oficialmente emprestaram volume adicional recorde. Na linha do que foi mencionado acima, esse volume de investimentos gera impactos negativos que não podem ser desconsiderados.

O PIB chinês no ano de 2012 alcançou US\$ 8,28 trilhões, o que, segundo destacou o jornal chinês “*China Daily*”, corresponde a cerca de 55% do PIB norte-americano. O crescimento do PIB em 2012 foi de 7,8%, a menor taxa dos últimos 13 anos, conquanto ainda a maior entre as principais economias. O PIB chinês havia crescido 9,1% em 2011 e 10,4% em 2010.

Analistas sugerem que a redução no ritmo de crescimento chinês está associada tanto a fatores estruturais quanto a conjunturais. Do ponto de vista estrutural, essa situação seria reflexo do processo de transição de uma economia de renda baixa para economia de renda média, influenciado pelo acelerado envelhecimento da população e, à medida que aumentam os salários, por taxas descendentes de produtividade marginal do capital. A redução do crescimento não é necessariamente um fato negativo, uma vez que indica redução esperada das altas taxas de investimento e transição para uma economia com maior peso do consumo doméstico e com ganhos de eficiência. Entre os fatores conjunturais, estão: i) a redução na taxa de investimentos, tanto no setor imobiliário, quanto nos projetos de infraestrutura financiados pelo Governo; e ii) as condições econômicas adversas nos principais mercados importadores (EUA, UE e Japão – em relação ao Japão, somam-se ademais os antes mencionados fatores políticos).

Em 2012, pelo segundo ano seguido, o consumo cresceu a uma taxa superior aos investimentos – embora, em termos absolutos, a parcela dos investimentos no PIB seja muito superior à do consumo.

A redução na taxa de crescimento econômico e o aumento da participação do consumo no PIB vão ao encontro do objetivo do Governo de promover o rebalanceamento da economia. Com efeito, o XII Plano Quinquenal (2011-2015) já traçava entre suas metas: redução do ritmo de

crescimento do PIB para 7% ao ano; transformação do modo de crescimento, reduzindo o investimento e aumentando o consumo das famílias; mudança de orientação do setor externo, reduzindo a taxa de crescimento das exportações e aumentando a das importações, caminhando para uma balança comercial mais equilibrada; correção dos desequilíbrios sociais, reduzindo a disparidade campo-cidade, as disparidades regionais (costa-interior, leste-oeste) e a concentração de renda.

Junto com os dados sobre o PIB, o “Bureau Nacional de Estatísticas” (BNE) da China também divulgou, pela primeira vez em uma década, dados sobre distribuição de renda no país. Os dados indicam que, após um pico de 0,491 em 2008, a desigualdade de renda, medida segundo o coeficiente de Gini, ter-se-ia reduzido para 0,474 em 2012 (quanto menor o índice de Gini, mais igualitária a distribuição de renda). Da última vez em que os dados sobre desigualdade haviam sido divulgados, em 2000, o coeficiente de Gini indicava 0,412. Entretanto, analistas contestam a precisão desses dados, os quais, segundo estudos independentes (Texas A&M University e Southwest University of Finance and Economics, em Chengdu), indicariam nível de desigualdade muito superior (0,61).

A preocupação de que a redução do ritmo de crescimento possa comprometer as bases do contrato social chinês parece ser a razão de o Governo haver escolhido divulgar dados sobre redução da disparidade de renda ao mesmo tempo em que anunciou a queda no crescimento do PIB. Esses movimentos indicariam preocupação da nova liderança em engajar-se em políticas redistributivas na área social – o que viria ao encontro do objetivo de aumentar o consumo, tendo presente a maior propensão das camadas de renda baixa e média da população a consumir. Atualmente, a parcela do PIB chinês que corresponde a gastos sociais é de 9,4%, percentual muito baixo quando comparado aos de países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com média de 27%) e mesmo de países de renda média (média de 16%).

### *Comércio*

Segundo dados oficiais chineses, o comércio exterior global da China, em 2012, foi de US\$ 3,87 trilhões (US\$ 3,64 trilhões em 2011), o que representou uma elevação de 6,2% com relação ao ano anterior (abaixo da meta de 10% estipulada pelo Governo chinês). As exportações somaram US\$ 2,05 trilhões (US\$ 1,9 trilhões em 2011), e as importações US\$ 1,82 trilhões (US\$ 1,74 trilhões em 2011); do que resultou um superávit de US\$ 232,8 bilhões (US\$ 157,9 em 2011). As exportações registraram, em 2012, crescimento de 7,9% ano a ano, e as importações, de 4,3%.

Em 2012, os principais parceiros comerciais de Pequim foram: União Europeia (trocas de US\$ 546,6 bilhões); EUA (US\$ 484,9 bilhões); ASEAN (US\$ 400,3 bilhões); Hong Kong (US\$ 341,6 bilhões); e Japão (US\$ 329,7 bilhões). Em relação ao ano anterior, vale notar o crescimento do comércio com a ASEAN (10,4%), o terceiro principal parceiro desde 2011 (quarto em 2010).

Ainda de acordo com dados oficiais chineses, o comércio com o Brasil em 2012 foi de US\$ 85,5 bilhões (US\$ 75,5 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC), com crescimento de 1,16% relativo a 2011 (mas queda de 2,1%, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC). De acordo com dados chineses, o Brasil seria o 12º principal parceiro comercial da China (11º em 2011).

Em 2012, o comércio da China com os outros quatro membros do BRICS, de US\$ 300 bilhões, equivaleu a 7,76% do comércio global daquele país (7,74% em 2011). No mesmo ano, o intercâmbio com a UE representou 14,13% do intercâmbio global chinês (14,67% em 2011); e as trocas com os EUA, por seu turno, equivaleram a 12,54% do comércio global chinês (11,6% em 2011). Vale destacar que o comércio da China no âmbito dos BRICS mais que duplicou de 2009 a 2012 (US\$ 140,5 bilhões, em 2009). Entre os BRICS, o Brasil foi o segundo principal parceiro em 2012 (primeiro nos dois anos anteriores), atrás da Rússia.

As importações chinesas de minério de ferro totalizaram US\$ 95,6 bilhões em 2012, atingindo 743,6 milhões de toneladas. O preço da *commodity* variou bastante ao longo do ano, em função do desaquecimento do setor de construção civil na China e dos menores preços do aço. Contudo, os preços subiram ao longo dos últimos quatro meses do ano e estão nos seus níveis mais altos, em base anual.

As importações chinesas que apresentaram maior aumento em 2012 foram as de cereais e de alumina, cujas compras dobraram no ano. A maior demanda da crescente classe média chinesa por carnes e alimentos processados fez as importações de milho, arroz e trigo – áreas em que a China é historicamente autossuficiente – alcançarem níveis recordes. As compras anuais de cereais – milho, arroz, trigo e cevada – atingiram 14 milhões de toneladas, contra 5,5 milhões no ano anterior.

Nos dados da balança comercial chinesa para 2012, o jornal Financial Times também sublinhou o aumento das importações de *commodities*, com óleo cru, minério de ferro e cobre batendo recordes. As compras de óleo cresceram 6,8% com relação a 2011, e as de cobre expandiram-se em 8,4%, subindo num ritmo ligeiramente menor do que no ano anterior, mas maior do que o resto da economia.

### *Investimentos*

Segundo informação da Heritage Foundation, os investimentos externos chineses em 2012 alcançaram o nível de US\$ 124,46 bilhões. Os EUA e a Austrália foram os países que mais receberam investimentos chineses desde 2005 (US\$ 54,2 e US\$ 53,5 bilhões cada), seguidos por Canadá (US\$ 36,7 bilhões) e Brasil (US\$ 27,5 bilhões). No primeiro, os capitais chineses concentraram-se nos setores de finanças e energia, enquanto, no segundo, em mineração e energia. Os investimentos estrangeiros diretos (IED) chineses cresceram principalmente no primeiro semestre de 2012, com os EUA como principal destino, recuperando as fracas cifras de 2011. Em que pese os EUA serem o principal destino dos

investimentos chineses desde 2005, no total dos investimentos recebidos pelos EUA entre 2005 e 2012, os chineses respondem por menos de 2%.

É digno de nota que os IED chineses vêm crescendo anualmente. Em 2005, os investimentos no exterior eram de apenas US\$ 14 bilhões. Entre 2005 e 2012, os maiores recipientes dos IED chineses foram os EUA e a Austrália, seguidos por Canadá, Brasil, Reino Unido e Indonésia. No mesmo período, os IED chineses concentraram-se, majoritariamente, nos setores de energia, mineração e finanças. O foco geográfico dos IED tem alterado ao longo dos anos: enquanto os investimentos na Austrália cresceram em meados da década passada, a África subsaariana recebeu capitais mais vultosos no final da década, e a América do Sul, em 2010 e 2011. As perspectivas para 2013 são que haja nova concentração de investimentos nos EUA.

### *Perspectivas*

Apesar dos números positivos da economia chinesa observados principalmente a partir de setembro de 2012, alguns setores ainda enfrentam dificuldades, em razão da redução da demanda, tais como: siderurgia; máquinas e metais; construção naval; entre outros. Além dessas incertezas, continuam a pairar dúvidas sobre o estado do sistema bancário e financeiro. Há, ainda, temor de que uma maior liberalização do crédito possa dar estímulo excessivo ao setor imobiliário, voltando a inflar a bolha que se reduziu ao longo de 2012. Em suma, persistem incertezas relacionadas ao rebalanceamento da economia em direção a uma maior participação do consumo doméstico no PIB (conforme previsto no XII Plano Quinquenal) e à capacidade das novas lideranças chinesas de implementar reformas.

Para 2013, o Banco Mundial, o FMI e o Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) coincidiram na estimativa de que o PIB chinês crescerá 8,1%. A consultoria Roubini estima que o crescimento chinês em 2013 será de 7,6%, embora considere que alguns fatores – como a recuperação do mercado imobiliário e o crescimento do investimento dos Governos central e provinciais – ainda poderão afetar positivamente a taxa de crescimento do PIB.

Em seu relatório de 7 de junho de 2012, a consultoria Dragonomics assinala que os líderes chineses se mostram cada vez mais relutantes em recorrer a medidas de aumento dos investimentos na mesma intensidade que fizeram após a crise de 2008. Acrescenta que a manutenção de um ritmo sustentável de crescimento exigirá cada vez mais, a partir de agora, medidas de "ruptura microeconômica", em que empresas não-competitivas perderão espaço. Nesse processo de ajuste, indústrias que se beneficiaram até agora do baixo custo da mão de obra, como as de brinquedos e têxteis, seriam transplantadas para países como Vietnã e Bangladesh e a tônica da atividade econômica dependeria crescentemente de segmentos de maior valor agregado, nos quais a economia chinesa revela grande competitividade. O relatório termina com a observação de

que “os vencedores da última década provavelmente não serão os vencedores da próxima década”.

As observações da Dragonomics confirmam previsões do XII Plano Quinquenal chinês e corroboram estudos recentes, como relatório conjunto que o Banco Mundial e o Conselho de Estado do país produziram recentemente (“China 2030”) e artigo publicado pela The Economist, em setembro de 2011. Este último registra a progressiva elevação da fatia dos produtos manufaturados nas exportações globais chinesas (hoje, em torno de 13,7%) e lista segmentos nos quais a China vem ocupando espaços tradicionalmente mantidos por grandes fornecedores ocidentais: químico, metal-metalúrgico, transportes de cargas e passageiros, circuitos integrados, entre outros. Os mercados mais visados seriam os de países como Brasil, Rússia, Turquia, Chile e México. O mesmo artigo ainda acrescenta que, atualmente, as empresas de origem chinesa já superaram as filiais de multinacionais na China como origem de receitas de exportações.

**ANEXOS**

**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

<b>221 a 210 a.C.</b>	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
<b>206 a 220 d.C.</b>	Dinastia Han.
<b>618 a 907</b>	Dinastia Tang.
<b>960 a 1279</b>	Dinastia Song.
<b>1368 a 1644</b>	Dinastia Ming.
<b>1644</b>	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
<b>1839 a 1842.</b>	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1842</b>	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
<b>1856 a 1860</b>	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
<b>1894 a 1895</b>	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão.
<b>1900</b>	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
<b>1912</b>	Proclamação da República da China (fim de 4 mil anos de regime monárquico).
<b>1921</b>	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh).
<b>1934 a 1935</b>	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Zedong (Mao Tsé-Tung).
<b>1937</b>	Japão invade a China.
<b>1949</b>	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Zedong.
<b>1958</b>	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
<b>1962</b>	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
<b>1966</b>	Início da Revolução Cultural.
<b>1969</b>	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
<b>1971</b>	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Taiwan.
<b>1972</b>	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
<b>1976</b>	Morte de Mao Zedong. Fim da Revolução Cultural.
<b>1978</b>	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
<b>1989</b>	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
<b>1993</b>	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
<b>1994</b>	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
<b>1997</b>	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
<b>1999</b>	Macau é devolvida à China por Portugal.
<b>2001</b>	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

<b>2003</b>	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
<b>2004</b>	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
<b>2005</b>	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Deterioração no relacionamento político com o Japão. Presidente Bush visita a China.
<b>2006</b>	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
<b>2007</b>	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de Secretário-Geral do PCC.
<b>2008</b>	Protestos no Tibete (abril). Terremoto em Sichuan (maio). Jogos Olímpicos de Pequim (agosto).
<b>2009</b>	Protestos e violência étnica em Xinjiang (setembro). Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC (outubro).
<b>2010</b>	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh – Vice-Presidente Xi Jinping nomeado Vice-Presidente da Comissão Militar Central.
<b>2011</b>	Visita de Hu Jintao a Washington (janeiro).
<b>2012</b>	18º Congresso Nacional do PCCh: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCCh, sucedendo a Hu Jintao.

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Brasil e China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i> ).
1993	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China; criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar; visita do Presidente do Parlamento chinês, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à China.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros da China; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.
2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil (maio); do membro do <i>Politburo</i> do Partido Comunista Chinês, He Guoqiang (julho); e do Vice-Presidente do Comitê Central Militar da China, General Xu Caihou (novembro).
2009	Visitas ao Brasil do Vice-Presidente da China, Xi Jinping (fevereiro); do Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin (novembro); e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro). Visita de Estado do Presidente Lula à China (maio). Visita à China do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do Ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do Ministro da SECOM, Franklin Martins (outubro).

2010	<p>Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil (abril), conjuntamente à II Cúpula BRIC, em Brasília.</p> <p>Visita à China do Ministro-Chefe do GSI, General Jorge Félix (abril).</p> <p>Visita do Ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).</p>
2011	<p>Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China, em abril;</p> <p>Visita do Ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil.</p> <p>II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, em Brasília.</p>
2012	<p>II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), presidida do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer, em Brasília, em fevereiro.</p> <p>Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio).</p> <p>Visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho).</p> <p>Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho).</p> <p>Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro).</p> <p>Visita da Vice-Presidenta da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Senhora Zhang Meiyang ao Brasil (dezembro).</p>

## ATOS BILATERAIS

Titulo	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	18/06/1984
Ajuste Complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos Campos das Ciências Puras e Aplicadas	29/05/1984	29/05/1984	20/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996

Prptocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	<p>Em tramitação na Câmara dos Deputados (PDC 1351/2008).</p> <p>Aprovado nas Comissões em 9/11/2010, aguarda apreciação pelo Plenário desde aquela data.</p> <p>Se aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, deverá ainda ser apreciado pelo Senado Federal.</p>	
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	<p>Em processo de ratificação.</p> <p>Aprovado pelo Senado Federal em 2012 (Decreto Legislativo 539 promulgado pelo Senado Federal em 19/10/2012).</p>	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	<p>A ser apreciado pelo Congresso Nacional</p>	

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

<b>CHINA: COMÉRCIO EXTERIOR</b>					
<b>US\$ bilhões</b>					
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Exportações (fob)	1.429	1.202	1.578	1.899	2.050
Importações (cif)	1.133	1.004	1.394	1.741	1.817
Saldo comercial	295	198	185	158	233
Intercâmbio comercial	2.562	2.206	2.972	3.641	3.867

O comércio exterior chinês apresentou, em 2012, variação de 51% em relação a 2008, passando de US\$ 2,6 trilhões para US\$ 3,9 trilhões. No ranking do FMI de 2011, última posição disponível, a China figura como o principal exportador mundial desde 2007 e o segundo maior importador, após Estados Unidos.

**CHINA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

Descrição	2011		2012		
	no. total	%	no. total	%	
Estados Unidos	325	17,1%	352	17,2%	
União Europeia	356	18,7%	334	16,3%	
Hong Kong	268	14,1%	324	15,8%	
Japão	148	7,8%	152	7,4%	
Coreia do Sul	83	4,4%	88	4,3%	
Índia	51	2,7%	48	2,3%	
Rússia	39	2,0%	44	2,1%	
Cingapura	36	1,9%	41	2,0%	
Austrália	34	1,8%	38	1,8%	
Taiwan	35	1,8%	37	1,8%	
<b>Brasil</b>	<b>31,9</b>	<b>1,7%</b>	<b>33,4</b>	<b>1,6%</b>	
<b>Subtotal</b>	<b>1.406</b>	<b>74,0%</b>	<b>1.490</b>	<b>72,7%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>493</b>	<b>26,0%</b>	<b>560</b>	<b>27,3%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.899</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.050</b>	<b>100,0%</b>	

As vendas chinesas são direcionadas em grande parte aos países de economia avançada, que responderam por 68% das vendas em 2012. Desse montante, 16% foram exportados para a União Europeia. Os países em desenvolvimento foram destino de 31% das vendas chinesas, sendo 11% foram exportados para os países desenvolvidos da Ásia. Individualmente, os Estados Unidos são os principais destinos das vendas chinesas. Em 2012 responderam por 17% do total, seguido de Hong Kong (16%); Japão (7%); Coreia do Sul (4%); e Índia (2%). O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais destinos em 2012, participando com 1,6% do total.

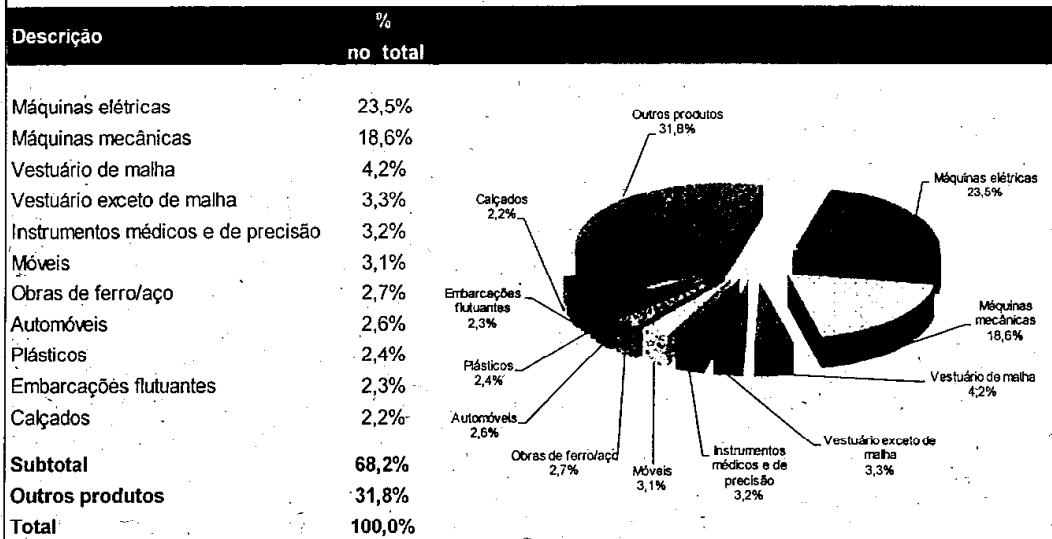
**CHINA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES**  
US\$ bilhões

Descrição	2011		2012		
	no. total	%	no. total	%	
União Europeia	211	12,1%	213	11,7%	
Japão	195	11,2%	178	9,8%	
Coreia do Sul	163	9,3%	169	9,3%	
Estados Unidos	122	7,0%	133	7,3%	
Taiwan	125	7,2%	132	7,3%	
Austrália	83	4,7%	85	4,7%	
Malásia	62	3,6%	58	3,2%	
<b>Brasil</b>	<b>52,6</b>	<b>3,0%</b>	<b>52,1</b>	<b>2,9%</b>	
África do Sul	32	1,8%	45	2,5%	
Rússia	39	2,2%	44	2,4%	
<b>Subtotal</b>	<b>1.084</b>	<b>62,2%</b>	<b>1.107</b>	<b>60,9%</b>	
<b>Outros países</b>	<b>657</b>	<b>37,8%</b>	<b>710</b>	<b>39,1%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.741</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.817</b>	<b>100,0%</b>	

Seguindo o exemplo das exportações, as importações chinesas também são originárias em grande parte das economias desenvolvidas, que representaram 56% do total, sendo 12% da União Europeia. Os países em desenvolvimento abasteceram a China em 34% das suas necessidades, sendo 11% provenientes dos países em desenvolvimento da Ásia. O Japão foi o principal fornecedor individual da China em 2012, com participação de 10% no total, seguido da Coreia do Sul (9%); Estados Unidos (7%); Taiwan (7%); e Austrália (5%). O Brasil posicionou-se como 8º principal fornecedor de bens à China (3%).

## CHINA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

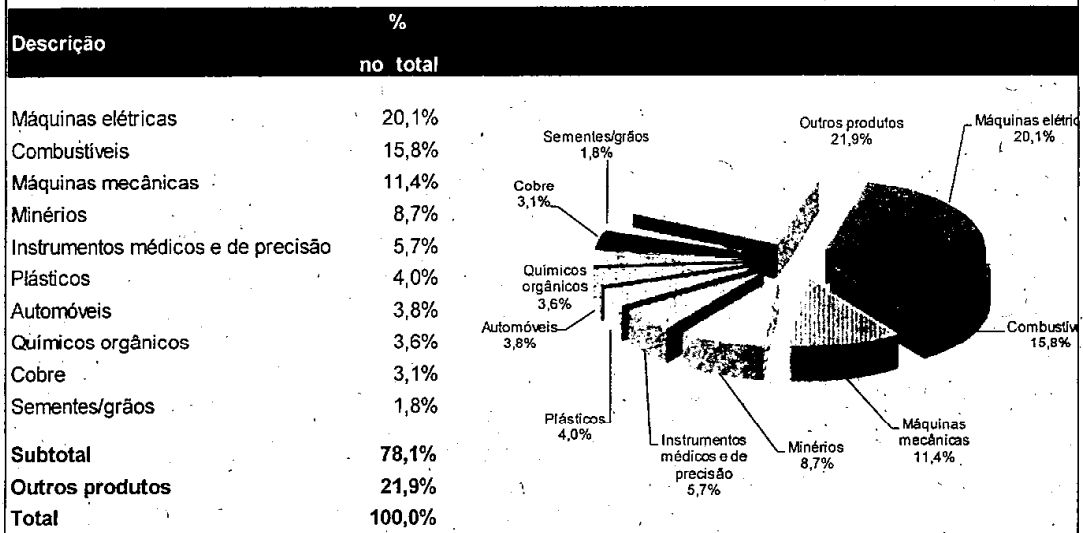


Fonte: COMEX, DIRETORIO NACIONAL DE REGISTRO E INFORMAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL, COM base em dados da UNCTAD, Março/2012

A pauta de exportações chinesa é concentrada em bens com alto valor agregado. As máquinas são os principais grupos de produtos exportados e representaram 42% do total (aparelhos elétricos de telefonia/telegrafia; diodos e transistores; circuitos integrados; aparelhos de TV; transformadores; computadores e impressoras; aparelhos de ar-condicionado; bombas de ar ou de vácuo, etc). Mostraram também destaque os artigos de vestuário (8%); instrumentos e aparelhos médicos e de precisão (3%); e móveis (3%).

## CHINA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %



Elaborado por M&E/DTR/DIC - Divisão de Comércio Exterior, sob a coordenação do MCTIC/TC/TradeMap

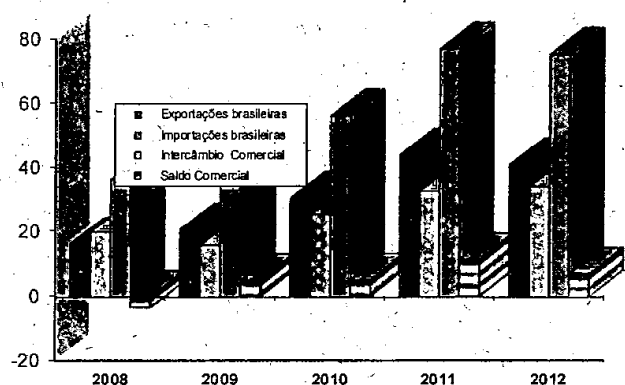
Na pauta de importações chinesas as máquinas também possuem peso significativo. Em 2011 somaram 31% das compras do país (computadores e periféricos; motores; bombas de ar ou de vácuo; rolamentos; centrifugadoras; circuitos integrados e impressos; transformadores; condensadores; etc). Destacam-se, ainda, os combustíveis - principalmente de petróleo em bruto -, sendo a China o segundo maior consumidor (9,4 milhões de barris/dia) e importador (5 milhões de barris/dia). Os combustíveis representaram cerca de 16% do total em 2011; seguido de minério de ferro (9%); instrumentos e aparelhos médicos e de precisão (6%); e automóveis (4%).

**BRASIL-CHINA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>16,5</b>	<b>21,0</b>	<b>30,8</b>	<b>44,3</b>	<b>41,2</b>
Varição em relação ao ano anterior	53,7%	27,1%	46,6%	43,9%	-7,0%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>20,0</b>	<b>15,9</b>	<b>25,6</b>	<b>32,8</b>	<b>34,2</b>
Varição em relação ao ano anterior	58,8%	-20,6%	60,9%	28,1%	4,4%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>36,6</b>	<b>36,9</b>	<b>56,4</b>	<b>77,1</b>	<b>75,5</b>
Varição em relação ao ano anterior	56,5%	1,0%	52,7%	36,8%	-2,1%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>-3,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,2</b>	<b>11,5</b>	<b>7,0</b>

*Elaborado pela VRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb*

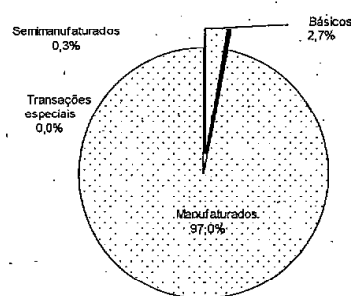
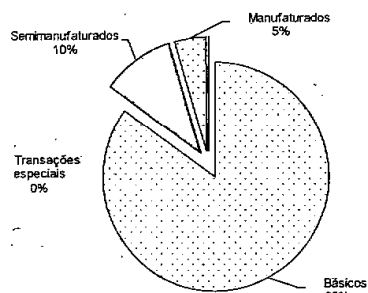
A China foi o principal parceiro comercial brasileiro e absorveu 16% das trocas comerciais brasileiras em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 106%, passando de US\$ 36,6 bilhões para US\$ 75,5 bilhões. Nesse período as exportações cresceram 150% e as importações, 71%. O saldo da balança comercial, deficitário ao Brasil em 2008, somou superávit de US\$ 7 bilhões, o que representa 37% do superávit brasileiro com o mundo em 2012.



**BRASIL-CHINA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO**  
US\$ bilhões, fob (2011)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	37,7	85,0%	0,9	2,7%
Semimanufaturados	4,6	10,4%	0,1	0,3%
Manufaturados	2,0	4,6%	31,8	97,0%
Transações especiais	0,0	0,1%	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>44,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>32,8</b>	<b>100,0%</b>

As exportações brasileiras para a China são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 85% das vendas em 2011, com destaque para minério de ferro e soja. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a quase totalidade, 97% do total em 2011, com destaque para máquinas.



**BRASIL-CHINA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a China, 2012
			Valor	% no total	
Minérios	13.626	20.171	15.214	36,9%	15.214
Sementes/grãos	7.134	10.958	12.029	29,2%	12.029
Combustíveis	4.054	4.884	4.835	11,7%	4.835
Pastas de madeira	1.126	1.300	1.237	3,0%	1.237
Açúcar	515	1.217	1.084	2,6%	1.084
Gorduras/óleos	814	823	1.005	2,4%	1.005
Aviões	376	623	883	2,1%	883
Algodão	140	570	721	1,7%	721
Ferro e aço	567	681	671	1,6%	671
Carnes	225	433	574	1,4%	574
<b>Subtotal</b>	<b>28.577</b>	<b>41.659</b>	<b>38.253</b>	<b>92,8%</b>	
Outros produtos	2.209	2.656	2.975	7,2%	
<b>Total</b>	<b>30.786</b>	<b>44.315</b>	<b>41.228</b>	<b>100,0%</b>	

A pauta de exportações brasileiras para a China é altamente concentrada, prevalecendo os produtos básicos. Em 2012, minério de ferro e soja representaram 66% das vendas brasileiras (US\$ 27 bilhões). Destacaram, também, petróleo em bruto (12%); pastas de madeira (3%); e açúcar (3%).

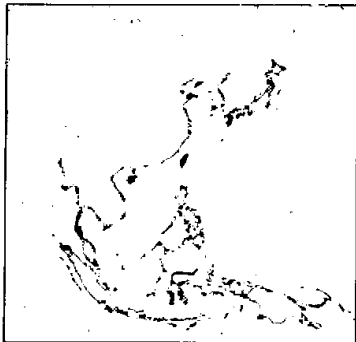
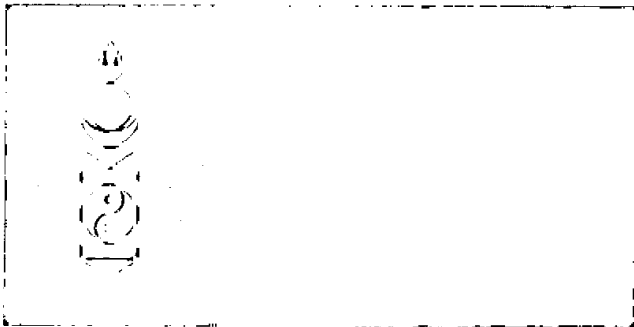
**BRASIL-CHINA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da China, 2012
			Valor	% do total	
Máquinas elétricas	7.997	9.712	9.804	28,6%	
Máquinas mecânicas	5.628	6.832	7.930	23,2%	
Químicos orgânicos	1.284	1.584	1.797	5,2%	
Obras de ferro ou aço	646	879	929	2,7%	
Automóveis	676	1.457	925	2,7%	
Plásticos	516	733	888	2,6%	
Vestuário exceto de malha	425	666	845	2,5%	
Ferro e aço	1.205	957	807	2,4%	
Instrumentos médicos	917	742	741	2,2%	
Filamentos sint/artificiais	418	567	627	1,8%	
<b>Subtotal</b>	<b>19.711</b>	<b>24.131</b>	<b>25.292</b>	<b>73,8%</b>	
<b>Outros produtos</b>	<b>5.884</b>	<b>8.660</b>	<b>8.957</b>	<b>26,2%</b>	
<b>Total</b>	<b>25.595</b>	<b>32.790</b>	<b>34.249</b>	<b>100,0%</b>	

A pauta de importações brasileiras originárias da China é composta em quase sua totalidade por produtos manufaturados. As máquinas participaram com 52% do total (partes de aparelhos de TV; terminais portáteis de telefonia celular; circuitos impressos; computadores e suas partes; aparelhos de ar-condicionado; discos óticos; motocompressores; etc). Destacaram, ainda, os produtos químicos orgânicos (5%); obras de ferro ou aço (3%); automóveis (3%); e plásticos (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONGÓLIA



Informação para o Senado Federal  
OSTENSIVO  
Janeiro de 2013

## DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	Mongólia
<b>CAPITAL</b>	Ulan Bator
<b>ÁREA</b>	1.566.500 km <sup>2</sup> (18º maior do mundo), equivalente à área do Estado do Amazonas
<b>POPULAÇÃO (2011)</b>	2,8 milhões
<b>IDIOMAS</b>	Mongol
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%)
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	República parlamentarista
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Parlamento unicameral ("Grande Hural")
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj (desde 2009)
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-Ministro Noroviin Altankhuyag (desde 2012)
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR</b>	Luvsanvandan Bold (desde 2012)
<b>PIB NOMINAL</b>	US\$ 7,6 bilhões (2012)
<b>PIB PPP</b>	US\$ 13,3 bilhões (2011, Banco Mundial)
<b>PIB NOMINAL PER CAPITA</b>	US\$ 3.128 (2011, Banco Mundial)
<b>PIB PPP PER CAPITA</b>	US\$ 4.741 (2011, Banco Mundial)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	-1,2% (2009); 6,3 % (2010); 17,5% (2011); 17,3% (2012); 19,2% (2013, est. FMI)
<b>IDH (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO) (2011)</b>	0,653 (109º entre 186 países; Brasil é o 84º)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA</b>	68 anos (2011, Banco Mundial)
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	97% (2011, Banco Mundial)
<b>ÍNDICE DE DESEMPREGO</b>	3% (2012, FMI)
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Togrog
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL NA MONGÓLIA (residente na China)</b>	A ser designado
<b>EMBAIXADOR DA MONGÓLIA NO BRASIL (residente no Canadá)</b>	Tundevdorj Zalaa-Uul
<b>CÔNSUL HONORÁRIO DO BRASIL EM ULAN BATOR</b>	Amgalan Bayasgalan
<b>CÔNSUL HONORÁRIO DA MONGÓLIA EM SÃO PAULO</b>	José Roberto da Silva
<b>COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA</b>	6 indivíduos (2012)

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

### INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ FOB; fonte MDIC / AliceWeb)

Brasil-Mongólia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	128.648	1.298.084	1.858.167	1.787.802	2.468.489	5.403.088	2.877.720	2.401.939	5.561.530	4.167.920
Exportações	104.024	1.288.049	1.858.167	1.744.324	2.466.844	5.400.571	2.877.664	2.386.274	5.546.071	3.835.185
Importações	24.624	10.035	0	43.478	1.645	2.517	56	15.665	15.459	332.735
Saldo	79.400	1.278.014	1.858.167	1.700.846	2.465.199	5.398.054	2.877.608	2.370.609	5.530.612	3.502.450

**TSAKHIAGIIN ELBEGDORJ**

*Presidente da República*

Tsakhagiin Elbegdorj assumiu a Presidência da República em 2009, após haver exercido em duas ocasiões a função de Primeiro-Ministro (na primeira vez, em 1998, foi o mais jovem ocupante do cargo). Seu mandato tem duração de quatro anos e expira em junho de 2013.

Nascido em Zereg Soma, em 1963, foi mecânico e serviu no Exército mongol. Formou-se em jornalismo em 1988, pela Academia Militar de Forças Terrestres, na Ucrânia (então parte da União Soviética), e concluiu mestrado em administração pública pela Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, em 2002.

Durante a juventude, Elbegdorj integrou movimentos de resistência ao regime comunista mongol. Participou da fundação do movimento democrático e anticomunista "União Democrática Mongol" e convocou as primeiras manifestações em favor da democracia e reformas. Fundou o primeiro jornal independente da Mongólia, *Democracia*, em 1990, sendo seu primeiro editor-chefe. Participou, ainda, da criação do primeiro canal de televisão independente do país, e apresentou projeto de lei sobre liberdade de imprensa.

Após as primeiras eleições livres do país, em julho de 1990, Elbegdorj tornou-se membro do Parlamento, por quatro mandatos, e ocupou o cargo de Vice-Presidente, além de líder da maioria. No Parlamento, contribuiu para a elaboração da primeira Constituição pós-comunista da Mongólia (1992). Iniciou e conduziu reformas econômicas e sociais no país desde 1990, inclusive políticas de liberalização, privatização e habitação, redução da carga fiscal e da burocracia, combate à corrupção e promoção de democracia participativa.

Em 1996, seu Partido Democrático (PD) venceu as eleições pela primeira vez, após 75 anos de governo do Partido Revolucionário Popular Mongol (renomeado Partido Popular Mongol, desde 2010).

## **NOROVIIIN ALTANKHUYAG**

### ***Primeiro-Ministro***

Noroviin Altankhuyag assumiu a função de Primeiro-Ministro em agosto de 2012. Nascido na província de Uvs, em 1958, estudou física e matemática na Universidade Nacional da Mongólia, onde permaneceu como professor de biofísica e física. No início dos anos 1990, integrou o movimento democrático que levou à derrocada do regime comunista no país. Participou da criação, em fevereiro de 1990, do Partido Social-Democrata mongol, do qual foi Secretário-Geral em duas ocasiões (1994-1996 e 1999-2000).

Foi Ministro da Agricultura e Indústria de 1996 a 2000, e Ministro de Finanças de 2004 a 2006. Entre 1990 e 2006, serviu quatro vezes Secretário-Geral em diferentes partidos e foi eleito duas vezes como membro do Parlamento. Em 2008, substituiu o atual Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj na liderança do Partido Democrático (PD).

Quadro histórico do PD e fluente em inglês e russo, o Premiê está encarregado, diretamente, de políticas de desenvolvimento econômico e social; de assuntos de comunicação e tecnologia da informação; de serviços de informação e prevenção ao terrorismo; energia nuclear e política de terras, entre outros.

## **LUVSANVANDAN BOLD**

### ***Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior***

Nascido em Ulan Bator, em 1962, é casado e tem três filhos. Obteve título de pós-graduação pelo Instituto Sindical da Universidade de Bernau, na Alemanha (então Alemanha Oriental), em 1981. É fluente em russo, alemão, inglês e francês.

Nos anos 1980, participou do movimento sindical do país e, entre 1989 e 1991, exerceu as funções de Vice-Diretor e de Secretário-Geral da Federação de Estudantes da Mongólia, da qual foi Presidente de 1992 a 1993.

Foi Chefe da Autoridade de Recursos Minerais e de Petróleo e ocupou, no passado, posições de liderança entre os setores empresariais. Foi Ministro da Defesa de setembro de 2008 a agosto de 2012.

Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior em agosto de 2012.

## RELAÇÕES BILATERAIS

País de pequena população (cerca de 2,8 milhões de habitantes) e baixa densidade demográfica, mediterrâneo, circundado por grandes potências (China e Rússia) e com interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral, a Mongólia mantém relações tênues com os países extrarregionais.

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, em momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores (intitulada de "terceiros vizinhos"), diante dos sinais de declínio dos regimes comunistas do Leste Europeu. Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território, especialmente no setor de mineração. O país ocupa atualmente a presidência da Comunidade das Democracias, coalizão intergovernamental para a promoção internacional de "normas e instituições democráticas", cuja próxima cúpula sediará, em abril de 2013. Segundo as autoridades mongóis, há planos para instalar em Brasília sua primeira embaixada residente na América do Sul. De nossa parte, a Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em novembro de 2003, o então Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar realizou visita ao País, para participar do Congresso Internacional Socialista. Em 2005, visando a colher informações sobre a experiência brasileira no setor de mineração, o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, liderou missão ao Brasil, e firmou um Memorando de Entendimento com a Petrobras. Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi realizada a I Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília. Desde então, ocorreram duas outras dessas sessões de consultas políticas, em 2010, em Ulan Bator (quando a parte brasileira foi chefiada pelo Diretor do Departamento da Ásia do Leste), e em 2012, em Brasília.

Em junho de 2012, o Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj visitou o Rio de Janeiro, para receber o prêmio *Champions of the Earth* (Campeões da Terra), conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Mongólia participou, também naquele mês, da Conferência Rio+20, e sua delegação foi chefiada pelo Secretário de Estado dos

Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (Vice-Ministro), Batkhishig Badamdorj.

O Embaixador do Brasil em Pequim realiza visitas anuais a Ulan Bator desde 2005. Em 2009, visitou Ulan Bator em duas oportunidades. Em 7 de janeiro, apresentou credenciais e, em 13 de junho, compareceu à posse do atual Presidente da República.

As reuniões bilaterais com a parte mongol evidenciaram, até o momento, a possibilidade de cooperação em três áreas principais: energia e mineração, educação; e agricultura e sanidade animal.

A Mongólia conta com Cônsul Honorário em São Paulo, e o Brasil indicou cidadão mongol fluente em português (funcionária de empresa subsidiária da Vale) como Cônsul Honorária em Ulan Bator.

## **Cooperação Bilateral**

### *Comércio e investimentos*

O comércio entre Brasil e Mongólia é reduzido, mas ainda assim mostram dinamismo, tendo passado de US\$ 128,7 mil para US\$ 4,2 milhões em 2012, com saldo sempre favorável ao Brasil.

Há perspectiva de incremento de negócios nos setores aeronáutico (autoridades mongóis demonstraram interesse na presença da Embraer no país), mineral (por meio da Vale) e agrícola.

### *Energia e Mineração*

A Vale desenvolve atividades de pesquisa para exploração de carvão e níquel, por meio de sua subsidiária local Tethys Mining, que também atua na prospecção de cobre e ouro, com investimentos da ordem de US\$ 5,9 milhões.

Em associação com empresas indianas e sul-coreanas, a Vale participou de processo de licitação para a exploração de minas de carvão no país (minas de Baganuur e Tavan), cujas reservas chegariam a 6,5 bilhões de toneladas. A concorrência envolveu ainda outras grandes mineradoras, como as australianas Rio Tinto e BHP Billiton, a norte-americana Peabody Energy, e companhias chinesas, japonesas e russas. A Vale esteve entre as seis finalistas, mas não obteve a concessão.

Apesar disso, as autoridades mongóis têm ressaltado o interesse em contar com a presença da Vale em novas licitações, para reduzir a dependência do país diante de seus tradicionais parceiros.

### *Cooperação agrícola*

Apesar de ser um país com condições climáticas muito variadas, a Mongólia tem vasto território e grande potencial para o desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil.

Em outubro de 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA), o qual prevê a criação de um Grupo de Trabalho bilateral responsável pela implementação do instrumento. O Grupo ainda não se reuniu. O Adido Agrícola na Embaixada do Brasil em Pequim poderá colaborar para o funcionamento do Grupo de Trabalho.

#### *Cooperação industrial*

Encontra-se em avaliação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, proposta mongol de Memorando de Entendimento para cooperação industrial. O instrumento poderá proporcionar troca de informações e de missões para conhecer experiências bem-sucedidas no setor brasileiro, além de estimular a Mongólia no desenvolvimento de seu ainda incipiente setor industrial. Eventual intercâmbio de experiências no setor industrial poderia ter efeito benéfico no fluxo de comércio entre os dois países. Poderia, ainda, suscitar o interesse de empresas brasileiras em investir no país asiático.

#### *Educação e esportes*

Encontra-se em fase final de negociação texto de Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Mongólia, que permitirá que nacionais daquele país participem de programas de nível superior no Brasil.

Treinador mongol participou do Curso Internacional para Treinadores Profissionais de Futebol (São Paulo, maio de 2011), oferecido pelo Governo brasileiro. Na ocasião, a Mongólia manifestou interesse em divulgar o futebol brasileiro naquele país.

Por ocasião da última reunião de Consultas Políticas (Brasília, junho de 2012), o Brasil sugeriu a assinatura de Memorando de Entendimento para cooperação em esportes, que ora se encontra em negociação.

#### *Temas Sociais e Combate à Pobreza*

Por ocasião da III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, o Brasil suscitou a possibilidade de se iniciar cooperação bilateral na área de programas sociais, tendo em vista a experiência brasileira acumulada em segurança alimentar e nutricional, pesca artesanal, desenvolvimento agrário e assistência humanitária, o que foi bem acolhido pela delegação mongol. Ademais, a parte brasileira encaminhou às autoridades mongóis informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o "PAA África", que o Brasil promove no continente africano, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, bem como sobre o Programa Fome Zero.

### *Empréstimos e financiamentos oficiais e doações humanitárias*

O Brasil concedeu, em 2010, doações humanitárias para a Mongólia, no valor de US\$ 100 mil, por meio do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) naquele país, e de US\$ 350 mil por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### *Foros Multilaterais*

O Brasil apoiou o ingresso da Mongólia no Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Por sua vez, a Mongólia apoiou o projeto de resolução "curto" do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia, Japão) de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), apresentado em 2005, bem como a defesa da expansão nas duas categorias de membros permanentes daquele órgão das Nações Unidas. Mais recentemente, a Mongólia apoiou, em 2011, a candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano.

### *Cooperação Parlamentar*

O Parlamento da Mongólia conta com Grupo de Amizade Brasil-Mongólia, criado em 2008, que tem atualmente 11 membros, dentre eles o Ministro das Finanças da Mongólia. A Câmara dos Deputados sinalizou, em 2012, disposição de formar a seção brasileira do Grupo, possivelmente sob a liderança do Deputado Federal João Ananias (PCdoB-CE), que tem acompanhado os temas referentes àquele país com particular interesse.

### *Assuntos Consulares*

A comunidade brasileira na Mongólia é muito reduzida – o Itamaraty tem conhecimento de seis brasileiros residindo no país. O serviço consular brasileiro na Mongólia é realizado pela Seção Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, com jurisdição consular sobre toda a Mongólia e com o apoio do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator. Como antes mencionado, a Mongólia conta com Cônsul Honorário em São Paulo, e o Brasil solicitou aprovação para a designação de seu novo Cônsul Honorário em Ulan Bator.

## **POLÍTICA INTERNA**

Com a queda do muro de Berlim, a Mongólia desvinculou-se da influência soviética e iniciou transição a um sistema multipartidário e de economia de mercado, conforme previsto na Constituição de 1992 (em vigor).

Um dos principais temas da agenda interna é o dos usos da renda oriunda da mineração, que constitui grande parte do PIB mongol. Outro tema considerado importante é o da corrupção, percebida como mazela ligada à exploração do país por empresas estrangeiras – especialmente na área mineral.

O Partido Democrata (PD) – principal partido, em coalizão com o Partido Popular Mongol (PPM) –, do atual Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj, consolidou-se como vencedor das eleições parlamentares na Mongólia, em julho de 2012. A coalizão, formada em conjunto com o PPM, definiu como prioridades a maior transparência, o combate à corrupção e o controle das atividades minerais.

O atual Presidente busca também desvincular-se da imagem da herança soviética, associada a governos anteriores e ao passado recente. Nesse sentido, compôs o novo gabinete com jovens tecnocratas, muitos dos quais com formação nos Estados Unidos e no Reino Unido.

## **POLÍTICA EXTERNA**

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem procurado reverter o *status* de protetorado russo, herdado da Guerra Fria, explorando a inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos – mais imediatamente o do Nordeste, em especial as relações com as duas Coreias e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático). Tem buscado também ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da referida política de "terceiros vizinhos", além de uma participação mais ativa em organismos multilaterais.

A Rússia, seu principal fornecedor de energia, continua a constituir prioridade da política externa mongol. Por outro lado, a presença chinesa tem-se ampliado significativamente. Em 2011, China e Mongólia estabeleceram Parceria Estratégica. Ressalte-se que a Mongólia é detentora de grandes reservas minerais e tem grande potencial pecuário, dois setores muito alimentados pela demanda chinesa. O país busca também receber investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem constituído ainda outra via explorada pela Mongólia. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 naquele país, ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos de seu território e locais de treinamento para tropas americanas. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque.

Em sua região, a Mongólia integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional ASEAN, como membro pleno. Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, busca também contribuir para a questão peninsular, tendo sediado duas reuniões entre os Governos de Seul e Pyongyang.

Extrarregionalmente, a Mongólia é país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) e participou da V Reunião Ministerial do FOCALAL em Buenos Aires, em agosto de 2011.

Em foros multilaterais, vale ressaltar o empenho mongol em promover a supracitada Comunidade das Democracias.

## **ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Impulsionada por sua abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*, o que se refletiu em elevadas taxas de crescimento. À parte a contração de -1,3% do PIB em 2009, em razão da crise econômico-financeira internacional, a economia mongol cresceu 17,3% em 2011. Em 2012, prevê crescimento do PIB de 11,7% (estimativa da *Economist Intelligence Unit*). Sua economia sofre estruturalmente da dependência da extração mineral, liderada por grandes empresas estrangeiras.

Os investimentos no setor de mineração devem continuar a embasar a expansão econômica mongol, acompanhados de elevação das importações de maquinário, equipamentos e combustíveis para novas instalações do setor. Um dos mais importantes novos projetos – exploração das maiores reservas mongóis de ouro e de cobre (mina de "Oyu Tolgoi"), em consórcio liderado pela empresa canadense Ivanhoe – deve entrar em operação comercial em 2013.

Espera-se, também, expansão dos gastos do Governo ligados a políticas sociais, como efeito do aumento de receitas proporcionado pelo setor de mineração. Os setores de construção civil e de serviços associados à indústria de extração mineral também têm apresentado crescimento.

O comércio exterior da Mongólia cresceu 170% entre 2007 e 2011, passando de US\$ 4 bilhões para cerca de US\$ 11 bilhões. O principal destino das exportações mongóis é a China (86% em 2011), seguida de Canadá (6%), Rússia (2%) e Coreia do Sul (1,8%). Como fonte de importações, destacam-se China (43,3%), Rússia (23,2%), Coreia do Sul (6%), Japão (5%), Estados Unidos (5%) e Alemanha (4%).

ANEXOS

**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

<b>1206</b>	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
<b>1206 a 1263</b>	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança uma campanha para conquista. Seus filhos e netos criariam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
<b>1267-1368</b>	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu - atual Pequim.
<b>1380</b>	A Região do Império denominada "Horda de Ouro" é derrotada pelo Príncipe russo Dmitriy Donskoy. Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum.
<b>1636</b>	Início do Domínio Manchu: O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior ( <i>Inner Mongolia</i> )
<b>1691</b>	O império Qing oferece proteção para os mongóis do norte, criando a Mongólia Exterior ( <i>Outer Mongolia</i> )
<b>1727</b>	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
<b>1911</b>	A dinastia Qing cai e a Mongólia Exterior declara a sua independência. Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
<b>1919</b>	O exército chinês ocupa a Mongólia Exterior.
<b>1920</b>	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com os bolcheviques na Sibéria.
<b>1921</b>	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol."
<b>1924</b>	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
<b>1928 a 1932</b>	"Direitistas" que defendem a iniciativa privada são depostos. "Esquerdistas" que defendem comunas são depostos. A "rebelião contra-revolucionária" contra o confisco de propriedade do mosteiro é suprimida.
<b>1937</b>	O Primeiro-Ministro Genden é preso na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O Ministro da Guerra Marechal Demid é envenenado a bordo do trem Trans-Siberiano.
<b>1939</b>	As tropas soviéticas e da Mongólia, comandadas pelo General Zhukov, derrotam uma invasão por forças japonesas.

<b>1945 e 1946</b>	Conferência de Yalta preserva o <i>status quo</i> – o controle soviético – na Mongólia. Mongóis votam pela independência em um plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
<b>1949 a 1955</b>	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Estrada de ferro ligando a Rússia e a China é construída na Mongólia.
<b>1961-1963</b>	Conselho de Segurança da ONU aprova a adesão da Mongólia à ONU. Relações diplomáticas estabelecidas com o Reino Unido.
<b>1966</b>	O Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Brejnev, assina tratado de amizade em Ulan Bator, que permite permanência secreta de tropas soviéticas na Mongólia.
<b>1973-1981</b>	Mongólia acusa China de planejar anexação, protestos contra líderes chineses pedem a retirada das tropas soviéticas, acusam a China de "intenções agressivas" e expulsam alguns residentes chineses.
<b>1984</b>	O Secretário-Geral do partido Tsendenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a sair do cargo pelo Politburo.
<b>1986</b>	Discurso de Gorbachev, em Vladivostok, abre caminho para <i>detente</i> com a China e a retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
<b>1990</b>	Início da democracia: protestos forçam a renúncia do <i>Politburo</i> do PRPM. Os partidos políticos são legalizados. As eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM, mas 19 das 50 cadeiras da nova legislatura vão para os não-comunistas.
<b>1992</b>	A nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova Grande Hural unicameral.
<b>1993</b>	As primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
<b>1996</b>	Os Nacionais e Sociais Democratas ganham 50 cadeiras nas eleições para o Grande Hural.
<b>1997</b>	O candidato Bagabandi, do Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM), vence a eleição presidencial.
<b>2000</b>	Depois de os democratas formarem três novos Governos em dois anos, o PRPM ganha 72 cadeiras nas eleições do Grandé Hural. Os Nacionais e Sociais Democratas além de três outros partidos formam um novo Partido Democrata.
<b>2001</b>	Fevereiro – A ONU lança apelo por US\$ 8,7 milhões para apoiar os pastores que sofrem nas piores condições de inverno em mais de 50 anos. Maio – O Presidente Bagabandi é reeleito. Outubro – O FMI aprova quase US\$ 40 milhões em empréstimos a juros baixos para os três anos subsequentes para ajudar combater a pobreza e impulsionar o crescimento econômico.
<b>2003</b>	Em julho, é anunciado que 200 soldados serão enviados ao Iraque para contribuir para a manutenção da paz.
<b>2004</b>	Junho a agosto – Eleições Parlamentares: a oposição tem bom desempenho, o que resulta em um impasse político e em resultados

	<p>contestados. Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro.</p>
2005	<p>Março a abril – Na capital, manifestantes pedem a renúncia do governo e um fim da pobreza e da corrupção oficial.</p> <p>Maio – O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial.</p> <p>Novembro – George W Bush se torna o primeiro Presidente dos EUA a visitar a Mongólia.</p>
2006	<p>Em janeiro, o governo de coligação liderado por Tsakhiagiin Elbegdorj cai após o PRPM se retirar, culpando a liderança pelo crescimento econômico lento. O Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold do PRPM como Primeiro-Ministro.</p>
2007	<p>Em novembro, Miyeegombo Enkhbold renuncia, sendo substituído por Sanjagiin Bayar.</p>
2008	<p>Em julho, o presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter motins na capital, que deixaram cinco mortos e centenas de feridos.</p>
2009	<p>Maio – O ex-Primeiro-Ministro e candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, ganha a eleição presidencial, derrotando Enkhbayar por margem estreita. O PRPM, então no Governo, aceita o resultado.</p> <p>Outubro – O Primeiro-Ministro Sanjagiin Bayar do PRPM renuncia por motivos de saúde. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.</p>
2010	<p>Fevereiro – Ofriço extremo dizima rebanhos. A Organização das Nações Unidas lança programa assistencial aos trabalhadores rurais.</p> <p>Abril – Primeiro-Ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo.</p> <p>Novembro – O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reverte seu nome para Partido Popular da Mongólia, dos tempos do comunismo. O Ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda pequeno partido separatista Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).</p>
2012	<p>Junho – Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue a maioria das cadeiras e forma uma coalizão com o Partido Revolucionário do Povo Mongol. Noroviin Altankhuyag assume como Primeiro-Ministro, e Luvsanvandan Bold, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Davaajav Gankhuyag (Ministro de Mineração) e mais 12 ministros.</p> <p>Agosto – O ex-Presidente Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.</p> <p>Dezembro – O Partido Revolucionário do Povo Mongol ameaça deixar o Governo em protesto contra a sentença de prisão de Enkhbayar.</p>

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do Presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).

## ATOS BILATERAIS

EM VIGOR			
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	03/07/2007	15/02/2008

## DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

MONGÓLIA: COMÉRCIO EXTERIOR							
US\$ milhões							
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (Jan-ago)	2012 (Jan-ago)
Exportações (fob)	1.947	2.534	1.885	2.802	3.882	2.273	2.615
Importações (cif)	2.057	3.232	2.153	3.821	6.946	4.528	5.526
Saldo comercial	-110	-698	-269	-1.019	-3.065	-2.256	-2.911
Intercâmbio comercial	4.004	5.766	4.038	6.623	10.828	6.801	8.141

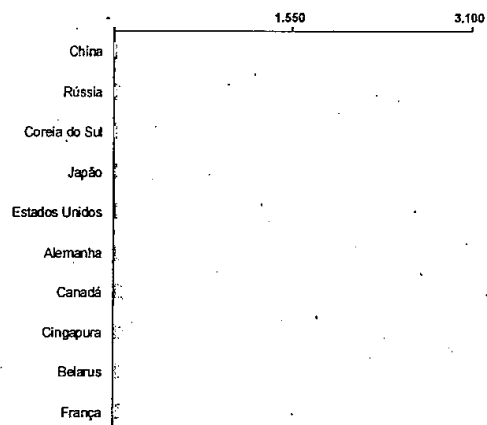
  

MONGÓLIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES				
US\$ milhões				
Descrição	2011	% no total	2012 (Jan-ago)	% no total
China	3.333	85,9%	2.344	89,6%
Canadá	243	6,3%	93	3,6%
Rússia	81	2,1%	48	1,8%
Coreia do Sul	55	1,4%	33	1,3%
Itália	47	1,2%	29	1,1%
Índia	20	0,5%	11	0,4%
Japão	16	0,4%	12	0,5%
Reino Unido	13	0,3%	6	0,2%
Estados Unidos	10	0,3%	5	0,2%
Alemanha	7	0,2%	7	0,3%
...				
<b>Brasil</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,3</b>	<b>0,0%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>3.826</b>	<b>98,6%</b>	<b>2.587</b>	<b>98,9%</b>
<b>Outros países</b>	<b>56</b>	<b>1,4%</b>	<b>28</b>	<b>1,1%</b>
<b>Total</b>	<b>3.882</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.615</b>	<b>100,0%</b>

### MONGÓLIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

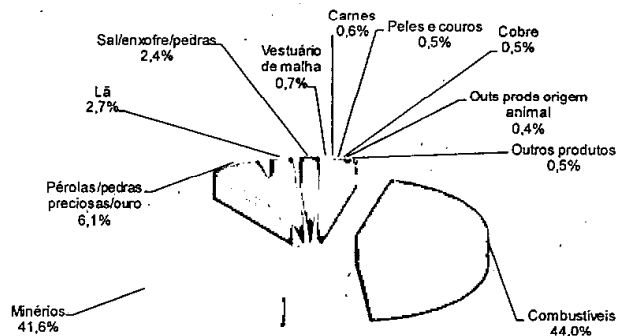
Descrição	2011		2012	
	no total	% no total	(Jan-ago) no total	% no total
China	3.007	43,3%	2.088	37,8%
Rússia	1.614	23,2%	1.380	25,0%
Coreia do Sul	385	5,5%	342	6,2%
Japão	353	5,1%	269	4,9%
Estados Unidos	345	5,0%	577	10,4%
Alemanha	212	3,0%	146	2,7%
Canadá	102	1,5%	61	1,1%
Cingapura	91	1,3%	52	0,9%
Belarus	85	1,2%	45	0,8%
França	67	1,0%	44	0,8%
...				
<b>Brasil</b>	<b>6,1</b>	<b>0,1%</b>	<b>4,0</b>	<b>0,1%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>6.266</b>	<b>90,2%</b>	<b>5.009</b>	<b>90,6%</b>
<b>Outros países</b>	<b>680</b>	<b>9,8%</b>	<b>517</b>	<b>9,4%</b>
<b>Total</b>	<b>6.946</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.526</b>	<b>100,0%</b>



### MONGÓLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011<sup>(1)</sup> - Em %

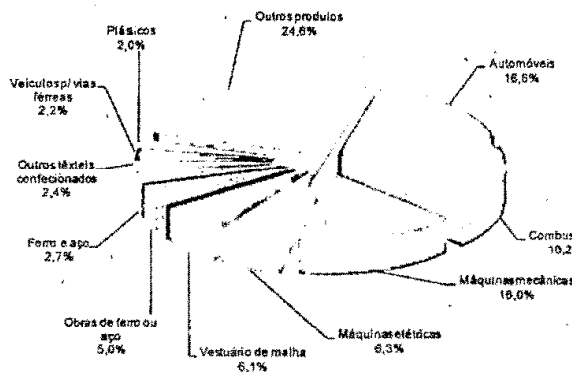
Descrição	% no total
Combustíveis	44,0%
Minérios	41,6%
Pérolas/pedras preciosas/ouro	6,1%
Lã	2,7%
Sal/enxofre/pedras	2,4%
Vestuário de malha	0,7%
Carnes	0,6%
Peles e couros	0,5%
Cobre	0,5%
Outs prods origem animal	0,4%
<b>Subtotal</b>	<b>99,5%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>0,5%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>



(1) Dados elaborados "por espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais da Mongólia.

**MONGÓLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES**  
2011<sup>(1)</sup> - Em %

Descrição	% no total
Automóveis	16,6%
Combustíveis	16,2%
Máquinas mecânicas	16,0%
Máquinas elétricas	6,3%
Vestuário de malha	6,1%
Obras de ferro ou aço	5,0%
Ferro e aço	2,7%
Outros têxteis confeccionados	2,4%
Veículos p/ vias férreas	2,2%
Plásticos	2,0%
<b>Subtotal</b>	<b>75,4%</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>24,6%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

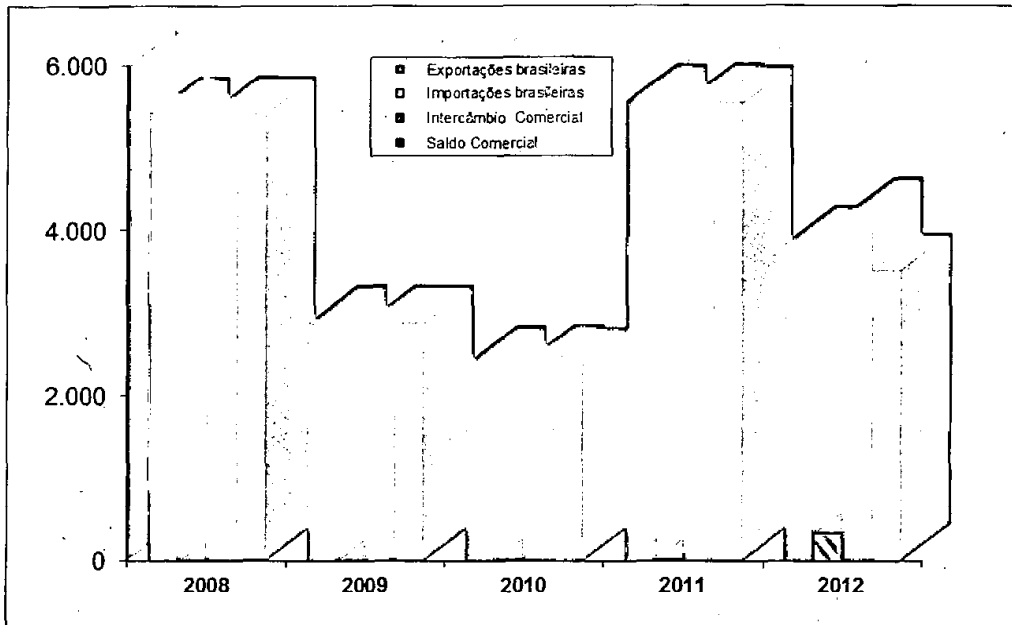


(1) Dados elaborados "por espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais da Mongólia.

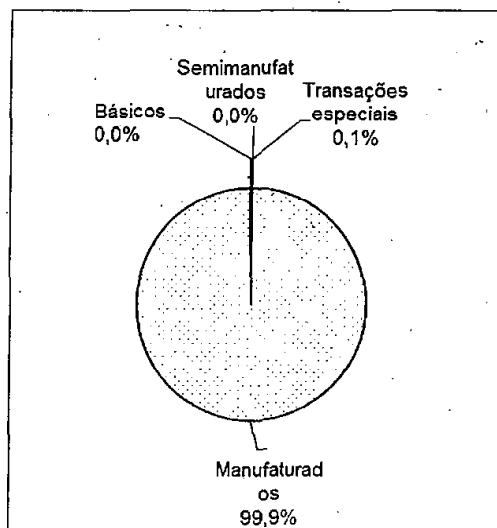
**BRASIL-MONGÓLIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
US\$ mil, fob

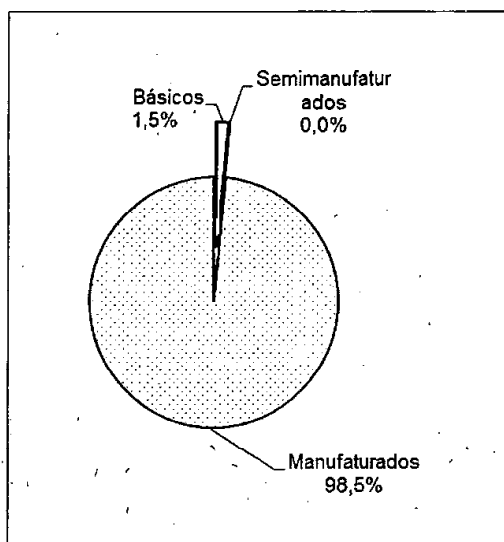
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Exportações brasileiras</b>	<b>5.401</b>	<b>2.878</b>	<b>2.386</b>	<b>5.546</b>	<b>3.835</b>
Variação em relação ao ano anterior	119%	-47%	-17%	132%	-31%
<b>Importações brasileiras</b>	<b>2,5</b>	<b>0,06</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>333</b>
Variação em relação ao ano anterior	53%	-98%	(+)	-1%	(+)
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>5.403</b>	<b>2.878</b>	<b>2.402</b>	<b>5.562</b>	<b>4.168</b>
Variação em relação ao ano anterior	119%	-47%	-17%	132%	-25%
<b>Saldo Comercial</b>	<b>5.398</b>	<b>2.878</b>	<b>2.371</b>	<b>5.531</b>	<b>3.502</b>

(+) Variação igual ou superior a 1000%.



BRASIL-MONGÓLIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob - 2 0 1 2				
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0	0,0%	5	1,5%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	3.830	99,9%	328	98,5%
Transações especiais	5	0,1%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>3.835</b>	<b>100,0%</b>	<b>333</b>	<b>100,0%</b>





**BRASIL-MONGÓLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras originárias de Mongólia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	1.007	3.815	3.007	78%	3.007
Açúcar	1.230	1.554	682	18%	682
Calçados	131	69	58	2%	58
Farmacêuticos	0	10	37	1%	37
<b>Subtotal</b>	<b>2.369</b>	<b>5.448</b>	<b>3.785</b>	<b>99%</b>	
Outros produtos	18	98	60	1%	60
<b>Total</b>	<b>2.386</b>	<b>5.546</b>	<b>3.835</b>	<b>100%</b>	

**BRASIL-MONGÓLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**  
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias de Mongólia, 2012
			Valor	% no total	
Químicos orgânicos	0	0	200	60%	200
Pólvoras e explosivos	0	0	128	38%	128
Minérios	0	15	5	2%	5
Químicos inorgânicos	13	0	0	0%	0
<b>Subtotal</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>333</b>	<b>100%</b>	
Outros produtos	3	0	0	0%	0
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>333</b>	<b>100%</b>	

Aviso nº 91 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador FLEXA RIBEIRO  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:10212/2013)